

**CENSO
POP
RUA
RECIFE**



RELATÓRIO FINAL



EDITORA UNIVERSITÁRIA - EDUFRPE

Diretor

Antão Marcelo Athayde de Freitas Cavalcanti

Coordenador Administrativo

José Abmael de Araújo

Chefe de Produção Gráfica

Josuel Pereira de Souza

Diagramação final

Mário Emmanuel de Oliveira Ramos

Janilson Lemos de Araújo Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Relatório final : censo da população em situação de rua da cidade do Recife / Humberto da Silva Miranda...[et al.]. -- Recife, PE : Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2023.

Outros autores: Juliana Alves de Andrade, Raquel de Aragão Uchoa Fernandes, Otávio Augusto Alves dos Santos.

Bibliografia.

ISBN (físico) 978-65-85711-23-4

ISBN (digital) 978-65-85711-24-1

1. Assistência social - Brasil - Políticas públicas 2. Crianças e adolescentes - Proteção 3. Indicadores sociais 4. Pessoas - Situação de vulnerabilidade 5. Pessoas em situação de rua - Recife (PE) - Estatísticas I. Miranda, Humberto da Silva. II. Andrade, Juliana Alves de. III. Fernandes, Raquel de Aragão Uchoa. IV. Santos, Otávio Augusto Alves dos.

23-167344

CDD-304.6098134

Índices para catálogo sistemático:

1. Recife : Pernambuco : Pessoas em situação de rua: Censo 304.6098134
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

FICHA TÉCNICA

Prefeitura do Recife /Gestão Executiva

João Henrique de A. Lima Campos
Prefeito do Recife

Isabella de Roldão
Vice-prefeita do Recife

Ana Rita Suassuna
Secretária de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas

Geruza Felizardo
Secretária Executiva de Assistência Social

Marcella Glasner Cardoso Dias
Gerente Geral do SUAS

Camila Borges da Silva
Gerência de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Bartyson D'Carlos Bartolomeu Sousa
Chefe de Divisão dos Centros de Referência Especializado para a População em Situação de Rua

Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)

André Sousa Barbosa
Jaílson José dos Santos
Jeferson A. Ferreira (Cara de Gato)
Robson da Silva Pessoa

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Marcelo Brito Carneiro Leão
Reitor

Gabriel Rivas de Melo
Vice-reitor

Fernando José Freire
Secretário Executivo – FADURPE

Antão Marcelo Athayde Cavalcanti
Diretor - Editora Universitária –EDU UFRPE

Humberto da Silva Miranda
Professor do Dep. de Educação (Coordenador do Censo Pop Rua)

Raquel de Aragão Uchôa Fernandes
Professora do Dep. de Ciências do Consumo (Coordenadora do Censo Pop Rua)

Otávio Augusto Alves dos Santos
Professor do Dep. de História

Juliana Alves de Andrade
Professora do Dep. de Educação

Josimar Mendes de Vasconcelos
Professor do Dep. de Estatística e Informática

Pesquisadores(as) colaboradores(as)

Ada Maria da Rocha B. Lins
Adriana Maria dos Santos
Ana Alice de Queiroz Ribeiro Barbosa
Ana Lúcia Oliveira
Anderson Rafael Lima da Silva
André Sousa Barbosa
Andrea Raquel Gomes de S. Pedrosa
Antônio Rodrigues
Bárbara Letícia de Castro Silva
Bismarck Lira dos Santos
Camila Oliveira Dias da Silva
Camila Roberta Moraes da Silva
Clarice Maria B. Cavalcante
Danielle Mayara Gomes da Silva
Deyse Lucia Nascimento da Silva Costa
Diogo Stanley Vasconcelos de Farias
Domingos Sávio da Silva Júnior
Edna Ferreira de Carvalho
Fabio Goncalves dos Santos Lins
Gerlane Simões Bezerra
Halina Cavalcanti Gouveia
Heitor Viana de Melo Moraes
Hélio José Torres Filho
Herllen Felipe Cavalcanti Lira
Ingrid Klebyane Farias de Luna Barbosa
Iris Rodrigues de Sales
Isaias José Vila Nova da Silva
Jaqueline Martins da Silva
Jedivam Maria da Conceição Silva
Késsia Juliana Siqueira Barros
Leandro da Silva Tavares
Leandro Ferreira Aguiar
Ludmila Menezes de Oliveira
Maria das Graças C. de Oliveira
Maria Gourete Alves da Silva
Mário Emmanuel de Oliveira Ramos
Michelle Rodrigues da Silva
Milena Camila Macedo
Mônica Machado Mendes
Mônica Virginia Monteiro Pereira
Priscila Ribeiro Guimarães Barbosa
Rafaela Santos da Silva
Rayane Maria da Silva Oliveira
Renata Katarina Cavalcanti de Oliveira
Renata Shirley de Santana Barbosa
Rita de Cássia Guedes
Robson da Silva Pessoa
Tatiana Correa da Cruz
Valquíria dos Santos Xavier
Vinicius Catunda de Oliveira Santos

Produção de Conteúdo (Autores/as)

Emanuel Bernardo Tenório Cavalcanti
Humberto da Silva Miranda
Juliana Alves de Andrade
Leandro da Silva Tavares
Maurício Sardá de Faria
Maria Zênia Tavares da Silva
Otávio Augusto Alves dos Santos
Raquel de Aragão Uchôa Fernandes

Revisão

Valéria Severina Gomes

Projeto Editorial

Humberto da Silva Miranda
Mário Emmanuel de Oliveira Ramos
Otávio Augusto Alves dos Santos

Gestão Administrativa e Financeira do Projeto

Edleuza Rodrigues Pena
Lucas Paes do Amaral

Equipe do Transporte

Anderson José Batista de Andrade
Cicero Messias da Silva
Desuito José de Lemos
Erisson Dias de Barros
Grecio Xavier da Silva
Hugo de Siqueira Campos Teixeira
Luzinaldo Cabral de Melo
Marcondes Alves de Melo
Patricia de Farias Silva
Pedro Pereira da Silva
Roberto José do Nascimento

Equipe de Pesquisa de Campo com crianças e adolescentes

Camila Borges da Silva
Humberto da Silva Miranda
Jedivam Maria da Conceição Silva
Leandro da Silva Tavares
Otávio Augusto Alves dos Santos

Agradecimentos pela colaboração

Casa de Acolhida Novos Rumos
Casa de Acolhida Raio de Luz
Grupo Ruas e Praças
Associação Beneficente O Pequeno Nazareno
Tonho das Olinda

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO: UM CENSO PARA TODOS E TODAS NÓS	2
TECENDO UM CENSO ATRAVÉS DO “AQUILOMBAMENTO”	10
CONSIDERAÇÕES SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO EM RUA	21
CONDIÇÕES DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DO RECIFE	29
SITUAÇÃO DE RUA E RELAÇÕES FAMILIARES	30
CIDADANIA	42
CONDIÇÃO DE SAÚDE	51
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	61
SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES BÁSICAS E LAZER	68
EDUCAÇÃO E TRABALHO	74
A RUA E O TRABALHO	75
O TRABALHO E A RUA	76
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA	89
CENSO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA DO RECIFE	90
AS DIFERENTES CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	120
ANEXOS	124

APRESENTAÇÃO

Censo da População de Rua do Recife, uma cidade que acolhe

Como *Secretária de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas*, tenho a honra de apresentar o Censo da População de Rua do Recife, uma conquista para a cidade e para as pessoas que nela habitam. O Censo parte do compromisso da nossa gestão com a efetivação da política pública voltada para homens e mulheres, crianças e jovens, adultos e idosos que vivenciam as mais diferentes formas de sobrevivência nas ruas da nossa cidade.

Importante ressaltar que todo trabalho de pesquisa vai se reverter no fortalecimento das políticas públicas, que vem se construindo pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas, em diálogo permanente com o Comitê Pop Rua, que representa um fórum de diálogo permanente entre o nosso governo com a sociedade civil organizada. O Censo representa mais uma ação do Programa Recife Acolhe e uma parceria com pesquisadoras e pesquisadores da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Quero agradecer à equipe técnica que trabalhou na construção deste Censo. Cada pessoa contada é importante para a nossa gestão. Agradeço ao Movimento Nacional da População de Rua do Recife, à UFRPE e aos servidores e servidoras da Gerência da Média Complexidade/Secretaria Executiva da Assistência Social, que acreditaram na realização deste importante projeto de pesquisa censitária para o nosso Recife, uma cidade que acolhe.

Ana Rita Suassuna
*Secretária de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos,
Juventude e Políticas sobre Drogas*

INTRODUÇÃO: UM CENSO PARA TODOS E TODAS NÓS

Falar sobre a construção do **Censo da População em Situação de Rua da cidade do Recife** (Censo Pop Rua Recife) é dizer sobre um processo tecido a muitas mãos. Ao construirmos essa investigação científica-social, acreditamos que cabe aqui a referência ao conceito de artesanato intelectual, cunhado por C. Wright-Mills (1980), por compreendermos que essa pesquisa censitária representou mais do que a seleção e organização de métodos e técnicas para obtenção de dados, mas se constituiu num processo de aprendizagem compartilhada, que só se validou na troca entre as diferentes pessoas e instituições.

O Censo Pop Rua Recife é resultado de uma construção coletiva, que demandou uma articulação entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), por meio do Instituto Menino Miguel – IMM, a Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre drogas (SDSDHJPD) e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para População em Situação de Rua (Comitê Pop Rua Recife), a fim de que um antigo projeto ganhasse forma e pudesse ser praticado nas ruas da cidade. Essa parceria estabelecida entre UFRPE e os diferentes setores, para realização do censo, exigiu a disposição para escuta e aprendizagem de todos e todas nós.

Aprender com as pessoas em situação de rua é construir saberes em comunidade, é buscar compreender como este grupo se estabelece em lugares sociais, o que ele incorpora na perspectiva de corpos normais e o que ele aponta e, sumariamente, afasta na condição de desviante. Nesse sentido, a parceria estabelecida representou um chamamento para a Universidade, a partir do campo da obtenção de dados e indicadores para a gestão pública, e seria preciso despir-se de seu posto tradicional, colocando-se em um lugar de aprendizado, uma vez que, só assim, seria possível fazer um mergulho na realidade das ruas, em um contexto que fugia das normas e critérios de estabilidade sob os quais está “acostumada” a lidar. ***Foi essencial para nós Aprender a Contar.***

O Censo Pop Rua Recife tem uma metodologia própria. Inicialmente tomamos como referência a construção do percurso metodológico do ofício do “sapateiro”, cuja origem do termo provém da etimologia da palavra francesa “cordonnier”, que remetia aos artesãos que dominavam o trabalho com couro. A Universidade conhece o ofício ou a arte de fazer pesquisa, mas precisa cotidianamente aprender como fazê-la de modo socialmente referenciado. Desde o início, o nosso desejo foi um censo com todo o rigor e confiabilidade metodológica, viabilizado pela dimensão acadêmica e científica, mas principalmente validado e referenciado socialmente. Esperamos ser este o Censo que apresentaremos neste documento, uma investigação feita a

muitas mãos e que se adequa às expectativas científicas e sociais, tal como o sapato deve caber nos pés do seu dono.

O Brasil não conta com dados que resultem de pesquisas sistemáticas sobre a população em situação de rua. O censo demográfico ainda não inclui entre seus objetivos a averiguação do número total da população não domiciliada, porque os dados censitários são coletados a partir da base familiar. A ausência de dados sistemáticos sobre essas pessoas justifica a realização de pesquisas censitárias municipalizadas, com vistas à implementação de políticas públicas voltadas para diminuir sua “invisibilidade” social.

A produção de um censo para uma população não-domiciliada é um processo desafiador, pois, só recentemente, o Brasil passou a contar a população que vive sob os efeitos e determinações da ausência de moradia. Somente nos últimos anos, foram produzidos dados oficiais resultantes de pesquisas sistemáticas, e, destacamos, ainda se aprende a lidar com os desafios postos para a contagem e a produção de indicadores em relação a uma população não referenciada pela habitação. A importância de dar visibilidade a esse segmento tão diverso segue em debate e disputa na sociedade, no campo das gestões públicas, movimentos sociais e dos órgãos /institutos de pesquisa.

Como é sobre a gestão municipal que recai a responsabilidade de implementação de políticas públicas voltadas para essa população, há a necessidade de estimativas mais precisas para que cada município possa planejar suas ações. Essa necessidade fundamentou a recomendação para que a contagem da população em situação de rua fosse incorporada ao Censo demográfico nacional de 2020 para suprir a demanda por dados populacionais, o que, até esta data, ocorreu de forma limitada.

Neste material, as/os leitoras/es terão acesso ao relatório final do Censo Pop Rua Recife. Retomamos, neste documento conclusivo, a apresentação e a reflexão sobre as diferentes etapas que compuseram este processo de investigação, a partir do que chamamos de *aquilombamento*. Neste censo, apresentaremos dados relacionados às características sociais, culturais, econômicas e educacionais da população em situação de rua.

A apresentação desses dados virá associada a algumas reflexões teóricas e políticas que consideramos importantes, mas destacamos que, em nenhum dos pontos, o debate tem a pretensão de apontar todos os aspectos possíveis, há muitos outros. Priorizamos alguns e esperamos que, após a publicização dos dados, muitos outros aspectos sejam levantados e refletidos por todos e todas nós: Estado, sociedade civil, movimentos sociais, Universidades, pessoas em situação de rua.

Para a feitura deste censo, utilizamos o mesmo conceito operacional de “população em situação de rua”, utilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS,

no contexto da pesquisa censitária feita em 2008/2009, com o qual foi estabelecida a própria definição depois constante na Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPSR) (Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009), qual seja a de um...

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009).

A opção pelo conceito refere-se à perspectiva de repercussão e diálogo nas instâncias das políticas públicas, da academia e da sociedade civil. Essa definição nos projeta para a possibilidade de diálogo, no cenário nacional, principalmente nos campos da produção de dados, planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas. Estabelecido o conceito orientador, compreendemos coletivamente que, a partir dele, havia espaço para adequar o que foi demandado, não nos restringindo apenas aos dados da população total, mas incluindo o perfil sociodemográfico desse grupo na cidade.

Conforme já mencionamos, o primeiro investimento em levantamento de dados com base censitária em relação a esse público aconteceu no período de 2007 a 2008, durante o governo Lula, por meio do MDS, ocasião em que essa problemática passou a fazer parte da agenda do Governo Federal. Antes, porém, ainda em 2006, a Presidência da República havia criado um Grupo de Trabalho Interministerial, expandindo o debate para as áreas da saúde, educação, direitos humanos, habitação e cultura. Foi a partir desse amplo processo de escuta e construção coletiva que o MDS realizou o primeiro levantamento nacional. A pesquisa foi realizada em 71 municípios brasileiros, incluindo capitais e cidades com mais de 300 mil habitantes.

Vieram dessa pesquisa as informações com base nas quais foi construída a PNPSR, que passou a reconhecer a população em situação de rua, a partir do conceito anteriormente citado, como um grupo populacional marcado pela heterogeneidade, que possui como aspectos em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia regular. A definição ainda assevera que tal população habita os espaços públicos e dele retira renda de forma provisória ou permanente. Além disso, um grande segmento dessa população faz uso das unidades de acolhimento institucionais, tais como os albergues noturnos e as pousadas sociais.

As ações para que o único Censo nacional realizado até o momento acontecesse estavam articuladas com a atuação do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-RUA), instituído em conjunto com a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Desde 2009, o Comitê solicitou ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que incluísse o segmento da população em situação de rua no Censo demográfico nacional. No entanto, o IBGE destacou a dificuldade de realizar pesquisas com populações sem domicílio fixo, uma vez que exigiria metodologias de amostragem, logística de campo e abordagem do entrevistado bastante distintas do padrão usualmente utilizado. Logo, a possibilidade de um Censo nacional da população em situação de rua ainda está sendo debatido. No presente momento, temos algumas capitais com censos já produzidos ou em processo de realização. Tivemos acesso e dialogamos com essas experiências e com seus dados.

O Censo Pop Rua Recife foi realizado como parte do esforço de materializar as ações previstas na Política Nacional da População em Situação de Rua (Decreto Federal Nº 7053/2009), que institui, no art. 7, inciso III: “a contagem oficial da população em situação de rua”. Desde a publicação do decreto em 2009, há um esforço de diferentes segmentos para que seja realizada uma ação nacional no sentido de conhecer, em número, a população em situação de rua, tendo havido experiências em alguns estados e municípios.

Diante da ausência de informações que demonstrem as características dos diferentes sujeitos em situação de rua num cenário mais amplo (nacional), as instituições governamentais e não-governamentais vêm optando por usar os dados coletados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), baseados no Cadastro Único para Programas Sociais, e com os quais são elaborados os Censos do SUAS (Censo SUAS).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estimou, a partir de dados do Censo Suas, que havia cerca de 221.869 pessoas em situação de rua no Brasil, em março de 2020. O valor é 140% maior que aquele estimado em 2012, que foi 101.854. Tais números são, por si sós, preocupantes, embora sejam bastante subestimados, uma vez que os dados se referem a apenas 35% dos municípios brasileiros e não levam em consideração o grande contingente de pessoas que não estão cadastradas no CadÚnico.

Hungaro et. al. (2020) afirmava, com base em pesquisa feita a partir de dados coletados em 2015, que, do total de pessoas em situação de rua (um pouco mais de 100 mil naquele momento), dois quintos (40,1%) habitavam em municípios com mais de 900 mil habitantes e mais de três quartos (77,02%) habitavam em municípios de grande porte, com mais de 100 mil habitantes. Estimava-se também que, nos 3.919 municípios com até 10 mil habitantes, viviam 6.757 pessoas em situação de rua (6,63% do total), ou seja, o problema concentra-se fortemente em municípios maiores.

Trata-se, porém, de um levantamento insuficiente para dimensionar a população em situação de rua, uma vez que muitas dessas pessoas não estão cadastradas, e outras sequer têm documentos pessoais. Pensando nessa fragmentação dos dados e na dificuldade de acesso às

informações sobre essa população, o Censo Pop Rua Recife visa sistematizar e tornar públicos os dados sobre as características sociodemográficas desse grupo na capital pernambucana.

Acreditamos que o fato de não termos dados generalizáveis para a população em situação de rua não representa a razão exclusiva para a sua “invisibilidade”, uma vez que a presença desse grupo dá âncora e estabelece paisagens e sociabilidades hostis nas cidades. A aversão à população pobre é estruturante em nossa história e na sociedade. Adela Cortina denomina esse movimento como Aporofobia: aversão/ hostilidade a corpos considerados dissidentes ou desviantes, aqueles e aquelas que aparentemente não têm algo a contribuir, dentro de uma perspectiva utilitarista/produtivista da sociedade (Cortina, 2020, p. 16)¹.

De acordo com Souza (2020), sobre esses corpos presentes historicamente no cotidiano das cidades pesa estigmas e tabus relacionados à impureza e à destituição de sua condição de humanidade. Eles são considerados os “não assimiláveis”, “aqueles que não têm nada a oferecer na sociedade de troca que vivemos [...] tornados invisíveis e estigmatizados pelos outros” (Souza, 2020, p. 45). Essa realidade histórica vivenciada pela sociedade brasileira apresenta-se fortemente imbricada na gênese da formação social, política e econômica do país, e nos convida a refletir sobre a atual organização da dinâmica social manifestada, também, nas diferentes expressões da questão social, a exemplo do acesso irregular/precário à moradia e do acesso à renda de modo informal ou ilegal.

Considerados os aspectos mais gerais de uma sociedade como a brasileira, em que a desigualdade e a iniquidade são extremas, destacamos que, desde a década de 1980, representantes de entidades de defesa de direitos humanos, da Igreja Católica e dos movimentos sociais realizam ações de organização política dos interesses das pessoas em situação de rua. Reivindica-se a condição de sujeito de direito e da atenção governamental para a criação de políticas públicas voltadas às suas necessidades. A partir da segunda metade dos anos 2000, importantes garantias legais e políticas são observadas no ordenamento jurídico.

Nessa direção, destaca-se a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993; a Política Nacional da Assistência Social (PNAS), em 2004; e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, em 2009, que apresentou os serviços especializados da Assistência Social para a população em situação de rua. Entretanto, apesar da inegável importância, a política de assistência social ainda apresenta relevantes dificuldades na execução de serviços para esse segmento, em todo o Brasil. A ausência de informações prejudica a implementação de políticas

¹ No processo de escrita deste documento final, tivemos acesso à releitura do termo proposta pelo Padre Júlio Lancelotti e pelo ativista Paulo Escobar, *Pobrefobia*, no sentido de torná-lo mais acessível à sociedade brasileira, falante da língua portuguesa. Em vez de Aporofobia, oriundo do grego “poros” (pobre), propõe-se o termo, *Pobrefobia*, que tem o mesmo significado: “medo ou aversão aos pobres”

públicas voltadas para este contingente e reproduz a (in)visibilidade perversa que caracteriza o cotidiano de homens, mulheres, crianças, adolescentes e famílias que estão em situação de rua, principalmente quando se consideram as barreiras de acesso às políticas sociais e ao direito de viver com dignidade nas cidades.

O modelo teórico-metodológico considerado para a realização desta pesquisa censitária fundamentou-se na perspectiva da pesquisa-ação, onde o Censo resulta de estratégias de pesquisa e de intervenção, produzidas em diferentes etapas, promovendo o levantamento do quantitativo e do perfil das pessoas. Esse modelo incluiu a feitura coletiva da cartografia da presença de pessoas em situação de rua e seu fluxo na cidade, da contagem, da aplicação de formulário censitário sobre características demográficas, socioeconômicas e inserções nas políticas públicas municipais. No intuito de criar arenas de diálogo para refletir sobre a população em situação de rua da cidade do Recife, grupos focais foram realizados, com meninos e meninas com trajetória de rua, para abordar suas histórias de vida.

Atuamos, portanto, a partir da perspectiva do engajamento, onde o desenvolvimento das ações de pesquisa se deu em meio à busca de maior acessibilidade desse segmento ao campo dos direitos humanos, das políticas públicas e da politização de sua presença na sociedade e na cidade. Nesse processo, objetivamos realizar a pesquisa-ação, por meio do levantamento quantitativo e do perfil das pessoas em situação de rua no Recife, considerando principalmente o fato de que, nos últimos anos, com os efeitos da pandemia, os serviços especializados para a população em situação de rua sofreram importante impacto. O crescimento no quantitativo dos atendimentos e a visualização de novas pessoas nas ruas em busca de sobrevivência revelaram o aumento da extrema pobreza e da insegurança alimentar nos vários territórios da cidade.

No contexto dos fenômenos sociais, a situação de rua está entre aqueles que mais expõem a pessoa ao que poderia ser nominado de “exclusão social”, isso porque as formas de inserção e os vínculos estabelecidos, principalmente com a sociedade de um modo geral e com as instituições em particular, são bem frágeis e pouco estabelecidos, dando a impressão inicial de que homens, mulheres e famílias estão excluídos.

Sobre esse contexto, Robert Castel (2011) apresenta uma outra perspectiva. Para o autor, a exclusão vem se impondo contemporaneamente como um conceito de amplo espectro, capaz de “dar nome” a todas as formas de miséria do mundo, entre elas, as que citamos aqui: o não acesso ou acesso irregular à habitação e, em decorrência disso, o não alcance a uma série de outros direitos que poderiam garantir o desenvolvimento como expressão da liberdade. Para o autor, a exclusão vincula-se à “questão social”, e seu uso indiscriminado está associado ao pouco empenho reflexivo sobre o que caracteriza atualmente a “questão social”. Assim, deve ser

substituída, em cada caso, “por uma noção mais apropriada para nomear e analisar os riscos e fraturas sociais atuais”.

Falar sobre esses processos é mais que urgente e necessário no Brasil, pois as ações e movimentos da história recente revelam um contexto de Necropolítica em curso, ou, como alerta Márcia Leite (2020), o aprofundamento e a crescente legitimação do que a autora denomina de “biopolítica da precariedade”. Esse conceito diz respeito aos segmentos populacionais vistos, senão como “inimigos”, como “quase inimigos”, sem direito à vida, sem direito à proteção, sem direito a dizer e a ser ouvidos.

Muitos dos fatos recentes têm relação direta com a história social do Brasil, uma das últimas nações a deixar o sistema escravocrata como mediador das relações socioeconômicas. O passado é orientador das relações, no tempo presente, e tem impacto significativo no modo como olhamos e percebemos, no cotidiano, as experiências da população em situação de rua, sobretudo, quando colocamos em destaque intersecções nos demarcadores de identidade, como classe, raça e gênero.

A população em situação de rua, sem moradia e sem arranjo familiar referenciado em unidade domiciliar, requer maior e melhor atuação por parte do Estado, para além dos campos da assistência social e da saúde. É preciso que consigam caminhar nas veredas da incorporação e da implementação de políticas públicas. A compreensão da população em situação de rua como demanda “exclusiva” dessas políticas é um processo estabelecido e pouco refletido, permeado de inferências do senso comum.

As pessoas em situação de rua, segundo Hungaro et. al. (2020), comumente chamadas de mendigos, andarilhos, vadios e drogados, compõem um grupo caracterizado pela invisibilidade social, remetendo à marginalidade, ao crime e ao uso de drogas. Não há identificação ou empatia, e o estigmatizado é silenciado em seu direito de fala. A sociedade e a justiça são isentadas de qualquer responsabilidade em relação as trajetórias desses indivíduos. Com isso, Souza (2016) explana que essa população só é tolerada para exercer os serviços mais penosos, sujos e perigosos, a baixo preço, para o conforto dos extratos de renda mais altos, e isso se deu através do tempo poupado em atividades produtivas pela classe média alta.

Ao escrever o relatório final do censo realizado em outubro de 2022, na cidade do Recife, lidamos, portanto, com um processo recente, que ainda provoca muitas tensões e inquietações em nós, nos atravessando de forma bastante orgânica. Apresentamos dados de uma história do tempo presente. Temos a certeza de que este produto se torna público com capacidade de diálogo e projeção para o campo das demandas da gestão pública e, também, para o atendimento das demandas apresentadas pela e para a população em situação de rua do Recife e do Brasil.

A construção do Censo foi um processo que revelou a nossa capacidade de produzir espaços de discussão e produzir processos efetivos de escuta. Temos a convicção de que nos aproximamos, o máximo possível, da construção do “Censo mais bonito do Brasil”, isso porque, em tempos tão hostis, construir um processo pautado na escuta, no respeito às experiências e às trajetórias, talvez, seja uma das coisas mais bonitas que se pode fazer.

Este relatório está organizado de modo a apresentar as análises realizadas a partir dos dados obtidos na pesquisa sociodemográfica. Antes, porém, revisaremos os procedimentos metodológicos e os dados da primeira etapa do censo, ambos já apresentados em Miranda et al (2023). Os dados da segunda etapa serão apresentados na forma de gráficos e tabelas, todos comentados e seguidos de reflexões sobre a realidade social das ruas. Devido à abrangência das informações, os dados serão apresentados de acordo com a seguinte subdivisão: educação e trabalho; situação de rua e relações familiares; cidadania; condições de saúde; segurança alimentar e nutricional; satisfação de necessidade básicas e lazer; crianças e adolescentes.

Ao final, desenvolvemos uma reflexão sobre todo o processo, no sentido da defesa da realização do censo como instrumento não apenas voltado ao aprimoramento das políticas públicas, mas para o letramento político e cidadão da sociedade e, de maneira especial, das pessoas em situação de rua.

Agradecemos, logo de início, a todos e todas que participaram deste processo, de diferentes formas, nas diferentes etapas. Agradecemos à gestão pública municipal, aos/as trabalhadores e trabalhadoras dos serviços públicos municipais, das diferentes políticas. Agradecemos à sociedade civil, estudantes, integrantes de coletivos, organizações, docentes. Agradecemos, de forma prioritária, ao MNPR do estado e do município e às pessoas que vivem ou viveram em situação de rua. Este processo foi muito intenso, por vezes nos cortou na carne. Pulsamos juntos, juntas e juntas por mudança e pelo compromisso coletivo e partilhado de uma sociedade digna e promotora do cuidado, a fim de que todos e todas vivam melhor.

TECENDO UM CENSO ATRAVÉS DO “AQUILOMBAMENTO”

O contexto social marcado pelo crescimento da pobreza urbana e por ataques sistemáticos à democracia fez com que a equipe de pesquisadores buscasse desenvolver um trabalho mais circular e horizontal, uma vez que o fazer científico é também um fazer político. Portanto, a pesquisa foi desenvolvida por muitas mãos, olhares e corpos, em processos de “aquilombamento” (parafraseando Conceição Evaristo), porque se buscava assumir uma posição contra-hegemônica em relação às práticas mais tradicionais de se fazer ciência e produzir dados sociais.

A cidade de Recife, que pulsa com o desejo de contar e ouvir a população em situação de rua, para dimensionar melhor o campo da gestão das políticas públicas, é a mesma cidade que se abate sob os impulsos aporofóbicos de uma cidade e sociabilidades hostis. Não lugares é o termo que Marc Augé (2012) emprega para designar um espaço de passagem incapaz de dar forma a qualquer identidade. Os indivíduos são lançados “à própria sorte” em uma sociedade de consumo, ou caracterizada pela supermodernidade. Tempo que, para o autor, se distingue por meio de “figuras de excesso”. No entanto, paradoxalmente, o excesso de espaço remete ao encolhimento do mundo, exemplo das grandes concentrações urbanas, migrações populacionais, contribuindo para a produção de não lugares, do esvaziamento das referências que tornam aqueles indivíduos uma pessoa, utilizando a reflexão de Roberto DaMatta (1997).

Esses não lugares se materializam, nas dinâmicas urbanas, “lugares” por onde circulam muitas pessoas e bens, cujas relações são incapazes de criarem por si só acessibilidade para os diferentes grupos. Por isso, acreditamos que, para contar a população de rua, seria preciso conhecer esta cidade, a cidade real, para além da cidade formal. Por isso, para refletir acerca da situação de rua, foi essencial cartografar/ inventariar esta cidade, e esse movimento foi feito a muitas mãos, olhares, experiências.

Ciente das dificuldades de se obter informações relativas a um grupo populacional cujos direitos são tão violados e para os quais o cotidiano é sempre atravessado por dificuldades e aflições, a equipe de pesquisadores buscou fazer com que a coleta de dados fosse objetiva e que não tomasse tanto tempo das pessoas durante a aplicação. A brevidade do processo também se justificou diante das diferentes condições dos territórios da cidade, que, como já mencionamos, é lugar de pertencimento, de vulnerabilidades e nem sempre oferecem segurança e conforto para os/as recenseadores/as. Por isso, a pesquisa foi dividida em duas grandes etapas: uma primeira, em que se buscou realizar a contagem total (recenseamento) das pessoas em situação de rua; e

uma segunda, em que foi desenvolvida uma pesquisa amostral, cujo escopo foi o de revelar o perfil sociodemográfico dessa população.

A experiência do Recife e de outras capitais mostra que o processo de recenseamento da população em situação de rua deve ser feito em poucos dias, no turno da noite, que é quando a maior parte dessas pessoas se recolhe em certas localidades da cidade para descansar e dormir. Por isso, a primeira etapa do censo consistiu na construção solidária de uma cartografia, com a qual foi possível identificar os chamados pontos de concentração desse grupo populacional na cidade.

Os pontos de concentração correspondem aos lugares da cidade (parques, praças, calçadas, marquises de prédios, viadutos, pontes etc.) onde as pessoas em situação de rua normalmente se aglomeram, seja para o recolhimento noturno, consumo de drogas, ou quaisquer outras atividades. Podem ser ocasionais ou regulares. No caso do levantamento cartográfico feito para este censo, buscamos privilegiar os pontos de concentração regulares, já conhecidos pelos/as trabalhadores/as municipais da assistência social e da saúde, pela sociedade civil, bem como pelos integrantes do MNPR.

A primeira etapa da construção coletiva da cartografia foi realizada pela equipe de pesquisadores da Universidade a partir dos cadastros e da experiência dos/as trabalhadores/as do Serviço Especial de Abordagem Social (SEAS) e do Consultório nas Ruas (CnaR). Tais cadastros foram compatibilizados em um único levantamento, onde foram determinados os pontos de concentração e sua localização na cidade (latitude e longitude). A compatibilização foi feita a partir de Sistema de Informações Geográficas, com uso do software livre QGis, versão 3.26.2.



Figura 1: Escuta pública para construção da metodologia do Censo Pop Rua Recife, ocorrida no dia 15 de setembro de 2022, no Abrigo noturno Irmã Dulce, Recife/PE; Fonte: Censo da População em Situação de Rua do Recife 2022; Fotografia: IMM/UFRPE, 2022

Essa primeira cartografia foi levada à validação pública em diferentes momentos. O primeiro deles ocorreu no dia 15 de setembro de 2022, no Abrigo noturno Irmã Dulce. Na ocasião, foi verificada a localização dos pontos e foram feitas alterações no levantamento e definidos alguns padrões de deslocamento da população em situação de rua na cidade, de modo a contribuir com a ulterior construção dos trajetos para o trabalho de campo.

Participaram desse momento os/as trabalhadores/as do SEAS, CnaR, MNPR, UFRPE e organizações da sociedade civil, tais como “Unificados”. Depois, realizamos mais dois encontros com as equipes noturnas do SEAS, nos dias 23 e 26 de setembro de 2022, de modo a validar o levantamento até então feito. Em uma dessas ocasiões, a equipe de pesquisadores da UFRPE foi a campo com a equipe noturna do SEAS, a fim de realizar mais uma aproximação da realidade estudada. Por fim, no dia 11 de outubro, realizamos mais uma escuta, desta vez, com organizações que atuam com crianças e adolescentes em situação de rua. No caso, participaram desta escuta as ONGs “Ruas e Praças” e “Pequeno Nazareno”.



Figura 2: Escuta pública para a construção da metodologia de abordagem com as crianças, ocorrida no dia 11 de outubro de 2022, na sede do Ruas & Praças, Recife/PE; Fonte: Censo da População em Situação de Rua do Recife 2022; Fotografia: IMM/UFRPE, 2022

Depois dessas importantes contribuições, a primeira cartografia foi, então, finalizada. Com ela foi possível construir os trajetos para o trabalho de campo. Esse trabalho foi realizado pela equipe de pesquisadores, aproveitando-se dos recursos do *Google Maps*. No processo de contagem, os trajetos foram disponibilizados para as equipes por meio remoto e através de itinerários impressos, que compunham o “instrumental do recenseamento”. Cada equipe,

portanto, tinha um território de atuação, e foi a campo com a tarefa de percorrer os pontos de concentração predeterminados (Anexo 1).

Após o mapeamento, o formulário de contagem, segundo item do instrumental, foi então produzido, sendo também resultado de construção coletiva. Sua versão final foi definida em reunião coletiva entre a equipe de pesquisadores, o MNPR, SEAS e Consultório nas Ruas, na UFRPE, no dia 07 de outubro de 2022. Esse formulário ainda foi aprimorado depois de sua apresentação junto ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para População em Situação de Rua do Recife, no dia 14 de outubro.

Dias antes do período de contagem, em 21 de outubro, foi realizada uma formação para os/as recenseadores/as, em que foi apresentada a versão final do formulário (Anexo 2). Na ocasião, também foram dadas todas as instruções para o preenchimento integral dos formulários e apresentadas as orientações gerais da dinâmica do trabalho de campo. Os/as recenseadores/as e pesquisadores/as presentes puderam dirimir todas as suas dúvidas ao final do encontro.



Figura 3: Formação das equipes de recenseadores, ocorrida no dia 21 de outubro de 2022; Fonte: Censo População de Rua do Recife. Fonte: Censo da População em Situação de Rua do Recife 2022; Fotografia: IMM, 2022

O processo de contagem consistiu em uma operação complexa, envolvendo a mobilização de diferentes profissionais, ativistas e estudantes, que compunham o pessoal do recenseamento e das atividades de apoio. Conforme mencionado, a contagem ocorreu em poucos dias, sempre à noite, dentro do esforço de não incorrer no erro da sub ou sobre-enumeração. Entre os dias 25 e 28 de outubro, os/as recenseadores/as se encontraram, todas as noites, no Centro Pop Glória, no centro do Recife, para a concentração das equipes de campo.

Nas ocasiões, foi feita a divisão das equipes, foram entregues os instrumentais e repassadas as instruções para o processo de contagem. Depois de dirimidas todas as dúvidas, as

equipes partiam para a pesquisa de campo. Os territórios percorridos seguiram o planejamento previamente estabelecido, que levou em consideração a regionalização político-administrativa do município, sobre a qual se desenvolve o próprio trabalho da assistência social. Portanto, foram levadas em conta as chamadas Regiões Político-Administrativas (RPAs) e a quantidade de pontos de concentração identificada em cada uma delas.

Na primeira noite, dia 25 de outubro, foram percorridos os pontos de concentração das RPAs 4 e 5. Na segunda noite, dia 26, foi a vez da RPA 6. No terceiro dia, 27 de outubro, foram percorridos os pontos de concentração da RPA 1. E, por fim, no quarto e último dia, foi a vez das RPAs 2 e 3. Em cada noite, foram enviados aos territórios, aos menos, 6 equipes, maior parte delas composta por 4 recenseadores/as e um/a motorista.

As equipes eram formadas por um/a profissional do SEAS, um/a do CnaR, um integrante do MNPR ou da sociedade civil e um/a estudante universitário. A diversidade na composição de cada equipe visava à integração de diferentes visões sobre o fenômeno das ruas e à avaliação sobre a possibilidade de **abordar** ou simplesmente **observar** as pessoas no âmbito de cada **cena** identificada.



Figura 4: Equipe de recenseadores na saída para a pesquisa de campo, no dia 25 de outubro de 2022;
Fonte: Censo População de Rua do Recife. Fonte: Censo da População em Situação de Rua do Recife 2022; Fotografia: IMM/UFRPE, 2022

As “cenas” correspondiam aos lugares em que as equipes se deparavam com a população em situação de rua nos diferentes territórios da cidade. Cada cena era estabelecida pelas equipes no momento em que realizavam os trajetos, podendo coincidir ou não com os pontos de concentração mapeados. As cenas poderiam ter de 1 a 25 ou 30 pessoas em situação de rua. Depois de definida conjuntamente pela equipe, um dos integrantes realizava a coleta do ponto de localização (latitude e longitude).

A contagem foi feita a partir de duas estratégias, dependendo das condições sociais e de segurança de cada cena. Quando as pessoas em situação de rua estavam acordadas e apresentavam abertura para o contato direto com os/as recenseadores/as, as equipes as abordavam, possibilitando o preenchimento completo do formulário de recenseamento. Porém, quando as equipes se deparavam com cenas de uso de drogas, ou simplesmente quando não havia segurança e era evidente o risco de violência, as equipes realizavam a contagem através de observação. A orientação geral era a de que fosse evitada a contagem através dessa segunda estratégia, mas a decisão sobre abordar ou observar era facultada às equipes nos territórios, depois de definidas e avaliadas as condições de cada cena.

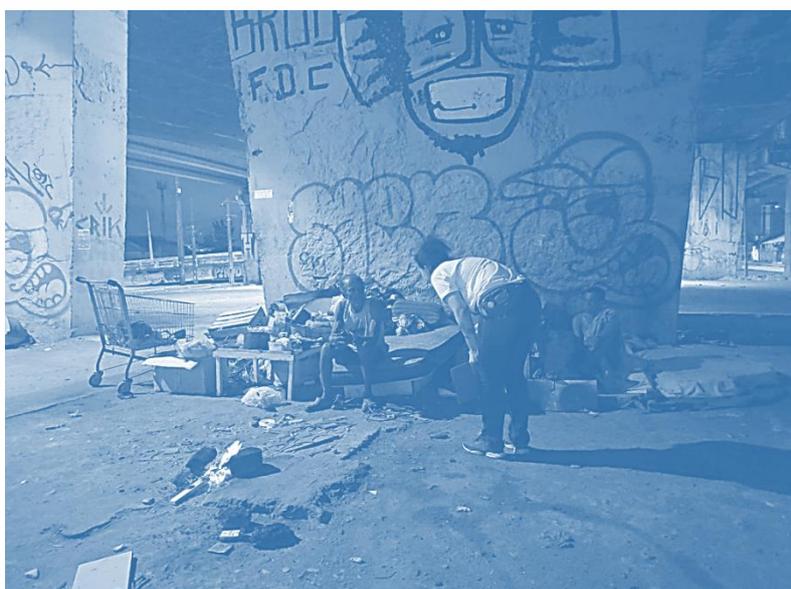


Figura 5: Recenseadora em abordagem durante o censo, no dia 27 de outubro de 2022; Fonte: Censo da População em Situação de Rua do Recife 2022; Fotografia: IMM/UFRPE, 2022

Quando os formulários eram preenchidos apenas mediante observação, questões como cor/raça e gênero não eram assinaladas, uma vez que tais informações dependem do contato direto entre recenseador/a e recenseado/a. Seguimos o que prescreve a lei e a prática das pesquisas do IBGE, que é considerar a cor/raça como um item autodeclaratório. Partimos também do entendimento de que o esforço em discernir o gênero de alguém, através do olhar, configuraria preconceito. Por isso, quando do preenchimento através de observação, preferimos não assinalar os dois itens.



Figura 6: Recenseadora em abordagem, no dia 27 de outubro de 2022; Fonte: Censo da População em Situação de Rua do Recife 2022; Fotografia: IMM/UFRPE, 2022

No retorno ao Centro Pop Glória, depois de percorridos os trajetos, as equipes entregavam os formulários preenchidos para que fosse feita a “verificação pós-campo”. Nesse momento, um dos coordenadores do projeto analisava todos os formulários, no intuito de averiguar se foi integralmente preenchido e se havia inconsistências. Depois disso, o formulário era reservado para o posterior processo de “tabulação”, que correspondeu à digitalização dos dados coletados.

Cabe ressaltar que, nas noites de contagem, um instrumental adaptado foi enviado para as equipes gestoras das unidades de acolhimento da prefeitura, de modo a coletar informações sobre os acolhidos no dia em que ocorreu o recenseamento nas respectivas RPAs. Nesse sentido, o número total contabilizado levou em conta não só aqueles que estavam efetivamente nas ruas, mas também os não-domiciliados em condição de acolhimento.

Depois do recenseamento, passamos à construção metodológica da pesquisa amostral. O desenho da amostra teve por base o valor da população total de **1.806** pessoas, obtido no recenseamento. Desse número, **1.442** estavam efetivamente nas ruas e somente **363** estavam acolhidos em algum equipamento da prefeitura. Utilizamos o modelo de amostragem aleatória simples do qual foi estimada uma amostra de 490 pessoas. O grau de confiança estabelecido foi de 90%, com erro amostral de 3% para mais ou para menos.



Figura 7: Equipe de recenseadores na saída para a pesquisa de campo, no dia 14 de dezembro de 2022;
Fonte: Censo da População em Situação de Rua do Recife 2022; Fotografia: IMM/UFRPE, 2022

Com base nestes critérios técnicos, a amostra foi estratificada proporcionalmente em relação a sua distribuição territorial na cidade, ao sexo e à idade das pessoas recenseadas. A referida estratificação não foi seguida com todo o rigor durante a aplicação dos formulários, servindo muito mais para nortear o trabalho de campo e para evitar que algum segmento fosse sobrerrepresentado na amostra, o que poderia impactar negativamente na qualidade das informações finais. Assim, foi definida uma quantidade mínima de homens e mulheres, idosos e adultos que deveriam ser entrevistados em cada RPA.

O formulário de pesquisa amostral sociodemográfica (Anexo 3) também foi resultado de construção coletiva, tendo sido finalizado no dia 21 de novembro de 2022. As equipes de recenseadores/as foram mobilizadas para a pesquisa e receberam formação no dia 12 de dezembro de 2022. A aplicação dos formulários ocorreu entre os dias 14 e 16 de dezembro, durante a noite, nas ruas e nas unidades de acolhimento. Esse trabalho se estendeu até o dia 15 de janeiro de 2023, mas de forma pontual, priorizando as pessoas que se dirigiam aos Centros Pop. Por fim, a tabulação foi feita entre os dias 09 e 16 de fevereiro de 2023.

A seguir será apresentada, de forma sucinta e objetiva, a maior parte dos dados obtidos através do recenseamento. Mais adiante, analisaremos de forma mais pormenorizada os dados da pesquisa sociodemográfica. Os resultados do recenseamento já foram apresentados em Miranda et al (2023), mas reproduzimos aqui, mais uma vez, compreendendo que este documento final tem a função de apresentar uma reflexão geral sobre o processo.

Conforme já mencionamos, a população total recenseada foi de 1806 pessoas. Desse total, 1443 estavam nas ruas no momento da contagem, e 363 estavam acolhidas em algum equipamento da prefeitura; 627 pessoas foram abordadas no processo de contagem e 816 foram contadas mediante observação.

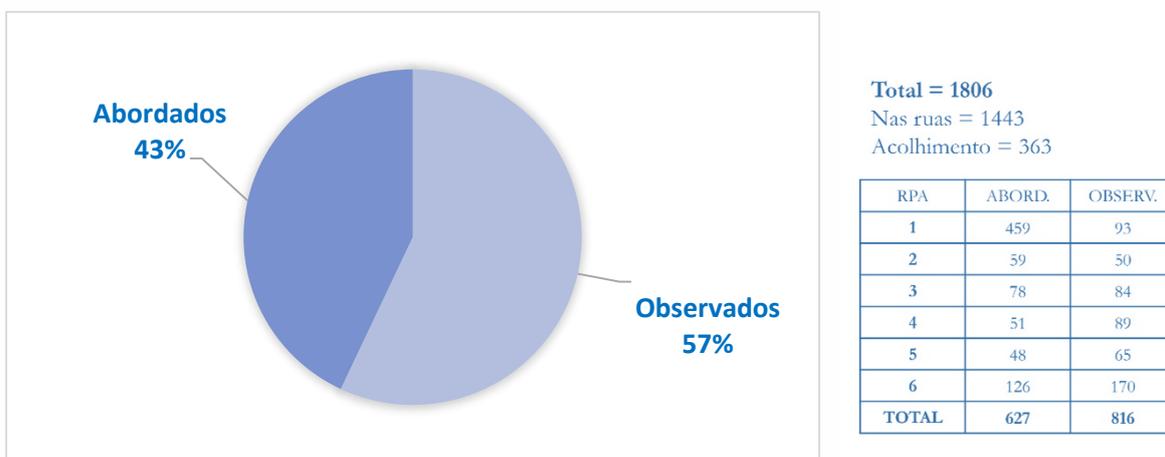


Figura 8: Percentual de observados e abordados durante o recenseamento
 Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Os dados do recenseamento nos mostram um fato já conhecido, o de que a realidade das ruas é majoritariamente masculina. Essa realidade foi também retratada em todas as demais experiências censitárias e no censo nacional. Os levantamentos realizados pela SDDSDHJPD, nos anos anteriores, também indicavam a predominância masculina.

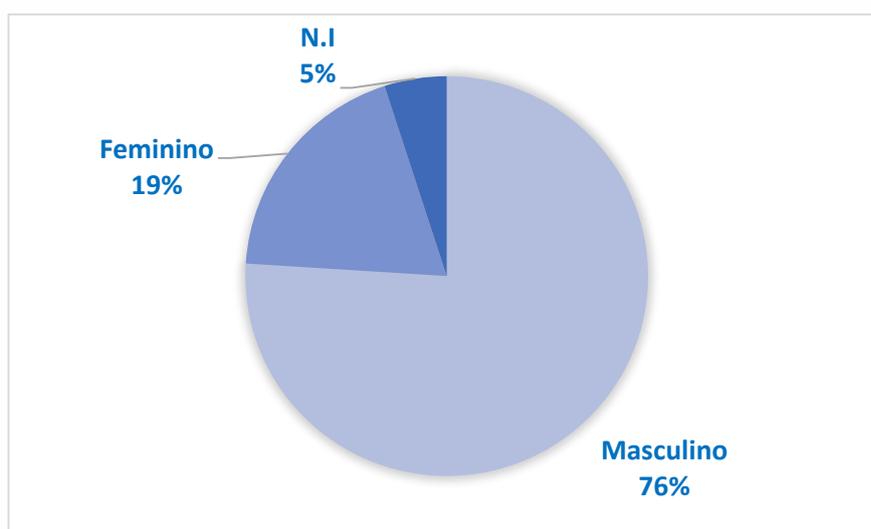


Figura 9: Distribuição da população por sexo.
 Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

A maior parte da população é formada por homens cisgêneros. Mas os números de mulheres cisgêneros e de mulheres trans são grandes e têm crescido. Mulheres cis, trans, travestis e não-binários correspondem a 25% da população em situação de rua e compõem um grupo cujas violências sofridas e condições de vulnerabilidade são ainda mais intensas.

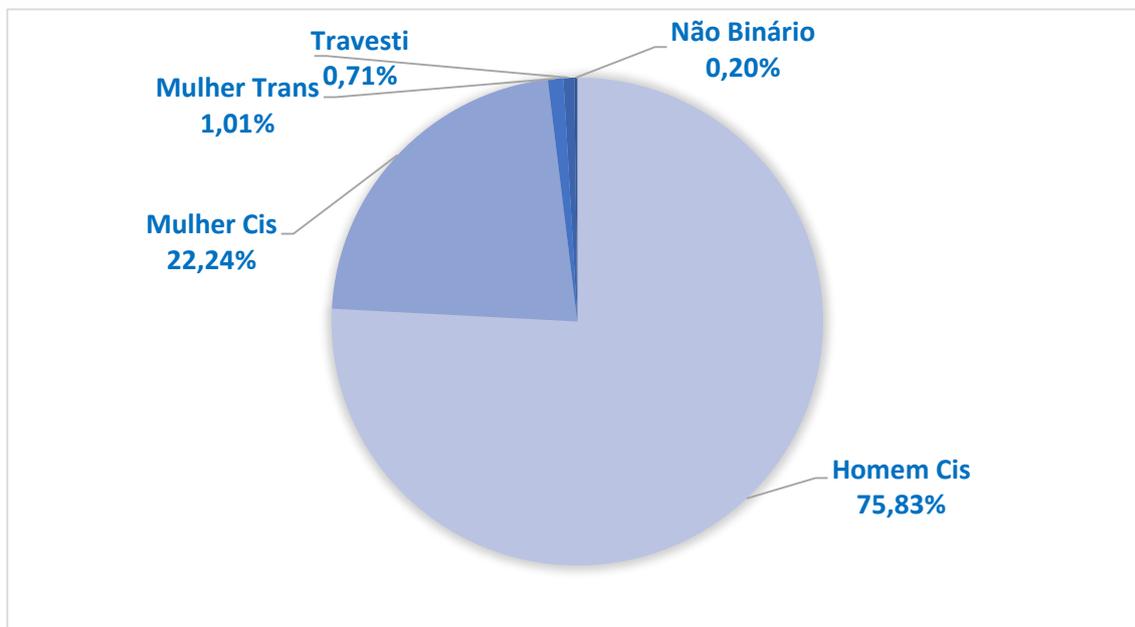


Figura 10: Distribuição da população por gênero
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Configurando-se como mais uma expressão do racismo estrutural a que já fizemos menção, a maior parte da população em situação de rua do Recife é composta por pretos e pardos. Destaque-se a presença de indígenas que, apesar de pequena, merece atenção especial dos serviços da assistência por, muitas vezes, serem migrantes e imigrantes.

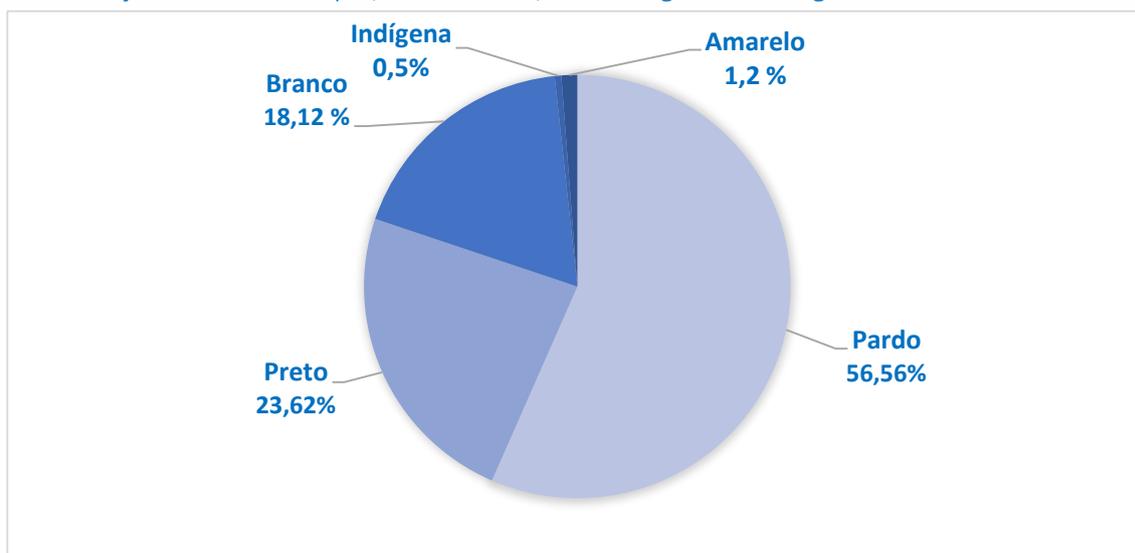


Figura 11: Distribuição da população por cor/raça
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

A maior parte da população em situação de rua é composta por adultos em idade economicamente ativa. Mas há um percentual representativo de idosos, crianças e adolescentes que também merecem atenção especial por parte dos serviços da assistência social, posto tratar-se de grupos que vivenciam uma maior vulnerabilidade e serem sujeitos de proteção integral.

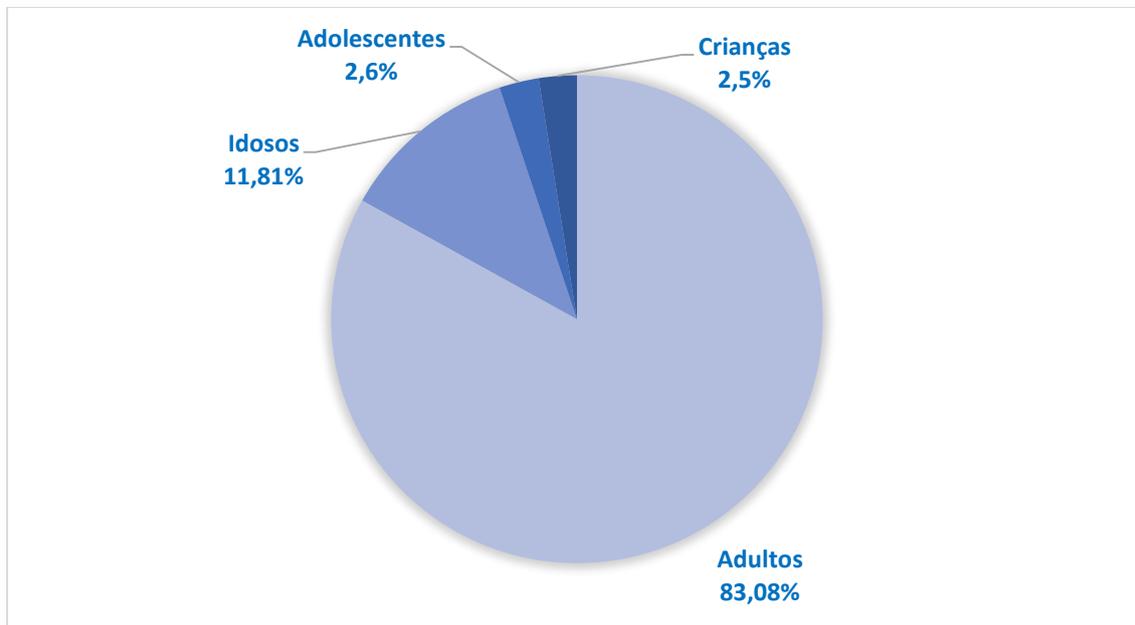


Figura 12: Distribuição da população por faixa etária
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Conforme destacamos, no processo de recenseamento, foram estabelecidas as cenas e coletados pontos de localização (latitude-longitude), com os quais foram construídos mapas que constituem a cartografia da ocupação da cidade pela população em situação de rua do Recife (Anexo 4). Depois de conhecida a localização e o perfil das pessoas em situação de rua no mapa da cidade, foi delimitada a regionalização do trabalho de campo da pesquisa amostral sociodemográfica. Os dados dessa segunda etapa serão apresentados e analisados mais adiante. Antes, porém, convém realizar mais algumas reflexões sobre a população em situação de rua, consoantes ao processo de aproximação dessa realidade, processo marcado não apenas pela razão, mas também pela emoção.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO EM RUA

VIDAS ABREVIADAS (resposta a um Juiz)

O destino se traça no ventre de uma mãe preta
Uma mãe pobre, uma mãe nordestina, uma mãe muitas vezes solitária.
Sem pátria, sem terra, sem chão, sem posses, sem companheiro,
Cede de herança ao filho sua vida abreviada.

Quando chega ao mundo, assustado, admirado, abusado, com fome, com sede, com frio
Espera dos homens a possibilidade de comer, de amar, de aprender, de viver
Não quer ser abreviado, quer ser grande, quer ser gente, quer ser humano.
Mas, a vida herdada de sua mãe negra vai lhe marcando a carne, o estômago que lhe dói de fome, a
carcaça que não cresce, a esperança que some e miúda vai se tornando, até ser abreviada em um suspiro.

Na aridez do trabalho me pergunto se vale a pena continuar lutando contra essa abreviatura de vidas,
Se melhor não seria abraçar causas maiores, mudar o mundo para deixá-lo sem abreviaturas.
Mas, são vidas, mesmo abreviada, são meninos e meninas, são filhos, são irmãos, primos, sobrinhos,
netos que sobreviveram a abreviação de sua infância.
Mais que tudo, são seres de humanidade, uma humanidade torta, uma humanidade pequena, uma
humanidade abreviada em sua capacidade e que precisa ser transformada.

Por isso, porque são pessoas, porque são vidas que não quero, e mais que isso, me nego a abreviar. Ao
contrário, quero lutar com eles para alcançar grandezas, para dividir a nossa humanidade.

Mergulho no escuro poço da vida de cada um, como se em cada um reconhecesse todos eles.
Amplio minha visão sobre eles, abro perspectivas gigantescas para suas vidas, como gigantesco é o avanço
da humanidade.
Não abreviarei nenhuma palavra, nenhuma vida, nenhuma luta.
Nessa luta não tenho preguiça, não tenho fraquezas, não tenho tempo para abreviar.
Eles não têm tempo porque o tempo deles já está abreviado.

O que eles esperam de nós não são palavras abreviadas, o que eles esperam de nós está, inclusive, para
além do escrito, está no ato concreto da luta, está no carinho do olhar, está até na dureza do afeto, está
na compreensão da necessidade de não abreviar.
E por cada um e cada uma, e por todos eles, esta é a minha resistência. Não me peçam para abreviar!!!

Brígida Taffarel (2023)

Iniciamos a reflexão sobre o Censo Pop Rua Recife, com o poema Vidas abreviadas, de Brígida Taffarel. O poema foi escrito por uma trabalhadora do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em meio a um momento de indignação, ocasião, em que um menino, ao qual, não aleatoriamente, chamaremos Severino, preto, pobre, periférico e em cumprimento de medida socioeducativa, ao retornar de uma audiência no judiciário, dá o recado mandado, pelo Juiz, para esta trabalhadora: “ele disse que leu seu relatório, e que não é para ficar explicando tanto, a história da vida da gente pode ser abreviada”.

A resposta desta trabalhadora veio em forma de poema, a nossa veio na forma de um censo que procura dar corpo e história aos números. Há muito para ser dito e, não, não nos peça para abreviar nada. O censo é um documento quantitativo, e nós estamos aqui para “qualificar” os números, darmos a eles “carne e sangue”, transformar fotografia em vida, em movimento. Trabalhamos no sentido inverso da abreviatura, estamos buscando compreender as questões em seu sentido alargado, abarcando os bastidores, os silêncios, os suspiros, as lágrimas do momento da enunciação.

Como fomos às ruas aplicar os formulários, junto com o MNPR, trabalhadores/as e gestores/as das políticas da assistência social e saúde, estudantes e sociedade civil, ouvimos muitas histórias. Talvez seja essa a diferença de se tomar um grupo do território, no caso da Universidade para o recenciamento; ao invés da contratação de uma consultoria externa, priorizar “gente” que fica, que permanece junto para fazer dos números oportunidade de melhores condições de vida, de vidas mais cuidadas, de cidades menos hostis. O grupo se reuniu junto a uma Universidade socialmente comprometida e referenciada por uma gestão que estava disposta a “lidar” com os dados. Interessa-nos muito compreender os números a partir das narrativas em primeira pessoa.

Sobre esse ponto, abriremos, logo no início deste tópico, um parêntese, o do debate sobre o uso dos termos *população em situação de rua* e *pessoa em situação de rua*. O debate que versa sobre a utilização dos termos é muito importante, pois partilhamos a compreensão de que dar nome às coisas deve ser sempre percebido enquanto ato político. O ponto colocado para reflexão nos interessa, de modo geral, para analisar o censo como um todo, mas, de forma bastante particular, quando nos reportamos às trajetórias, porque estas, de forma muito demarcada, são tecidas na experiência vivida, nas relações cotidianas.

Teóricos/as e profissionais vêm chamando a atenção para o fato de que, se, por um lado, não é correto falar em morador/a de rua, por razões óbvias, também teríamos riscos ao falar em população em situação de rua, isso porque a ideia de população reforçaria a tentativa, historicamente consolidada, de um suposto perfil, em alguma medida, generalizável desse grupo. O correto, neste sentido, seria falar em pessoas em situação de rua. A partir do reconhecimento de sua dimensão de humanidade, de singularidade em relação ao grupo.

Esse tensionamento é importante, ainda que pareça um pouco desencaixado de uma perspectiva de produção de dados censitários. No entanto, viemos, a todo tempo, nos reportando aos movimentos de escuta, filiação e aliança que antecederam o censo e que pretendemos que o ultrapassem. Nesse sentido, ao produzir dados sobre a população, tivemos a oportunidade de

nos aproximar de pessoas, com trajetórias e demandas distintas, para quem há risco de ampliação de barreiras de acesso através de processos de generalização.

Compreendemos a essencialidade de dados populacionais para o campo do planejamento e da implementação de políticas públicas, para a produção de possibilidades efetivas de estabelecer características, em alguma medida, gerais para o grupo, a fim de traçar um perfil e lançar luz sobre os aspectos generalizáveis. Mas, por outro lado, precisamos também compreender a existência de particularidades, singularidades que levam as pessoas para a vida nas calçadas, marquises, pontes e viadutos.

No campo das políticas públicas, isso aponta para a necessidade de se estabelecerem tipologias dentro de um perfil mais geral da população, forma de customizar a partir das necessidades específicas, o que é necessário para a produção de equidade. Foi por isso que, neste censo, estabelecemos outros momentos de escuta e de coleta de informações para além do levantamento de dados censitários, como, por exemplo, a produção das cartografias, os grupos focais com meninos e meninas, as histórias de vida, a produção dos “retratos na rua”. Nesse sentido, evidenciamos, para além dos dados populacionais, as trajetórias individuais que levam homens, mulheres, crianças, adolescentes e famílias para a situação de rua.

Ainda que a rua represente um local privilegiado para as experiências sociais, para as expressões da identidade/identificação, para a vivência da cidadania, no caso do grupo aqui em tela, via de regra, a ida e a permanência nas ruas está relacionada a uma série de desproteções sociais, forjadas por experiências vivenciadas a partir das expressões de subcidadania, irmã da pobrefobia, da apartação social, do desalento e de inúmeras barreiras para a aquisição de capacidades que oportunizem a possibilidade de existir enquanto membros plenos de uma coletividade. Nesse sentido, a rua, enquanto espaço de vivência da cidadania, tem este status corrompido quando pessoas passam a viver nela, isto é, quando a ausência das dimensões de exercício pleno da cidadania faz com que as pessoas ocupem as ruas em uma espécie de desamparo, ou desalento, vivido no espaço público.

Portanto, o território precisou ser compreendido “como território usado, não como território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS apud Brasil, 2013). Ou seja, o território tem de ser o local de pertencimento do indivíduo, não apenas de forma física, mas política, social e cultural, de modo que o mesmo se reconheça enquanto parte integrante do território e possa nele se reconhecer e atuar como cidadão.

No entanto, é necessário ressaltar que o território evidenciado nas contradições encontradas se caracteriza como local imediato do risco, da manifestação das inseguranças, das limitações do acesso, da experiência do desalento. Portanto, é o chão onde se materializam suas vulnerabilidades, onde não surgem possibilidades, onde o reconhecimento se dá apenas no plano concreto da dificuldade de acesso a ações e serviços.

O território, enquanto chão mais a identidade, por vezes, aparece contraditório, como lugar onde se produzem e reproduzem “fraturas sociais” e violências diversas, físicas, psicológicas (vinculadas aos estigmas vivenciados) e institucionais; manifestação da incapacidade intergeracional de exercício da autonomia.

Por outro lado, enquanto chão mais imediato, o território precisa ser o lócus imediato da ação, uma vez que ele, sobretudo, viabiliza oportunidades, faz com que as famílias e comunidade aglutinem força e sinergia para o exercício da cidadania, na busca da efetivação dos seus direitos políticos e sociais. Em outras palavras, é possível entender o território como um espaço dinâmico onde ocorrem relações interpessoais que caracterizam a capacidade de acolhimento deste em detrimento de outro; onde as relações subjetivas se fazem presentes no cotidiano e na construção da afetividade e são capazes de gerar forças sinérgicas de ação. Desse modo, esse território pode vir a ser o território da construção e exercício da cidadania e da efetivação dos direitos humanos, sociais e políticos.

Assim, a visão dinâmica de território o compreende enquanto espaço que contém vulnerabilidade e riscos, aos quais os indivíduos, assim como a comunidade, estão expostos. No entanto, compreende também as potencialidades envolvidas na cultura e nos valores da comunidade. Configurando-se, assim, por um lado, por exclusão, perdas e isolamentos e, por outro, por oportunidades, redes de solidariedade, movimentos sociais e organizações em defesa da cidadania oriundas das iniciativas populares.

Já a territorialização, presente nas vertentes que compõem as políticas públicas sociais, atrela-se à descentralização implementada, em que se compreende o espaço urbano enquanto espaço vivo, produzido pelos diversos e numerosos agentes que o consomem e o vivenciam. Sendo assim, é necessário ter a visão ampliada da participação do todo, envolvendo também a vertente da intersetorialidade, ou seja, a integração às demais ações no campo da educação, habitação, saúde, lazer, transporte, entre outros.

Permanece o fato, já citado, de que a população em geral tem pouca empatia pelas pessoas que estão em situação de rua, chamadas de mendigos, andarilhos, vadios e drogados (HUNGARO, 2020). Fato é que, em uma sociedade como a brasileira, desigual, racista e machista,

de ponta a ponta de sua história, a manutenção do discurso do caso a caso, da ausência do esforço, do mérito é algo que cai muito bem e produz uma série de estigmas sobre esse grupo social

Jessé Souza, em a Ralé Brasileira, reflete que,

[...] como todo conflito social é dramatizado nessa falsa oposição entre mercado divinizado e Estado demonizado, os reais conflitos sociais que causam dor, sofrimento e humilhação cotidiana para dezenas de milhões de brasileiros são tornados literalmente invisíveis (SOUZA, 2016, p.21).

Exemplo disso é que, ao longo da história, utilizamos espécies de supercategorias que supostamente dariam conta de tratar de todas as desproteções e vulnerabilidades vivenciadas no cotidiano. Pobreza, exclusão, vulnerabilidade social, todas são categorias que, sendo importantes, não são capazes de dar conta de tudo e, principalmente, não são capazes de nos dar efetivo suporte para projetar o trabalho no campo das políticas públicas, conforme deve ser o Estado em ação, do tipo de trabalho/entrega que deve ser feito para cada família, indivíduo, território.

É o caso também do conceito de exclusão, apresentado por Robert Castel (2011), que deve imperiosamente ser substituído, em cada caso, “por uma noção mais apropriada para nomear e analisar os riscos e fraturas sociais atuais”. Para Castel (2011), a heterogeneidade de usos é o primeiro motivo para se desconfiar de que o termo exclusão, ao “dar nome”, não permite revelar os elementos constitutivos do número imenso de situações diferentes que precisam ser apreendidas de forma analítica.

Rotular como exclusão os diferentes riscos e fraturas sociais atuais é uma forma de lhes atribuir qualificação puramente negativa, relativa à falta, sem dizer no que ela consiste nem de onde provém. Para Castel (2011), os traços constitutivos essenciais das situações de "exclusão" não se encontram nas situações em si mesmas, as situações-limite que caracterizam e, muitas vezes, determinam o cotidiano dos indivíduos só têm sentido quando colocadas num processo, resultado de trajetórias diferentes.

O principal argumento defendido por Castel (2011) é que não é possível revelar as contradições do cotidiano, através do relato sobre os estados de despossuir, isso porque os *in* e os *out* não estão em universos separados. “Não se pode falar numa sociedade de situações fora do social. O que está em questão é reconstruir o *continuum* de posições que ligam os *in* e os *out*, e compreender a lógica a partir da qual os *in* produzem os *out*” (Castel, 2011, p.29).

A tentativa de enquadramento ou de separação entre incluídos e excluídos é um debate que, estando presente, segue em disputa ao longo da história, no campo das gestões públicas,

movimentos sociais e dos órgãos /institutos de pesquisa. Esse olhar que tende ao enquadramento, à utilização de supostas supercategorias também prejudica a implementação de políticas públicas voltadas para segmentos populacionais específicos e reproduz a (in)visibilidade perversa que caracteriza o cotidiano de homens, mulheres e famílias, que têm elementos de trajetória e de identificação que precisam ser visibilizados.

Segundo José Henrique da Conceição, conhecido como professor Henrique, intelectual com trajetória de rua em Recife, atualmente residente do estado de Sergipe, a experiência da população em situação de rua a partir dos elementos até aqui destacados daria os contornos do que ele chamou de Ruariato.

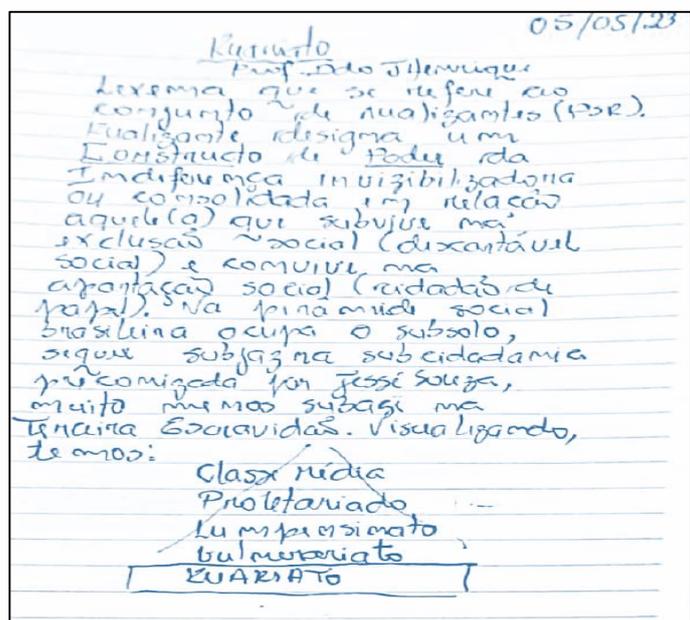


Figura 13: Definição de “Ruariato”; Elaboração Prof. Henrique, em 05 de maio de 2023

O termo proposto pelo professor Henrique diz respeito à experiência das pessoas em situação de rua enquanto um processo sucessivo de degradação das condições de se viver em sociedade. O Ruariato ocupa o lugar mais baixo, oprimido pela dura desigualdade social e tratado de forma desumana pela sociedade de modo geral e, em particular, pelas autoridades que deveriam zelar pelo seu bem-estar. Nesse sentido, é no reconhecimento dessas relações

² “Lexema que se refere ao conjunto de rualizantes (PSR). Rualizante designa um constructo de poder, da indiferença inviabilizadora ou consolidada em relação àquele(a) que sobrevive na exclusão social (descartável social) e convive na apartação social (cidadão de papel). Na pirâmide social brasileira, ocupa o subsolo, aquele que sequer subjaz na subcidadania preconizada por Jessé Souza e muito menos subjaz na terceira escravidão. Visualizando temos o RUARIATO” (Texto transcrito papel timbrado, 2023).

degradadas, tomando a situação de rua enquanto condição e processo, que precisamos buscar formas de superá-las.

Portanto, podemos dizer que, nas relações sociais em que se materializam ameaças de exclusão, esses processos de marginalização podem resultar em exclusão propriamente dita, ou seja, em um tratamento discriminatório de segregação e afastamento dessas populações, é o caso de políticas/práticas higienistas (Castel, 2011, p. 47-48). No cotidiano, são os marcadores de diferença que operam as pequenas cisões, não acessos, acessos precários e irregulares.

Uma abordagem interseccional também pode ser um argumento que pode ser utilizado para a defesa de para o campo e o cotidiano das diferentes políticas para a população em situação de rua, transformando indivíduos genéricos em pessoas com trajetórias particulares. Mulheres em situação de rua, mulheres negras em situação de rua, mulheres e homens com deficiência em situação de rua, homens trans em situação de rua, pessoas idosas em situação de rua e tantos outros demarcadores de identidade e diferença que precisam ser considerados.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p.177).

Afirmar a necessidade de realizar tal distinção não implica que as situações de exclusão em relação ao grupo não sejam graves por si mesmas, nem que a exclusão não represente hoje uma ameaça para essa população. As situações de exclusão são graves nelas mesmas, porque alimentam uma desestabilização geral na sociedade e produzem efeitos distintos, sobre grupos particulares, em relação às barreiras de acesso e déficit de integração com relação ao trabalho, à moradia, à educação, à cultura etc.

O desejo de trazer o tema da interseccionalidade para o centro do nosso debate se volta para a anunciação de duas razões principais: primeira, o reconhecimento de que, nos processos necessários para a efetivação dos direitos humanos, os riscos, as vulnerabilidades, as violações e as desproteções sociais nunca são vivenciadas de forma genérica. Cada corpo, a partir das interseções destes marcadores de diferença/desigualdade, origina uma experiência vivenciada, e é sobre ela que se precisa atuar; segunda, desejamos apontar que outros estudos e pesquisas, derivados dos dados deste censo, atentem para o fato de que marcadores de diferença operam como marcadores de desigualdades, com efeitos distintos sobre grupos particulares.

Retomando nossa referência a Conceição Evaristo, ao nos propormos a analisar a dimensão coletiva e política em relação aos acessos e pontos aqui destacados, voltamo-nos para o desejo mais profundo de incomodar a “casa grande” em seus sonhos, projetos e desejos mais injustos. Reconhecemos que as trajetórias e vivências do *Ruariato* diz tanto sobre eles como grupo quanto sobre nós como sociedade.

O país tem dificuldades de compreender quem são as pessoas que vivem nas ruas, mas são os brasileiros e brasileiras que integram, de maneira precária, o conjunto da sua população. Foram por muito tempo invisibilizados no campo acadêmico e da produção de dados, mas, mais recentemente, esse é um fato que começa a se transformar. Permanece a constatação de que a população em geral tem pouca empatia pelas pessoas que estão em situação de rua, o que acaba atuando na manutenção, via “naturalização”, de status de cidadania tão degradados.

Este censo inscreve-se em um cenário de ampliação das capacidades, de humanização dessa população. Reafirmamos que estamos falando de forma mais abrangente de uma população masculina, preta e parda, com trajetórias muito demarcadas pelo não acesso à proteção social, ao cuidado e à fruição de direitos. Esse fato relaciona-se com o grande período de escravidão, com a forma como aconteceu a abolição e a forma como o Estado deixou de assumir a responsabilidade de prover cuidados.

**CONDIÇÕES DAS
PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA
DO RECIFE**



SITUAÇÃO DE RUA E RELAÇÕES FAMILIARES

Considerações gerais sobre as pessoas em situação de rua na cidade do Recife

As pessoas em situação de rua estão e são provenientes de contextos periféricos e de trajetórias intergeracionais de violação de direitos. Nesse sentido, é sempre importante reafirmar que sociedades extremamente desiguais não são capazes de produzir condições de vida digna e partilhadas. Não há como analisar o fenômeno das pessoas em situação de rua como fenômeno recente, efeito de um “evento” pandêmico, ele é fruto e expressão de vivências em contextos periféricos, em uma sociedade que atua sob a égide conservadora e ultraneoliberal e, portanto, deve ser analisado em uma perspectiva histórica e interseccional.

Para a apresentação e análise das trajetórias que levam homens, mulheres, crianças, adolescentes e famílias para a situação de rua na cidade do Recife e para a existência e/ou manutenção de vínculos familiares na experiência cotidiana, retomaremos a apresentação dos dados obtidos a partir da pesquisa censitária e as inferências produzidas no primeiro momento de análise sobre os indicadores relacionado e apresentados no relatório parcial.

Para a compreensão dos aspectos das trajetórias de vida, partimos do tempo de permanência nas ruas para entender melhor o perfil dessas pessoas. Destacamos que lidamos com construções de narrativas a partir da memória, da anunciação de tempos/eventos vividos, no passado e no presente (Figura 14).

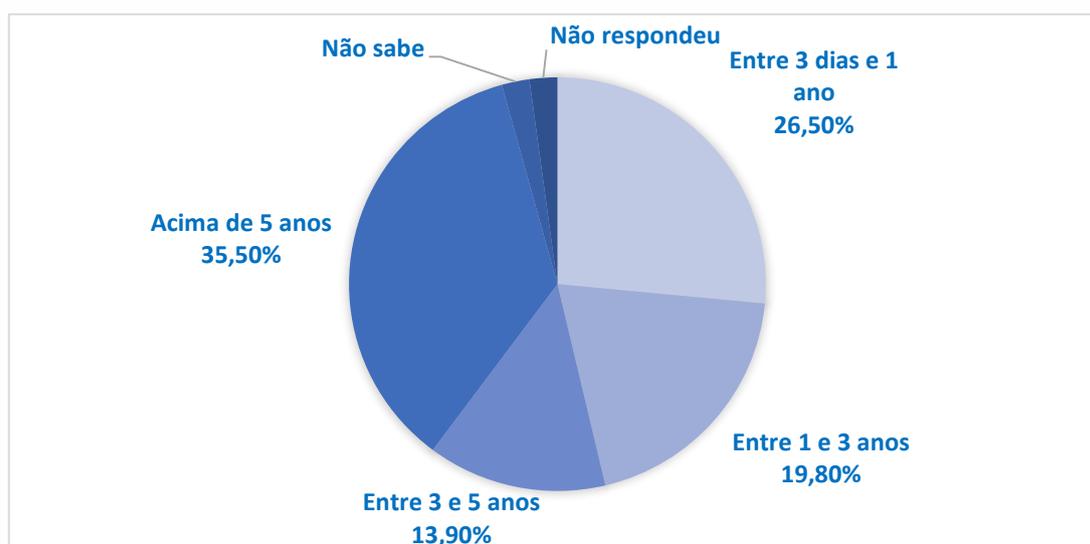


Figura 14: Questão – Quanto tempo em situação de rua?
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

A pesquisa mostra que 26,5% das pessoas estavam nas ruas há menos de 1 ano, indício de que esta é uma condição adquirida, o que pode estar relacionado a uma “mudança” nas ruas, devido aos efeitos do período recente de pandemia, aumento da pobreza, desemprego, fome e redução do Estado no país. Aproximadamente 19,8% viviam entre 1 e 3 anos nas ruas; 13,9% vivem entre 3 e 5 anos; e 35,5% há mais de 5 anos na mesma situação, mostrando também que estar nas ruas pode não ser uma condição breve ou passageira para essas pessoas.

O percentual de pessoas que estão há mais de 5 anos nas ruas pode ser o indicativo de uma cristalização dessa situação. Depois de uma longa permanência, é muito difícil reverter essa condição sem uma presença efetiva e complexa por parte do Estado. É o que vem sendo considerado por programas como o Moradia Primeiro, iniciativa que preconiza a conquista da moradia como ponto inicial para o trabalho junto a esta população, com prioridade para as pessoas em condição mais vulnerável e que estão há mais tempo nas ruas.

Nessa perspectiva, o acesso à moradia, ao invés de representar o ponto de chegada, é compreendido como ponto de partida para o cumprimento de outros direitos básicos, pois representa meio e forma de ampliação das capacidades para aderir às políticas públicas. Estudos apontam que a permanência em situação de rua é bastante difícil de ser revertida, como demonstra o fato de, aproximadamente, 55% dos/as entrevistados/as não saírem da rua, desde que passaram a utilizá-la como espaço de moradia (Figura 15). Do mesmo modo, ocorre o fato de retorno temporário para a família ou domicílio, sem ampliação das capacidades de responder às demandas cotidianas, como revelam os casos de 43,3% dos/as entrevistados/as. Em síntese, seja para barrar o fluxo até as ruas, seja para conter o fluxo de retorno às ruas, o Estado é essencial e precisa ser “algo” com que se possa efetivamente contar.



Figura 15: Questão – Já deixou de viver nas ruas e depois retornou?
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Destacamos o fato de que 47% da população em situação de rua do Recife é resultante de fluxo migratório, em algum momento de suas vidas, o que justifica a necessidade de análises ampliadas sobre fluxo e mobilidade na região metropolitana do Recife, assim como em todo o estado e estados circunvizinhos.

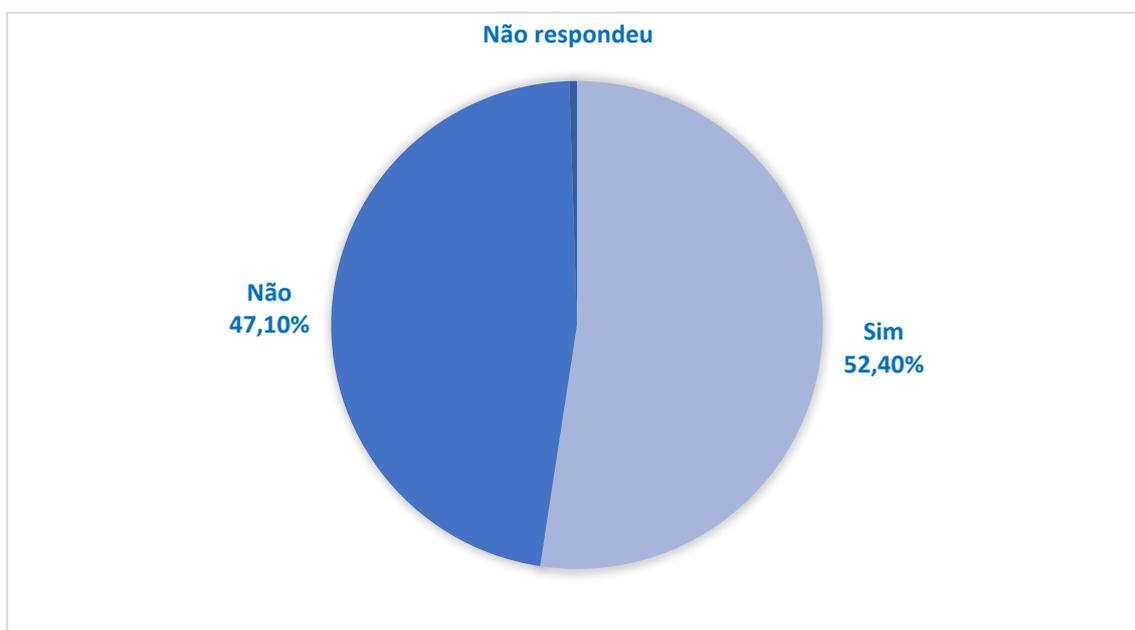


Figura 16: Questão – Sempre morou em Recife?
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

A questão sobre a migração, se a pessoa sempre morou em Recife, vinha seguida de outra questão referente ao local onde a pessoa morava antes de vir para a cidade. A partir dos dados apresentados, percebemos uma movimentação predominante das cidades do interior do estado para a capital, bem como de estados circunvizinhos para a capital de Pernambuco, apontando para uma migração de caráter regional.

Os dados sobre migração da população em situação de rua do Recife dialogam com os achados de outros censos. É importante considerar, também, que há muitos relatos de pessoas que, em situação de rua, rodam diferentes municípios, fazendo inclusive uma série de considerações sobre as diferenças em termos de serviços, acompanhamento e estrutura nas diferentes cidades, principalmente entre as capitais da região nordeste. Isso demonstra que, mesmo para políticas e serviços referenciados, vários aspectos interferem na implementação, a exemplo dos/as trabalhadores/as da ponta e da burocracia de médio escalão. Cabe também registrar que tivemos, durante o tempo do censo, denúncias de condutas higienistas, como o uso

das antigas práticas de remoção de pessoas em situação de rua de cidades do interior para a capital do estado. Práticas aporofóbicas, ilegais e imorais cometidas por agentes públicos e com funções públicas, que precisam ser conhecidas, denunciadas, investigadas e punidas.

Consideradas estas questões, é importante compreender que a migração (quando voluntária) via de regra pressupõe para as famílias e para os indivíduos um “projeto de melhorar de vida”, de sair de uma situação de opressão e violência para outra, que, ao menos a princípio, represente alguma possibilidade de ter uma vida melhor. Há casos de exceção relacionados com “fuga”, necessidade de migração devido a ameaças de morte ou de atentado contra a integridade física. Na literatura e na história brasileira, o evento migratório é bastante significativo, expressões como “sul maravilha” e “fazer a vida em São Paulo” fazem parte da história de um país que é desigual desde o mito da fundação. Há uma desigualdade de amplo espectro, que atravessa as trajetórias de indivíduos e de regiões. Entre as principais razões para a migração, foram apontadas a necessidade/expectativa de:

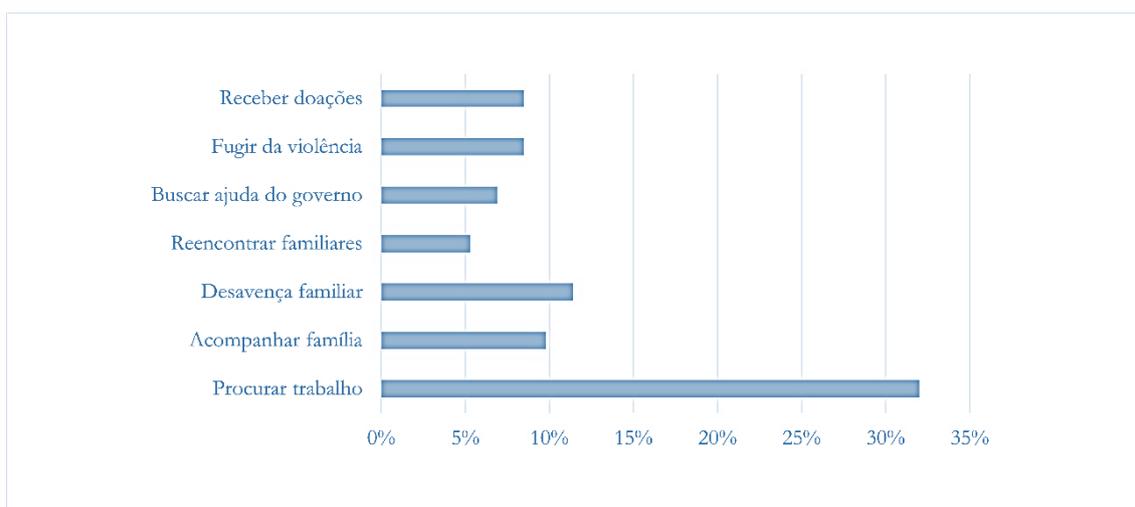


Figura 17: Questão – Por que veio para o Recife?
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

A busca por trabalho figura entre as razões principais de deslocamento para a cidade do Recife. Cynthia Sarti (1994), em *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*, vai tratar dos dramas das famílias pobres na busca por dar materialidade aos projetos de melhorar de vida e aos sonhos que não se realizam. São, então, os projetos não concretizados na chegada à cidade, a ausência de redes de apoio estabelecida e os trabalhos que não dão certo que fazem com que as trajetórias das pessoas encontrem as ruas. Esses fatores abrem espaço para uma série de conflitos e rupturas.

Entre as razões que levam as pessoas a começarem a dormir nas ruas (Figura 18) permanecem os conflitos familiares como a principal causa apontada, bem como o uso prejudicial de drogas lícitas e ilícitas. Cabe destacar que esses dados não podem ser analisados em separado, uma vez que acabam compondo um conjunto de não acessos ou incapacidades que se manifestam a partir da perspectiva do conflito.

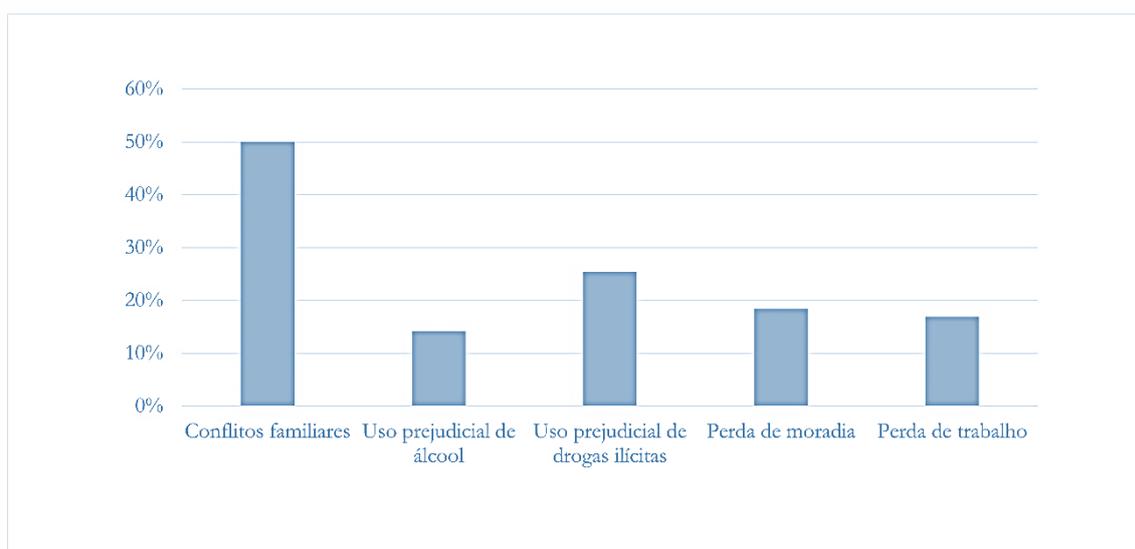


Figura 18: Questão – Por que começou a dormir na rua?
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

As trajetórias que conduzem às ruas, geralmente, são apontadas sob uma nuvem muito espessa denominada conflitos familiares, como apontam 50% dos casos. Isso é o que dizem os dados sobre a população, mas as razões dos conflitos, as que se tornam, para algumas pessoas, insustentáveis, precisam ser explicadas. De um modo geral, os conflitos fazem parte da vida humana, mas a perspectiva de ocasionarem desfiliações, apartações, exclusões sucessivas, entre outros aspectos que levem até as ruas, acreditamos que se vinculem diretamente com a pobreza, escassez, ausência de ativos de poder e, o mais importante, a não presença do Estado ou a presença de forma subsidiária na sociedade e na vida das pessoas, famílias e territórios. Nas histórias que ouvimos, o Estado não era “algo” com que se pudesse contar.

Nesse sentido, as vidas vividas nas ruas são determinadas por muitas barreiras de acesso, pode ser a cidade e seus diferentes espaços, podem ser as políticas públicas e as instituições. De um lado, se este é um dado esperado e, em alguma medida, conhecido, lançamos luz para o fato de que as barreiras de acesso estão postas também na possibilidade de vivenciar dimensões essenciais à humanização das pessoas, como vínculos familiares, afetivos e de saúde socioemocional.

Em relação aos vínculos estabelecidos com familiares, é importante destacar que aproximadamente 70% das pessoas em situação de rua possuem vínculos familiares mantidos de forma mais ou menos constante (Figura 19). Em 35% dos casos, a frequência de contato é semanal (Figura 20). Destacamos também o fato de que 78% afirmam não ter outro parente em situação de rua (Figura 21). É importante explicar que, nos casos em que a pessoa vivencia uma relação afetiva estável nas ruas e responde que não têm parentes nas ruas, isso aponta para uma compreensão da família enquanto parentesco biológico e vinculada à origem.

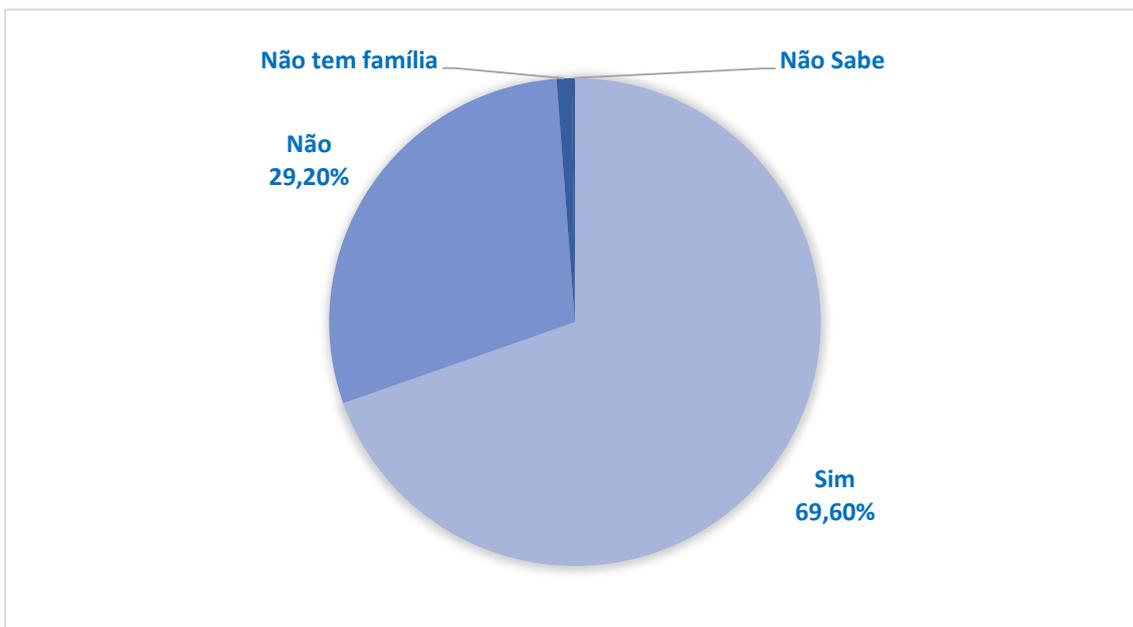


Figura 19: Questão – Possui vínculo familiar?
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

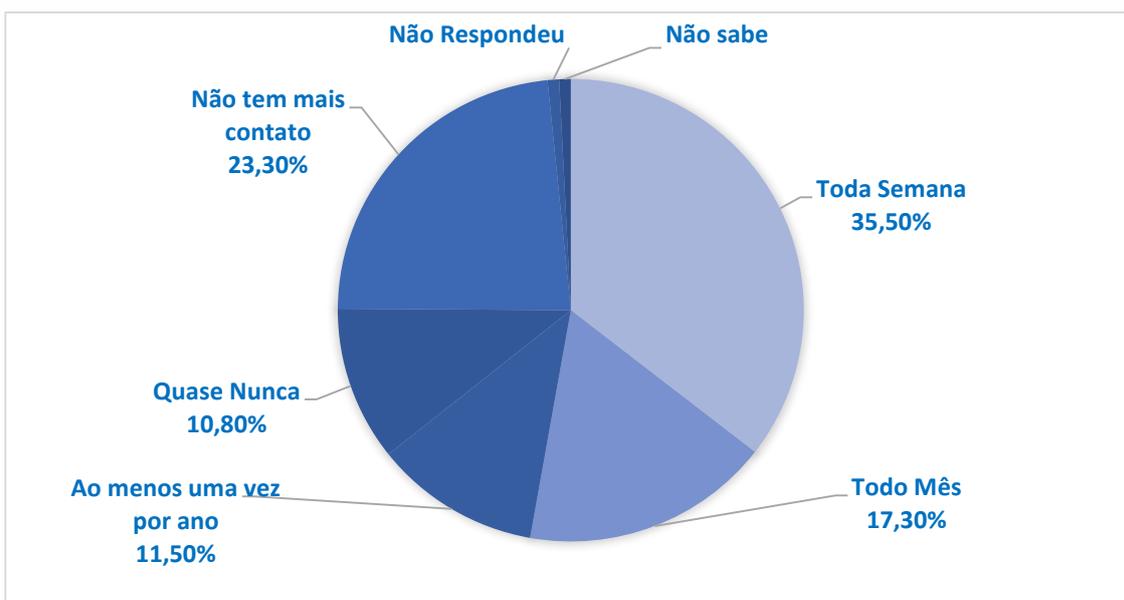


Figura 20: Questão – Com que frequência tem contato com os parentes domiciliados?
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

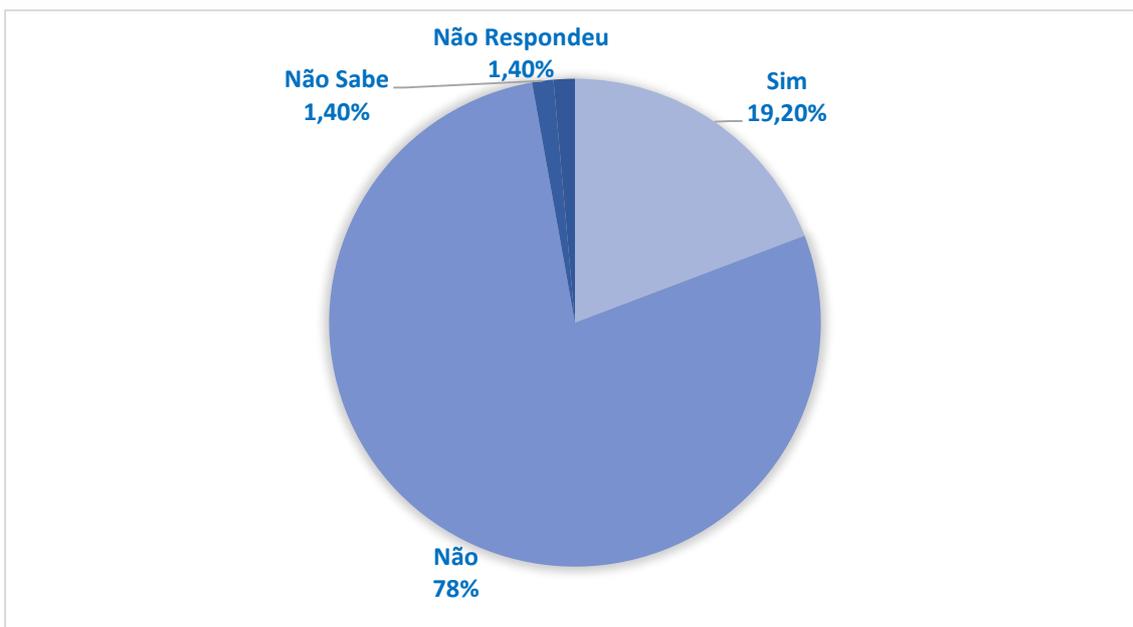


Figura 21: Questão – Tem parente em situação de rua?
 Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Abriremos aqui um parêntese sobre o momento de aplicação dos formulários censitários. Apesar das perguntas solicitarem respostas diretas sobre as opções apontadas, o que é uma característica de formulários fechados, as respostas vieram em meio a muitas explicações e justificativas, fragmentos de histórias, apresentação de documentos, fotografias, exames médicos, cicatrizes no corpo e na alma. Nos momentos de interação, vimos algumas fotos de família e, além disso, ouvimos relatos, a exemplo do fato de que, mesmo estando nas ruas, as pessoas têm, por vezes, a demanda de contribuírem em suas casas, seja através de parte do benefício recebido, seja através de renda obtida com o trabalho, seja socializando alguma doação a que tiveram acesso.

Essa referência à “ajuda” para a manutenção da família de origem foi algo recorrente: “mando o dinheiro dos meninos”; “ajudo na feira da minha mãe”. Nessa mesma linha, foi apontado, como parte dos projetos e sonhos dessas pessoas, ter trabalho e renda para ajudar mais e com mais regularidade e deixar de fazer “uso” de álcool e/ou outras substâncias para dar orgulho para mães e filhos. Essas respostas remetem para diversas questões, destacaremos duas: 1) o fato de que a família, ainda que esteja fora da rua, está em condição demandante de suporte, provavelmente em situação também de extrema vulnerabilidade, ainda que sob um teto; 2) no caso de pessoas em situação de rua com uso abusivo e/ou prejudicial de álcool e outras drogas, os episódios de “desorganização” levam ao consumo ampliado, ocasiões em que o recurso da “ajuda” é direcionado para o uso, atuando também como aprofundamento de conflitos e

acentuando a vivência de culpa e de sofrimento emocional. Houve várias referências a esses dois aspectos, mas há outros, e a publicização dos dados do censo pode servir de chave de leitura para outras reflexões.

Cabe destacar que estamos projetando para a situação de rua a perspectiva de trajetórias que conduziram as pessoas até essa condição. As razões para isso já foram anteriormente apresentadas neste texto, mas destacamos, mais uma vez, que compreendemos a situação de rua como um evento mais ou menos permanente, relacionado a muitos outros, que guardam como característica comum a desproteção e incapacidade de lidar com determinadas circunstâncias, riscos, violações e/ou vulnerabilidades. São situações que acabam por promover sucessivas desfiliações sociais. Nesse sentido, a partir da perspectiva da trajetória, é preciso retomarmos uma leitura sobre o fato de que os conflitos familiares são apontados, por quase 50% dessas pessoas, como o motivo principal que as leva a dormir nas ruas. Consideramos importante destacar que os conflitos familiares provavelmente acabam assumindo uma dimensão guarda-chuva, espécie de “meta motivo” para abrigar uma série de outros conflitos vivenciados, que, por vezes, compõem uma trama tão complexa que é difícil analisá-los em separado.

O caso dos “conflitos familiares”, tal qual acontece com o conceito de exclusão social, na perspectiva apresentada por Robert Castel, precisa ser qualificado para produzir efetivamente uma narrativa, um discurso. Não há indícios aparentes sobre quais são os motivos ou as razões a se enfrentar. Surge, então, uma questão central: *quais são as dimensões da vida que precisam ser compreendidas dentro do campo da política para minimizar a capacidades de os conflitos familiares operarem por rupturas, desfiliações e/ou apartamentos tão significativos?*

A questão da manutenção dos vínculos é extremamente relevante, e quando conhecida, deve balizar a construção de projetos de vida que passem pela saída das ruas com condições dignas e suficientes para uma organização progressiva fora dela. Não há um “manual” sobre como trabalhar a questão dos vínculos familiares, não devemos partir de uma perspectiva de que precisam sempre ser reconstituídos e/ou mantidos, há vínculos de origem que são nocivos e outros criados em condições degradantes, a exemplo da vida nas ruas, que podem ser positivos e incorporados em novos projetos de vida. Mas é fato que, sendo uma dimensão importante da humanização dos sujeitos, as histórias e trajetórias familiares precisam ser conhecidas, significadas, para que efetivamente se possa atuar em uma perspectiva de proximidade, de trajetória, de customização no campo das políticas públicas.

As questões acima apresentadas podem e devem ter outros aprofundamentos. Há, nos dados, muitos aspectos relacionados às trajetórias das pessoas em situação de rua em Recife que

precisam ser aprofundados e relacionados. Nesse sentido, é necessário cada vez mais compreender as dinâmicas familiares, as experiências conjuntas vivenciadas por indivíduos que resguardam diferentes tipos de vínculos e que, via de regra, fazem com que tenham uma história comum. As políticas públicas precisam compreender essas dinâmicas, não no sentido de culpabilização, mas no sentido de obter um diagnóstico dos conflitos e dar capacidade de reação a essas pessoas. É preciso também considerar que a dinâmicas da vida cotidiana sempre é resultante das relações sociais e acontecem em territórios particulares, em diferentes formas de apropriação e uso dos espaços que precisam também ser considerados.

Em *“A Família na Historiografia Brasileira: bases e perspectivas teóricas”*, Marisa Tayra Teruya (2000) afirma que as famílias, no início da década de 1970, se apresentavam com contornos mal definidos e frequentemente confundidas com o que poderia ser considerado alguma de suas partes, mas chegou renovada aos anos 1990, movimentando-se de uma visão limitada e estática no tempo, para ser examinada como um processo ao longo da vida inteira de seus membros. Isto é, passaram de estruturas domésticas e nucleadas para grupos de parentesco mais vasto.

Em *Produção sociojurídica de famílias “incapazes”: do discurso da “não aderência” ao direito à proteção social*, Gracielle Feitosa de Loiola (2020) afirma que é no encobrimento da nossa incapacidade de efetivamente trabalhar com as famílias e territórios, de lidar com a complexidade das expressões da questão social na sociedade de modo geral, e, na vida das famílias e indivíduos em particular que se produz o mito da incapacidade das famílias. Esse mito se reproduz a partir do discurso, inúmeras vezes repetido, sobre a incapacidade de famílias, via de regra, pobres, pretas, de maternidade solo e periféricas, protegerem os seus membros.

Sem sacralizar as famílias, Gracielle revela “histórias permeadas por violências e abandonos”, denunciando “a desigualdade social por trás da incapacidade de cuidado”, que permeia o discurso do “outro”, opina, culpabiliza e decide sobre a (in)capacidade protetiva das famílias em relação aos seus filhos, no interior da indiferença e da ausência do Estado em assegurar proteção social. Cabe destacar que esse movimento não se relaciona especificamente ao SUAS, mas às diferentes maneiras de encobrimento das formas de ver e perceber a realidade.

Apresentados os dados desta seção, ressaltamos que o movimento de abreviar as vidas em uma sociedade como a nossa, via de regra, está associado a um processo de estigmatização dos sujeitos, de culpabilização destes/as por sua própria sorte. A análise dos conflitos familiares como a principal razão para que haja a intercessão entre as trajetórias de homens, mulheres, crianças e famílias com as ruas como espaço para morada é refletida em vários outros estudos,

principalmente devido ao seu protagonismo entre as razões e motivos apontados para as vivências nas ruas. O que inferimos é que a utilização deste termo está associada a uma espécie de anúncio de vários outros conflitos, sofrimentos, negligências e dores. Nesse sentido, os conflitos familiares são desencadeados ou agravados a partir de outros fatores também elencados, como o uso prejudicial de drogas ilícitas, álcool, a perda do trabalho, e, conseqüentemente, de renda e a perda de moradia.

São inúmeros os casos de depressão e transtornos psíquicos vivenciados pelas famílias e indivíduos, diretamente relacionados a um cotidiano marcado pelo sofrimento, pela ausência de capacidades de estabelecer um projeto de vida para além da sobrevivência, vidas marcadas por extrema privação material e afetiva. O que nos parece importante considerar nessa questão é o fato de que a vida das pessoas se dá a partir de movimentos, eventos que podem ter repercussão muito significativa, principalmente se não se dispuser de poder suficiente para enfrentá-los. Nesse sentido, é na incapacidade para lidar com movimentos da vida, como a morte de uma pessoa de referência, uma situação ou contexto de violência, ausência de renda suficiente, que faz com que seja impossível permanecer em casa. É importante também considerar que a família existe nas relações com quem não mora na casa, mas no “bairro”, considerando-o enquanto espaço ou paisagem resultante das relações sociais.

A essa altura, para não restar dúvida, afirmamos que a “culpa” não é da família pela reprodução de desigualdades, injustiças e privilégios. Para Jessé, o olhar ingênuo e não treinado do senso comum só consegue perceber a “família” como último elo da cadeia de causas que levam às desigualdades.

O fato de o senso comum nunca perceber a presença das classes e da economia moral que vai determinar o comportamento peculiar de cada classe é o que explica precisamente que a ‘determinação social’ dos comportamentos individuais seja sistematicamente escondida e ‘esquecida’. Como esse aspecto central é deixado às sombras, pode-se culpar ‘indivíduos’ por destinos que eles, na verdade, não escolheram (Souza, 2016, p.51-53)

Nesse sentido, a permanência dos conflitos familiares entre as principais razões que levam as pessoas a começarem a dormir nas ruas nos leva a afirmar que esses dados não podem ser analisados em separado, a partir da responsabilidade exclusiva das famílias que supostamente “fracassaram”, uma vez que reportam para uma trama, que atua pela composição nas trajetórias, de um conjunto de não acessos ou incapacidades que se manifestam a partir da perspectiva do conflito. Para estabelecer um movimento que acabe por implodir a perspectiva de que “conflitos familiares” seja o ponto final de uma compreensão sobre as trajetórias que convergem para as ruas, é preciso atuar, de acordo com Teixeira (2010), na superação dessa tradição histórica das

concepções de família-padrão, família regular X família irregular, e na utilização de metodologias de trabalho que, de fato, abordem, de forma dialética e articulada, assuntos internos e externos à família (Teixeira, 2010).

Está posta a necessidade de romper com a perspectiva historicamente marcada por análises segmentadas por categorias dispostas “a partir de ‘indivíduos-problemas’ e ‘situações específicas’, como, por exemplo, trabalho infantil, abandono, exploração sexual, delinquência, dentre outras, não contemplando a família como uma totalidade” (Teixeira, 2010). Apesar dos avanços no campo normativo das políticas sociais brasileiras, incluindo a Assistência Social, Solange Texeira (2015, p. 216) aponta que diversos estudiosos têm registrado “um descompasso entre a importância atribuída ao papel da família e a falta de condições mínimas de vida digna e de suporte e serviços familiares ofertados pelo poder público, o que mostra que, na prática, ocorre mesmo uma responsabilização da família pela proteção social de seus membros” (Teixeira, 2015, p. 216). A autora ressalta ainda que tem predominado, nos sistemas de proteção social, a adoção do princípio da subsidiariedade da intervenção do Estado, o qual só deve atuar quando a família falha na sua responsabilidade de proteção e cuidados (Teixeira, 2015, p. 217).

Nesse sentido, a pandemia de Covid-19 não só expôs o mundo a um novo vírus como escancarou outras faces das desigualdades em um contexto de capitalismo global. A sensação de que a “normalidade” estava se desmanchando veio seguida da confirmação de que o normal em curso já era organicamente patológico e que a vulnerabilidade não chegou com o vírus, mas como a efetivação de um processo de desmonte do Estado em curso (rosa, 2020). A pandemia, ainda que tenha sido uma condição excepcional, revelou algo que é uma característica do próprio neoliberalismo, a responsabilização das pessoas em relação às dimensões da vida, do cuidado, da geração dos elementos para tornar a vida em sociedade possível.

Retomando a reflexão proposta por Gracielle Loiola (2020), a produção sociojurídica das famílias incapazes de aderência às políticas públicas, aponta para a projeção que se faz a respeito da capacidade das famílias, muitas vezes mulheres mães, com rede de apoio inexistente ou extremamente fragilizadas, de, ao menor toque da presença do Estado, responder ao desenho de “organização” progressiva de suas vidas, dores e histórias. O mito das famílias incapazes, colocado pelas políticas públicas, é respaldado por uma sociedade que grita aos quatro ventos que “não se deve dar o peixe, é preciso ensinar a pescar”, que antes da entrada se deve pensar nas portas para a saída, que a solução para a pobreza é o controle da natalidade e dos corpos das mulheres pobres, etc.

É para compreender essas famílias, que chegam até os serviços e às ruas e tem respostas tão diferentes ao trabalho desenvolvido, que lançamos mão da perspectiva das capacidades e funcionamentos de Amartya Sen (2010). Viver em situações de privação resulta, para o autor, em redução da liberdade.

Esta liberdade está relacionada a condições que são necessárias para os sujeitos definirem, por si mesmos, um ideal de vida boa, como por exemplo: ir ou não à escola, isso pode ser considerado uma escolha, desde que exista no território a oferta desse serviço. No entanto, a liberdade de permanecer na escola não está relacionada só ao direito da matrícula, mas em ter condições de permanecer nela, sem, por exemplo, ter, a todo o momento, o risco abandoná-la para contribuir na renda familiar. Se, por exemplo, as famílias com crianças pequenas têm acesso à creche (capacidade), isso permite que as mulheres possam sair para trabalhar (funcionamento). Se a escola trabalha de forma próxima, buscando envolver as famílias, as crianças, os adolescentes e o território (capacidade), a possibilidade de perceber a educação como algo importante no projeto de vida tende a aumentar (funcionamento).

Cabe ressaltar que, na perspectiva de Sen (2010), as capacidades de funcionamento de que dispõem os sujeitos não são simplesmente autogeradas, o que reforçaria a perspectiva da meritocracia, para a qual basta as pessoas se esforçarem para terem acesso ao que quiserem. Para o autor, os efeitos das condições externas são determinantes. Walquiria Rego e Alessandro Pinzani (2013) ressaltam a importância de as famílias perceberem que o Estado reconhece sua existência, e que suas necessidades não podem ser supridas por elas mesmas, ou com ações setoriais e sem acompanhamento.

Nesse caso, a existência de famílias pobres demanda a existência de capacidades para funcionamentos, e o Estado precisa assumir o seu papel de provimento de condições para a materialização da cidadania, através de suas diferentes políticas. O fato de que dentre as razões de se ter começado a dormir nas ruas, em 50% dos casos, estejam as dimensões dos conflitos familiares, relaciona a todos os aspectos acima elencados e abre possibilidades para a análise de muitos outros.

CIDADANIA

“Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento. Mas ninguém chama violentas as margens que o comprimem” (Bertolt Brecht)

Neste item do Censo, refletiremos acerca dos dados relacionados à posse de documentos, acesso a benefícios governamentais, à moradia e passagem pelo sistema prisional. Assumimos e partilhamos a compreensão de que para o acesso à cidadania não são suficientes a existência de leis ou de espaços de representação. É preciso mais para que vivamos em uma sociedade democrática. Essa experiência não pode ser percebida fora do “rio” de nossa história, para se “ler” o rio, há que se perceber as “margens”, ou limites, ao mesmo tempo concretos e simbólicos para que a democracia se transforme em exercício cotidiano.

Na exposição dos resultados do nosso trabalho, tentamos construir uma narrativa que revele a articulação entre dados empíricos e pressupostos teóricos referentes à cidadania, ou dito de forma mais precisa, para a vivência de uma espécie de subcidadania pelas pessoas em situação de rua, por isso o recurso ao Bertold Brecht.

Sobre os dados levantados acerca da posse de documentos, as respostas foram:

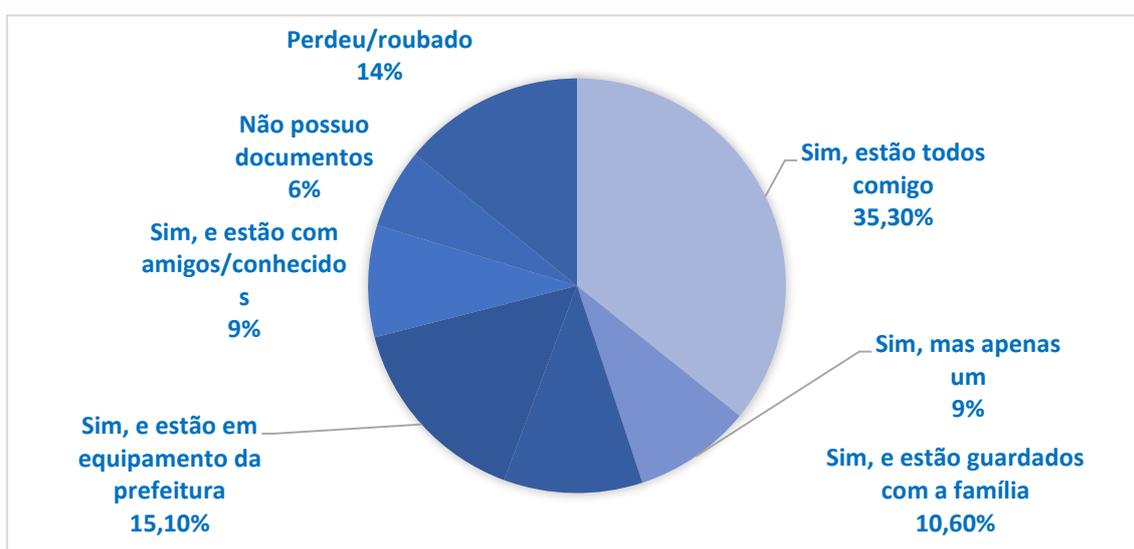


Figura 22: Questão – Possui os documentos pessoais?
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

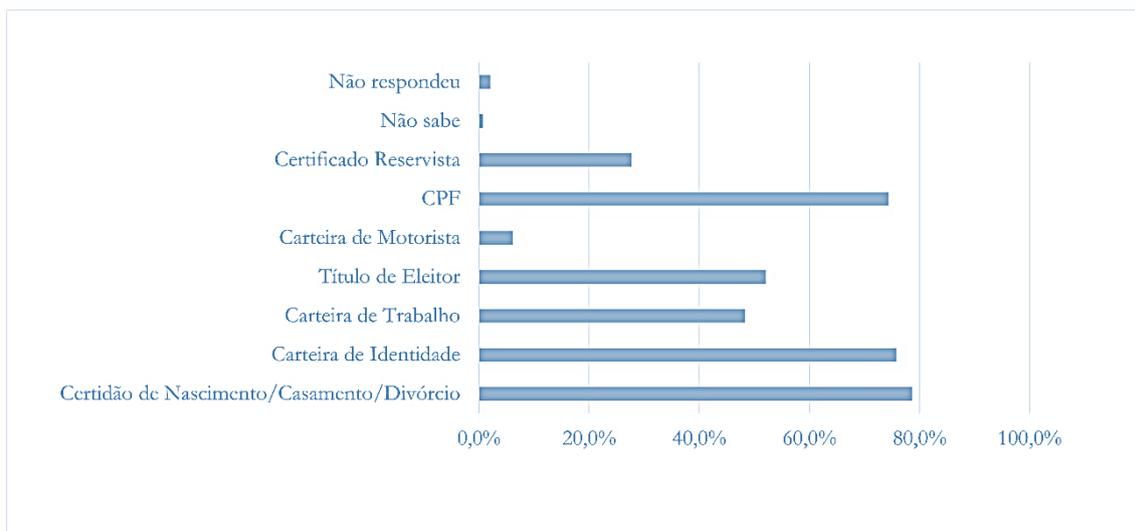


Figura 23: Questão – Quais documentos possui?
 Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

A grande maioria das pessoas em situação de rua possui documentos processuais, o que remete a uma ação para que este acesso tenha sido garantido e materializado, considerando que o contrário poderia ter imperado, a manutenção das barreiras de acesso para obtenção dos mesmos, principalmente considerando as “perdas” sucessivas e a necessidade recorrente de emissão de novas vias.

Na relação entre acesso para a documentação e direito, destacamos que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) estabelece que toda pessoa tem direito à identidade. Nesse sentido, toda pessoa em situação de rua tem direito a tirar sua documentação, tais como: RG, CPF, Certidão de Nascimento e carteira de trabalho. Neste campo, predominam os debates sobre fluxos e exigência menores para o acesso, mesmo sem comprovante de residência, considerando que a pessoa pode utilizar o endereço do equipamento da assistência social ao qual está referenciado para garantia do acesso.

Nessa perspectiva, o Registro Civil de Nascimento é um direito humano em si, primeiro instrumento de exercício da cidadania e de garantia dos direitos fundamentais, remete para o direito da pessoa a ter reconhecido o seu nome, sua genealogia, sua data e local de nascimento, sua identidade enquanto indivíduo e coletividade, cabendo ao Estado atuar na erradicação do sub-registro civil de nascimento.

Faz-se necessário apontar, por razões e motivos óbvios, que o poder público é figura central para o problema e para sua solução. Para o problema, dado o número de violações de direitos por parte de agentes públicos. Há a demanda e necessidade de novas emissões a partir, principalmente, das ações da “zeladoria urbana”, somadas à ação da polícia e da ausência (ou

presença insuficiente) de locais permanentes e disponíveis para guarda de documentos, ainda que os Centros Pops cumpram este papel para o grupo referenciado no equipamento. É importante estabelecer ações integradas e de diálogo permanente, para que as ações confluem ao invés de existirem de forma antagônica.

Cabe aqui o registro de que, nos momentos de aplicação do formulário de recenciamento, a questão de ter espaços permanentes para a guarda de pertences veio à tona muitas vezes e por muitas pessoas, não só em relação à guarda de documentos, mas dos pertences de modo geral. O fato de terem suas “coisas”, durante todo o tempo, junto ao corpo faz deles espécies de “homens caracóis”, “homens tartarugas”, expressões que foram utilizadas para representar esta situação. O deslocamento constante com mochilas ou bolsas, além de favorecer as perdas, amplia o estigma: *“As pessoas já sabem que a gente é da rua e daí não tem oportunidade”*. Essa colocação, amplamente conhecida por quem trabalha com esse grupo, atua na ampliação e criação de barreiras para o acesso.

As sucessivas “perdas” de documentos por parte dessa população implicam em custos relacionados às novas emissões, com destaque para o tempo gasto pelas pessoas em situação de rua, bem como das equipes responsáveis pelos encaminhamentos. A questão da documentação constitui importante barreira colocada para o acesso às políticas públicas, uma vez que ainda é bastante recente o debate sobre grau mínimo de exigência para acesso aos direitos por parte dessa população.

Ter documentação relaciona-se de modo concreto e simbólico para o campo da dignidade. Ter documentos, representa, em alguma medida, um primeiro passo de reconhecimento como membro de uma comunidade, a possibilidade de estabelecer projetos, de viabilizar fluxos e processos, a exemplo de tirar a carteira de trabalho para buscar emprego, casar-se, entre outros. Neste ponto, afirmamos ser bastante importante a movimentação relacionada ao aprimoramento dos fluxos para a emissão e para a celeridade no e para o acesso.

Em relação aos benefícios, 50,2% afirmaram que recebem. Sobre esse número, é preciso ser destacado e posteriormente analisado o fato de que muitas pessoas em situação de rua, principalmente no contexto da pandemia da Covid 19, passaram a receber o Auxílio Emergencial e depois o Auxílio Brasil, 48,4%. O acesso ao Benefício de Prestação Continuada- BPC, corresponde a 5,3% dos casos e, em proporções significativamente menores, 1,8% acessam a aposentadoria.

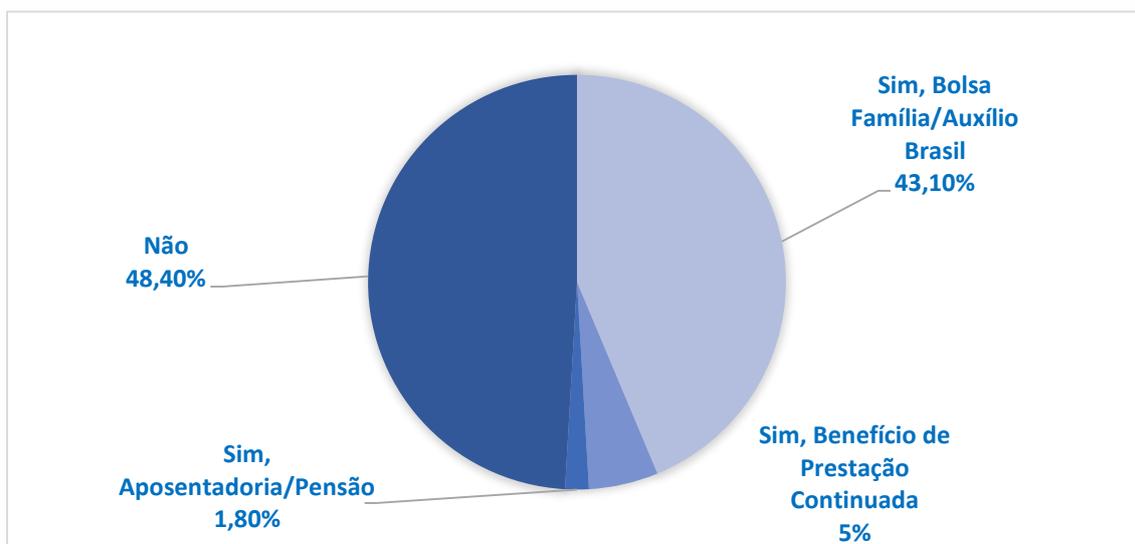


Figura 24: Questão – Recebe algum benefício?
 Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Estes dados apontam para um esforço significativo de ampliar a inserção desse segmento no CadÚnico, como forma de buscar reduzir as barreiras para o acesso aos direitos de cidadania.

Como cidadãos integrais, as pessoas nessa situação devem ser atendidas pelas diversas políticas públicas. É o que afirma o Decreto Federal nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, um passo fundamental nessa trajetória de conquista de direitos. Essa Política apresenta ações transversais e diretrizes para políticas específicas voltadas a essa população. Uma construção coletiva com a participação de diversos ministérios e setores da sociedade, incluindo movimentos sociais representativos da população em situação de rua. A Política Nacional é estruturada pelo princípio da igualdade, expresso na Constituição brasileira, e define a necessidade de ações articuladas entre todas as áreas do governo, para que sejam implementadas ações efetivas que possibilitem a construção da autonomia das pessoas em situação de rua. Entre as definições da Política Nacional está a inclusão das pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais, para viabilizar a implementação de políticas sociais voltadas ao atendimento dessa população (MDS, 2011).

Apontamos também que, sendo a pobreza um problema complexo, como tal, não admite uma solução fácil, serão necessários estudos sobre o impacto, principalmente do Auxílio Brasil, na vida das pessoas em situação de rua, principalmente considerando seu cotidiano e trajetórias multifacetados, em que o acesso à renda, se não combinado com uma rede efetiva e de tramas densas de proteção e garantia de direitos, pode não ser suficiente para atuar de modo mais efetivo no enfrentamento à degradação das condições de existência e, por conseguinte, de acesso e exercício da cidadania. Destacamos ser imprescindível o esforço em curso pela inserção dessa população no CadÚnico.

Em relação à passagem pelo sistema carcerário, 59% das pessoas em situação de rua na cidade do Recife não tiveram passagem pelo sistema, o que é um número bastante significativo e precisará ser analisado, inclusive para romper mitos relacionados ao perfil da população em situação de rua (Figura 25).

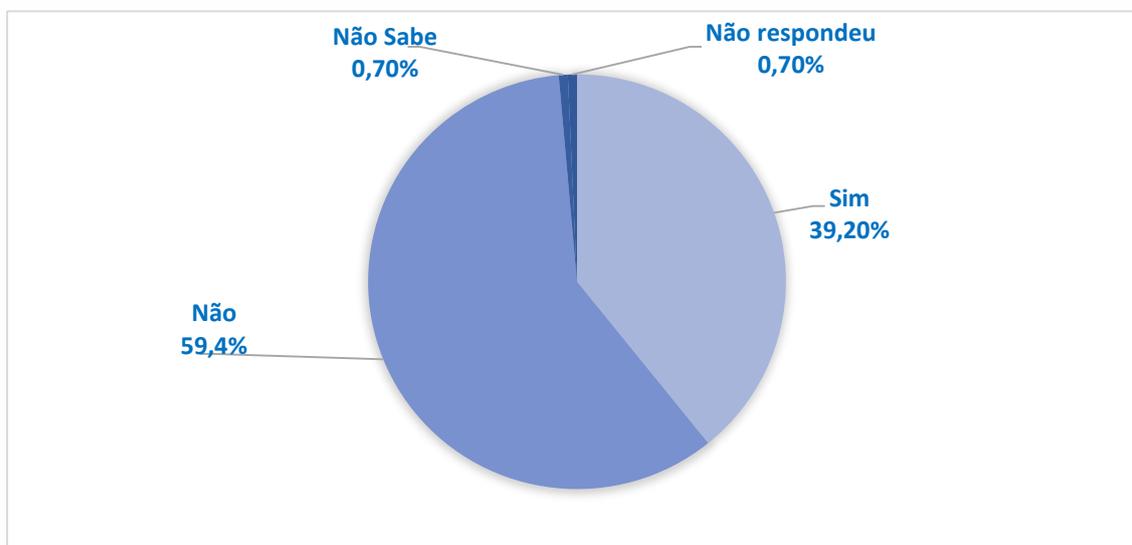


Figura 25: Questão – Tem passagem pelo sistema carcerário?
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

No entanto, o fato de que 39% dessa população teve passagem pelo sistema prisional, nos aponta o peso dos estigmas e ausência de políticas efetivas que antecedem o cárcere, se materializam no cárcere e ultrapassam o encarceramento. Nesse sentido, o cárcere e o encarceramento atuam como uma espécie de aprofundamento das condições de desfiliação, não acesso e subcidadania. Importante considerar que, a intercessão entre a saída do cárcere e a situação de rua relaciona-se com o fato de que a remissão da pena, do regime fechado para o meio aberto, pode não implicar em um retorno para a vida familiar e comunitária.

Muitas vezes, não há para onde voltar, há casos em que as pessoas admitem ser ameaçadas de morte ao saírem do cárcere, o que acontece em ocorrências muito frequentes, impedindo o retorno para os territórios de origem, há também relações familiares e comunitárias que foram demasiadamente degradadas durante o tempo do cárcere. Cabe destacar que essa é uma situação que precisa ser discutida e analisada à luz do papel do Estado durante o tempo do cárcere e no pós-cárcere, em termos de provisão de meios.

O cárcere e o encarceramento constituem um fenômeno essencialmente vinculado aos elementos constitutivos da subalternidade. As trajetórias pós-cárcere configuram realidades marcadas pela negação e violação de direitos fundamentais e básicos para garantia de uma vida digna, pelo alijamento de fala, pela desigual distribuição de poder. Ao sair da prisão, o cárcere permanece como marca e estigma, e a pessoa com trajetória de encarceramento é muitas vezes,

novamente, apartada e punida pela sociedade e pelas instituições. A passagem pela prisão, em muito pouco, favorece a abertura de possibilidades e ampliação de capacidades, uma vez que o peso do encarceramento agrava ainda mais as vulnerabilidades físicas, psicológicas e sociais presentes enquanto experiência em suas trajetórias, elementos coercitivos para a/o egressa/egresso se filiar de forma mais equitativa às demandas sociais.

Quando em liberdade, são vítimas de imensas dificuldades sociais e psicológicas. Amplia-se uma espécie de não autoridade para o discurso, somada às condições econômicas degradadas, redução das oportunidades (o que antes da passagem pelo cárcere era mínimo, passa a ser quase inexistentes). Nesse sentido, as dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho propiciam a reincidência delitiva, gerando ciclos viciosos de vitimização, violência, criminalidade, estigmatização e segregação social” (Instituto Elo, 2013, p. 18).

De acordo Rocha e Ercket (2013), as sociabilidades públicas e a vida privada conhecem sistematicamente novos constrangimentos pela forma como se constrói a narrativa do aumento da criminalidade, divulgada predominantemente pela mídia, alterando nossas concepções culturais sobre a confiança. O discurso generalizante sobre a insegurança e os riscos de se viver nas cidades desvela a necessidade da desconfiança do “outro”, do afastamento do “estranho”. Todavia, esse medo não é generalizado a todos os corpos e territórios, a sensação de insegurança e de risco ocorre em relação a determinados corpos e se materializa em determinados espaços. Os corpos com vivência do e no cárcere, somada a situação de rua, representam, via de regra, o “outro”, o “estranho” a ser afastado, combatido, controlado e, considerando a letalidade da polícia brasileira, por vezes, aniquilado. O Brasil é um dos países que mais encarceram no mundo, o faz sob as piores condições e não há comoção ou empatia da sociedade em geral com relação a essa condição.

Como afirmou Zaluar (1985), na introdução antropológica e afetiva, escrita para narrar os bastidores da sua chegada na Cidade de Deus, o que orienta as ações em relação ao contato com esses corpos, diferente de um tabu com proibições específicas, decorrente do contato com o impuro, é um medo construído pela leitura diária de jornais, com recepção favorável em uma sociabilidade fundamentada na interseccionalidade das desigualdades sociais e na opressão das relações de poder, de raça, gênero e classe.

A população penitenciária brasileira é composta majoritariamente por homens, negros, jovens e pobres. A taxa de negros aprisionados é consideravelmente maior quando comparada ao de brancos, segundo estudos, essa é a parcela da população com maiores chances de ser presa

por tráfico de drogas e com menos chances de conseguir ser solta em audiência de custódia (DINIZ, 2016).

O sistema penitenciário brasileiro representa a materialização, principalmente se considerado o fenômeno do encarceramento em massa, da política da inimizade, do afastamento e do controle de corpos dessa sociedade desigual e racializada. Soma-se a isso a invisibilidade das diferentes trajetórias desses sujeitos em meio a condições, muitas vezes, insalubres e instalações físicas inadequadas para a garantia de qualquer tipo de dignidade. Ao Estado, cabe função inversa, a de propiciar a reinserção social das/os egressas/os, possibilitando aos sujeitos subalternos, com passagem pelo cárcere, condições mais favoráveis à sua ressocialização e agenciamento.

As condições limitadoras permearam a vida de muitos desses sujeitos, resultado de “exclusões” múltiplas e históricas, falta de acesso à educação, ao trabalho, à habitação, à igualdade (respeitadas às diferenças), ao direito à cidade, entre outros. Como parte desse fenômeno, ressaltamos que pobreza e justiça, mesmo que de forma avessa, sempre caminharam juntas. O Brasil tem um legado histórico de tratar a situação de pobreza e rua, que são problemas sociais, como casos de polícia.

A Constituição Federal brasileira de 1988, ao afiançar os direitos humanos e sociais como responsabilidade pública e estatal, operou, ainda que conceitualmente, fundamentais mudanças, pois acrescentou, na agenda dos entes públicos, um conjunto de necessidades até então consideradas de âmbito pessoal ou individual. No entanto, mesmo após a Constituição de 88, ainda imperam, muitas vezes e em muitos lugares, práticas higienistas ou de afastamento, utilizando-se de mecanismos diversos, a exemplo da polícia, zeladoria urbana e arquitetura hostil. Como exemplo, podemos lembrar que:

[...] a detenção do vadio – uma instituição que vinha da Idade Média – projetou-se no Brasil até a Constituição de 1988, quando foi derrubada a contravenção definida como ‘vadiagem’, e que dava à polícia o direito de detenção de qualquer pessoa ao menos por 24 horas (Lessa, 2000, p. 13).

A apartação social designa um processo pelo qual se denomina o outro como um ser “a parte”, (apartar é um termo utilizado para separar o gado), ou seja, o fenômeno de separar o outro, não apenas como desigual, mas como um “não semelhante”, um ser expulso não somente dos meios de consumo, dos bens, serviços etc., mas do gênero humano. É uma forma contundente de intolerância social.

Sobre a moradia para as pessoas em situação de rua, se elas têm casa para morar e o tipo de acesso, essa questão remete para a necessidade percebida de, muitas vezes, mesmo tendo

moradia, terem de buscar a sobrevivência nas ruas, seja devido às condições de pobreza e apartação vivenciadas, seja pela impossibilidade de permanecer em casa, atravessada pelas condições de violência e de degradação de seus territórios e relações.

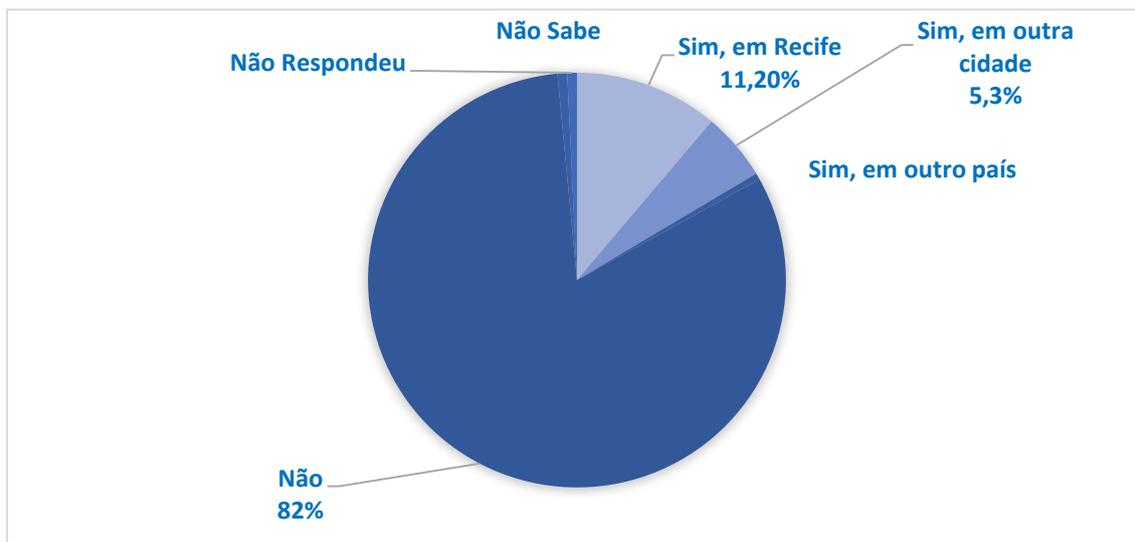


Figura 26: Questão – Possui residência?
 Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

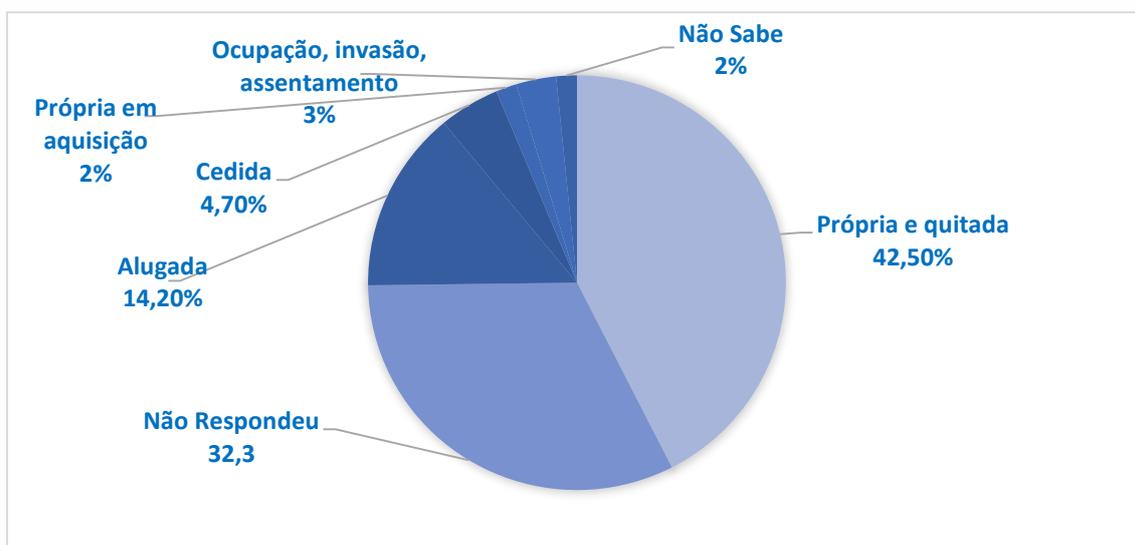


Figura 27: Questão – A residência é...? (para quem afirmou possuir residência)
 Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Os déficits em termos de acesso a direitos que viemos refletindo são agravados, de acordo com Caniato e Toninato, (2011), pela reprodução de estigmas em relação a esse grupo populacional, seja por parte da sociedade, seja por parte da mídia e do próprio poder público. É importante destacar que a reprodução de estigmas e humilhação não remete apenas às formas de abordagem das polícias e da zeladoria urbana, mas das instituições. Essa constatação levou o

poder judiciário a apontar a necessidade de se criar política pública judicial para atender a população em situação de rua de forma digna e decente.

No caso da mídia, imagens amplamente divulgadas com pessoas dormindo à luz do dia nas praças apontam para suposta ociosidade, situação de mendicância ou “cenas” de uso de drogas, por exemplo na “Cracolândia” em São Paulo. Essas imagens reportam para a criação de um perfil que, supostamente, retrata a totalidade das pessoas que estão nas ruas, associando a pobreza à preguiça, à criminalidade e à sujeira. Trata-se de uma concepção ideológica, na qual a população pobre é vista como degradada, perigosa e responsável pelos atos de transgressão.

Neste ponto, retomamos a perspectiva de uma sociedade decente, que “deveria garantir a dignidade dos seus membros [...] omitindo ações diretamente humilhantes”. O fenômeno da humilhação está intimamente ligado aos sentimentos de vergonha e de perda do autorrespeito experimentados pela pessoa humilhada.

A humilhação é dupla: por um lado, o indivíduo silenciado, por outro, vê imposta uma descrição que não corresponde à visão que possui de si mesmo e que representa um desrespeito à sua. Isso pode ser constatado cotidianamente no Brasil pela maneira na qual os pobres são descritos pelos membros da classe média e pela própria mídia (por exemplo, quando o indivíduo pobre é chamado de ‘marginal’, de ‘preguiçoso’, de ‘vagabundo’ ou é acusado de ser culpado pela sua situação, sem poder em momento nenhum oferecer sua visão da pobreza). Ao receber esse rótulo de membros perigosos, inúteis e associiais da comunidade, os pobres são de fato os excluídos expressamente dela; porém, espera-se deles, ao mesmo tempo, que se comportem como membros comprometidos com ela (Rego e Pinzani, 2013, p. 31-32).

Em síntese, a situação de rua relaciona-se com a radicalidade do desamparo diante da carência física, econômica e psíquica, e coloca, a céu aberto, aquilo que é negado por grande parte da sociedade. As sucessivas crises vivenciadas em nossa sociedade, associadas a inúmeras permanências de nosso passado colonial e escravocrata, são corresponsáveis pelas constantes “desfiliações” que operam ao longo da vida das pessoas em situação de rua. O que é revelado pela expressividade de indicadores de acesso a direitos anteriores à situação de rua, como moradia, trabalho formal, educação, que, em algum momento e por razões diversas, foram rompidos.

Associado a isso, destacamos que a situação de rua opera a partir da degradação progressiva das possibilidades de acesso, por essa razão, é essencial que o Estado e a Justiça ajam, ainda que seja reconhecida a importância de ações da sociedade civil junto à população em situação de rua, principalmente as associadas à dimensão política do fenômeno. No entanto, a complexidade do fenômeno demanda ações que atuem de forma mais ampla do que garantindo

apenas acesso às demandas relacionadas à sobrevivência mais imediata, como: distribuição de alimentos, cobertores e roupas. É preciso, considerando a cidadania em sua condição subjetiva, que o Estado garanta as condições necessárias para que as pessoas tenham condições de agir.

Nesse sentido, lembramos de Paulo Freire (2015, p. 108), para quem *“existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.”*

CONDIÇÃO DE SAÚDE

A literatura especializada demonstra que muitas são as barreiras de acesso aos serviços de saúde impostas às pessoas em situação de rua. Maior parte delas têm a ver com a própria organização desses serviços, ainda calcado no modelo biomédico e medicalizador. A despeito dos esforços de universalização inerentes aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), outros entraves ainda persistem, tais como a exigência de documentação, de endereço, limites quanto ao atendimento de demandas espontâneas, pouca articulação intersetorial e os preconceitos que reforçam os estigmas a que já nos referimos (Paiva et al, 2016).

Para conseguir atendimento, muitas vezes, é preciso chegar cedo nas unidades básicas de saúde e ter de esperar durante um tempo que, com frequência, esses indivíduos não têm ou não estão habituados deprender. O período de espera é muitas vezes visto como ‘tempo perdido’, uma vez que poderia ter sido empreendido na busca por alimentos. Afinal, quando não se tem segurança sobre o que comer durante o dia, outras necessidades são relegadas a segundo plano. No fim das contas, muitos não se permitem esperar e acabam por recorrer aos serviços de saúde apenas quando já não suportam mais os sintomas das enfermidades adquiridas ou decorrentes de suas condições de saúde.

A estrutura e a dinâmica da maior parte dos serviços de saúde, de fato, desencorajam a procura por parte das pessoas em situação de rua, que, muitas vezes, preferem recorrer apenas ao atendimento emergencial, quando já estão com sintomas avançados. Ao final e ao cabo, há um reforço de uma concepção de saúde enquanto ausência de doença, o que vai na contravía do que define a Organização Mundial de Saúde e o próprio SUS. Além disso, a aparência e os trajés geralmente sujos fazem com que essa população seja mal acolhida nos equipamentos.

Os/as profissionais, por sua vez, poucas vezes são efetivamente capacitados/as para o atendimento, uma vez que desconhecem as especificidades desse público, ao que, muitas vezes, vem acompanhado de racismo e de preconceitos de todos os matizes. Em poucas palavras, ainda não há garantia de acesso aos serviços de saúde para as pessoas em situação de rua (Paiva et al, 2016; Andrade et al, 2022). É preciso refletir, pelas razões acima apontadas, acerca do risco de reprodução de desigualdades, mesmo no caso de implementação de políticas públicas.

Para oferecer um pleno acesso, capaz de contemplar todas as necessidades de uma população tão vulnerável, é necessário incorporar de vez um conceito de saúde mais amplo, que consiga ir além da dimensão biológica, intervindo também nos problemas sociais e nos determinantes dos processos saúde-doença, conforme apontamos na compreensão das trajetórias familiares e das experiências vividas nos territórios. Isso tem sido construído, nos últimos anos, com as ações de promoção de saúde das equipes do CnaR, serviço instituído pelas Portarias 122, de 25 de janeiro de 2011, e 123, de 25 de janeiro de 2012, do Ministério da Saúde, que hoje integra a Política Nacional de Atenção Básica, além do componente atenção básica da Rede de Atenção Psicossocial. No Recife, o Consultório nas Ruas surgiu em 2011, atuando principalmente nas questões de saúde mental e redução de danos.

Em que pese a existência das equipes do CnaR e os reconhecidos avanços obtidos através de sua atuação, a situação ainda é precária, conforme demonstram os dados desta pesquisa. As pessoas em situação de rua apenas procuram os serviços de saúde quando acometidas de quaisquer problemas graves. Quando questionados sobre como resolviam esses problemas, mais de 60% responderam que recorriam aos Hospitais e às Unidades de Pronto Atendimento (UPA), o que nos leva a crer que só procuram o serviço de emergência quando já estão com sintomas avançados.

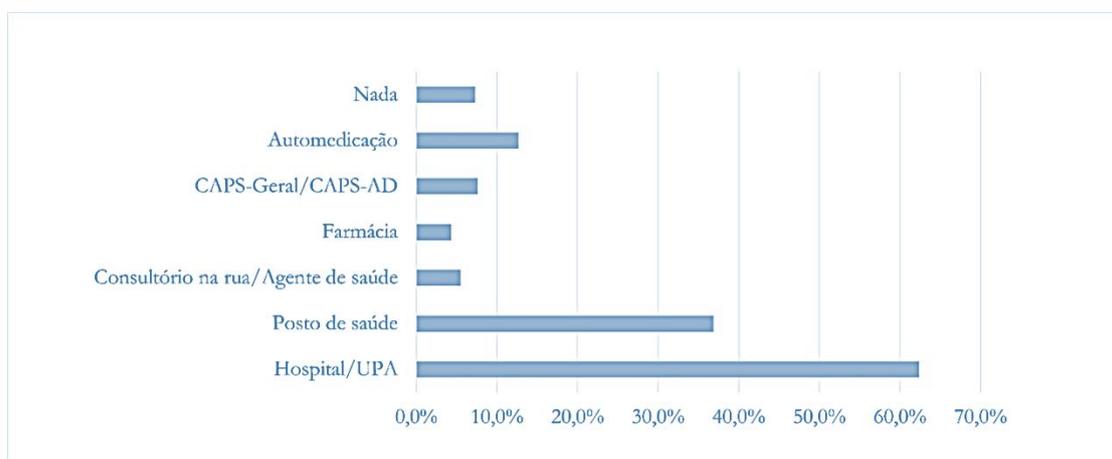


Figura 28: Questão – Como resolvem seus problemas de saúde?
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Quando perguntados sobre a saúde, a maior parte dos/as entrevistados/as alegaram alguma condição, embora também afirmaram que não são acompanhados por qualquer serviço de atenção básica. Entre as condições mais citadas, figuram “dependência de álcool e outras drogas”, “problemas psiquiátricos ou neurológicos”, “doenças bucais” e “dores crônicas”. A dependência do álcool é um dos problemas mais recorrentes e atravessa a própria “situação de rua”. Em um número significativo de casos, conforme vimos em relação às razões que levam as pessoas a começarem a dormir nas ruas, o consumo excessivo e prejudicial de álcool e outras substâncias é apontado como segunda e terceira maiores razões para a situação de rua.

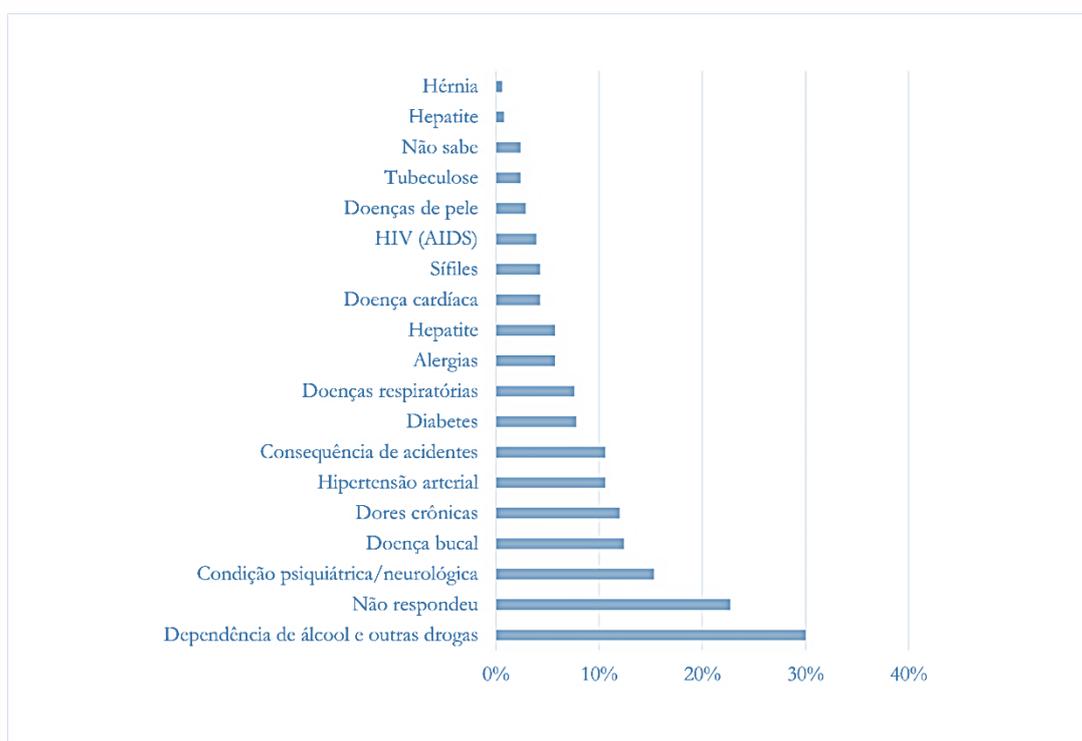


Figura 29: Questão – Possui alguma condição de saúde?
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Há uma crença, fundamentada e constantemente reatualizada nos estigmas em relação a essa população, de que a própria rua é fator para o uso prejudicial de drogas, funcionando como porta de entrada para o consumo de substâncias psicoativas cada vez mais prejudiciais (como o Crack). Segundo esse viés de entendimento, diante dos problemas econômicos e familiares, muitas vezes acompanhados de diferentes tipos de violências, inúmeras pessoas saem às ruas e encontram nas drogas um alívio para as tensões financeiras e familiares. Contudo, pessoas em situação de rua relatam que o uso dessas substâncias, em alguns casos, figura como estratégia de sobrevivência, pois ajuda a vencer o frio e a fome. Em muitos casos, o uso de substâncias psicoativas é justificado como estratégia para manter a vigília durante a noite, uma vez que a rua é também lugar de violência.

Os dados dessa pesquisa nos mostram que não há aumento perceptível do uso de qualquer droga depois que as pessoas passam a viver nas ruas. O uso abusivo e prejudicial, portanto, está muito mais relacionado aos problemas e violências inerentes à trajetória de cada indivíduo, podendo a rua funcionar ou não como um fator para potencialização do uso. Conforme apontamos em relação às trajetórias que levam às ruas, o uso abusivo pode, até mesmo, ser uma das razões para os conflitos familiares apontados como razão de ida para as ruas. Nesse sentido, a relação seria anterior às ruas, podendo, em alguns casos, até mesmo, ser revertida no tempo de permanência nelas, caso as pessoas tenham acesso a serviços e políticas públicas que auxiliem da redução ou interrupção do uso.

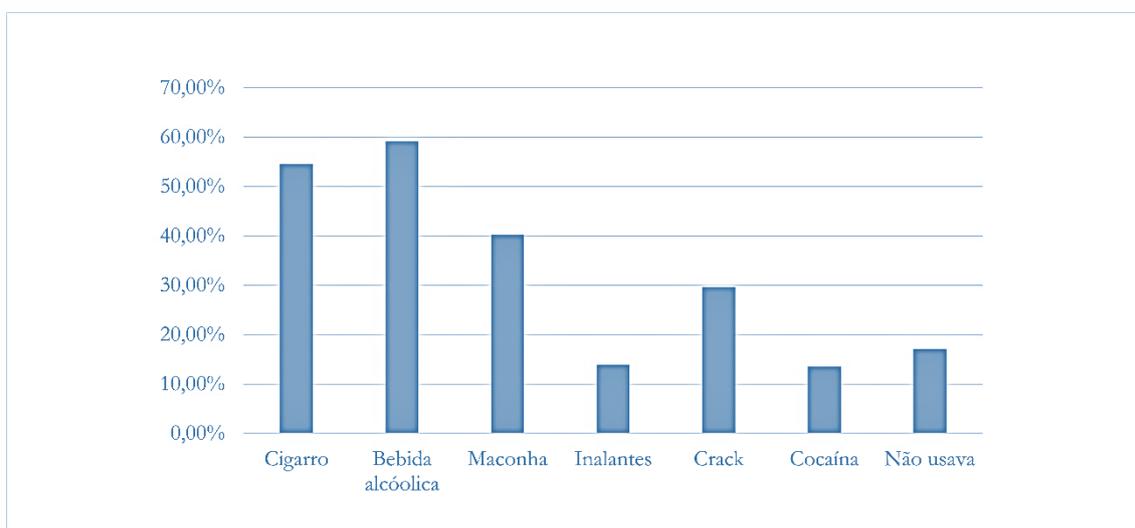


Figura 30: Questão – Consumo de drogas autodeclarado antes de viver nas ruas (múltipla resposta)³
 Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

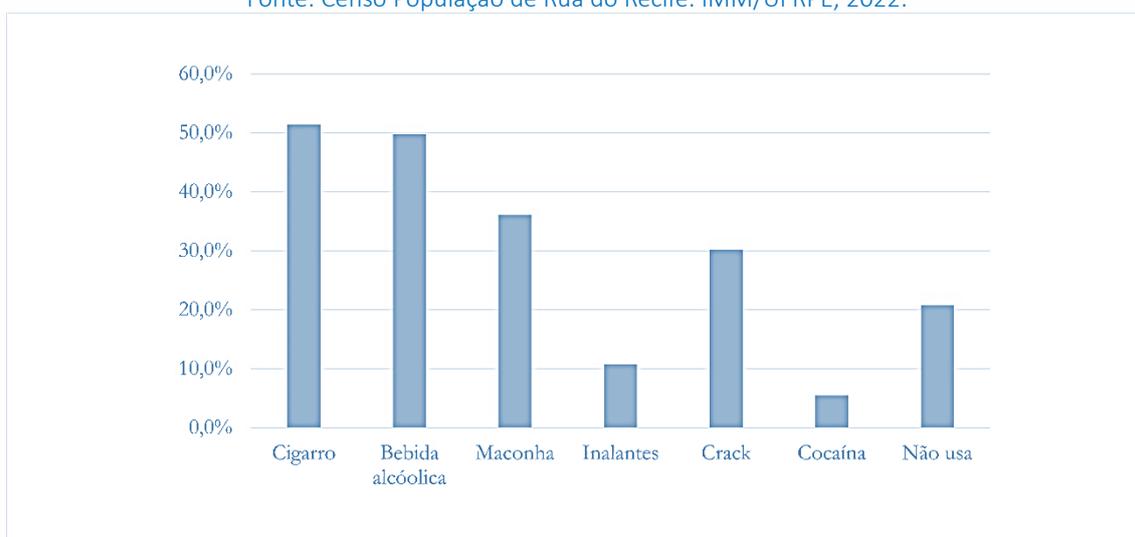


Figura 31: Questão – Consumo de drogas autodeclarado depois de viver nas ruas (múltipla resposta)
 Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

³Em relação ao gráfico 30, que apresenta as drogas consumidas antes de viver nas ruas, não há diferenças substanciais, exceto no consumo de Cocaína. Notamos também um curioso aumento entre aqueles que declaram não usar mais drogas depois que foram viver nas ruas.

O uso abusivo de drogas por essa população é algo complexo e reforça a exclusão social a que já está submetida. Os estigmas sociais são potencializados com o consumo do Crack, em razão das próprias características dessa substância. Seu efeito imediato, baixo custo e grande potencial de causar dependência têm levado uma grande PSR a consumi-lo. A dependência faz o usuário centrar seus interesses e comportamentos no esforço de aquisição da substância, levando-o a romper os vínculos sociais que restam ou expondo-o a uma situação de vulnerabilidade ainda maior. O Crack provoca problemas pulmonares e cardiovasculares sérios, além de lesões neurológicas. Seu uso constante pode resultar em síndrome respiratória aguda, aumento da pressão arterial, infarto, oscilações de humor, deficiências de memória e de concentração (CEBRID, 1987).

As estratégias de cuidado e superação do consumo abusivo do Crack e de outras drogas não podem, contudo, estar calcadas na simples e pura proibição moral, na abstinência e na guerra às drogas. Em vez disso, devem-se adotar estratégias de redução de danos, sendo elas um conjunto de ações de acolhimento e prevenção para essas pessoas, dentro de arranjos de cogestão do cuidado, tendo como objetivo primordial a promoção da saúde (Passos; Souza, 2011). A simples criminalização do uso tende a provocar violência e intensificar exclusões. Em se tratando de uma população cujos direitos são tão violados, é preciso acolhê-la e promover o cuidado de maneira corresponsável. Neste sentido, é preciso envolver os usuários no seu próprio tratamento, e acompanhá-los na elaboração de suas próprias estratégias de superação da dependência. Em muitos casos, algumas pessoas em situação de rua e dependentes do uso de drogas lícitas e ilícitas procuram o trabalho das chamadas “comunidades terapêuticas”, muitas das quais de base religiosa. O trabalho elaborado por essas instituições, em sua grande maioria, não segue aquilo que determinam as políticas públicas e estão baseadas em um viés moralizante, que vai na contrária do que preconizou a Reforma Psiquiátrica (Perrone, 2014).

Os dados desta pesquisa demonstram que 31% daqueles que fazem uso de drogas ilícitas, o fazem diariamente. A insistência no tratamento moralizante ou hostil, calcado na criminalização individual, faz com que essas pessoas se sintam culpadas e ainda mais excluídas, o que não contribuiu para resolução do problema. O caso é ainda mais preocupante se levarmos em conta que boa parte desses usuários são pessoas com deficiência (30% das pessoas com deficiência são usuárias de drogas), que se encontram em situação de hipervulnerabilidade, e, para os quais, a presença do Estado e de qualquer instituição deveria sempre se dar no sentido de seu acolhimento.

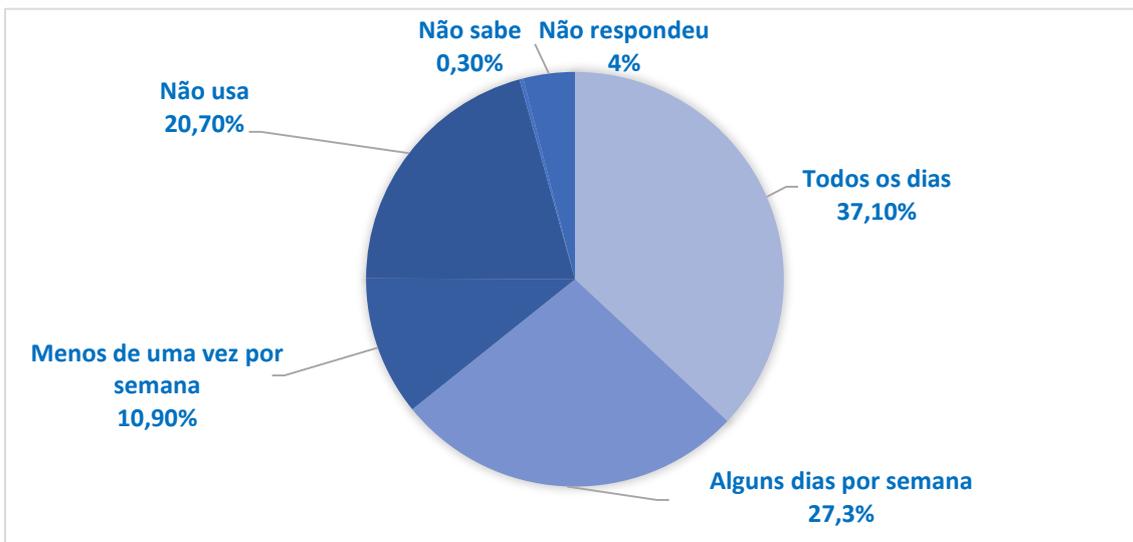


Figura 32: Questão – Com que frequência usa drogas ilícitas?
 Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

A propósito das pessoas com deficiência, uma das condições de saúde mais mencionadas foi a dos “problemas psiquiátrico e neurológicos”. A maior parte desses casos são decorrentes de problemas de ansiedade, depressão e distúrbios neurobiológicos adquiridos, como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Contudo, há os casos de pessoas com deficiências intelectuais, que não possuem laudo e, muito menos, acompanhamento psiquiátrico. Não foi possível obter números absolutos, uma vez que se trata de uma informação cuja produção requer a busca de dados mais complexos junto aos sistemas de saúde, mas a quantidade de pessoas em situação de rua com deficiência intelectual e que não são acompanhadas pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), nem pelas equipes do CnaR, é realmente alarmante.

Não por acaso, alguns dos estigmas socialmente atribuídos à PSR são o de “loucos” e “noiados”, indivíduos que supostamente “perderam a razão” por conta da vida desregrada e do uso abusivo de drogas. Trata-se, pois, de uma visão preconceituosa e que não leva em conta o conjunto de pressões sociais e violações pelas quais essas pessoas passam diariamente. Pessoas com deficiência são sujeitos de direito e contam com uma política específica para promoção de sua saúde, mas poucos possuem tal conhecimento e, muito menos, acesso pleno aos serviços. Alguns sequer conhecem as equipes do CnaR, conforme se verá mais adiante. Nesta pesquisa, 24,5% afirmaram ter algum tipo de deficiência. Desses, 40% têm deficiência física, pouco mais de 10% afirmam ter baixa visão e, aproximadamente, o mesmo percentual declara que tem deficiência intelectual.

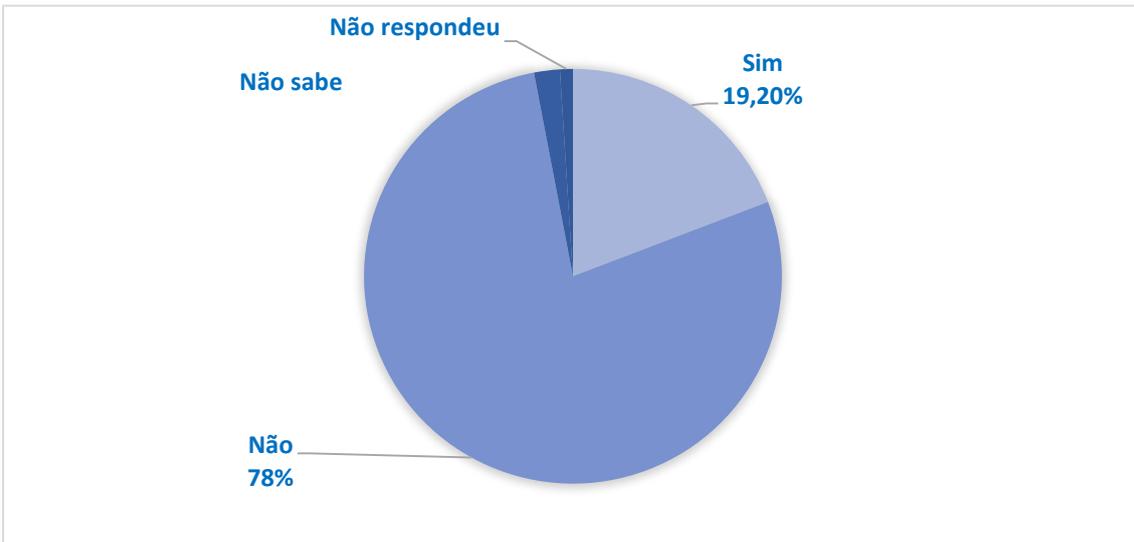


Figura 33: Questão – Possui alguma deficiência?
 Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

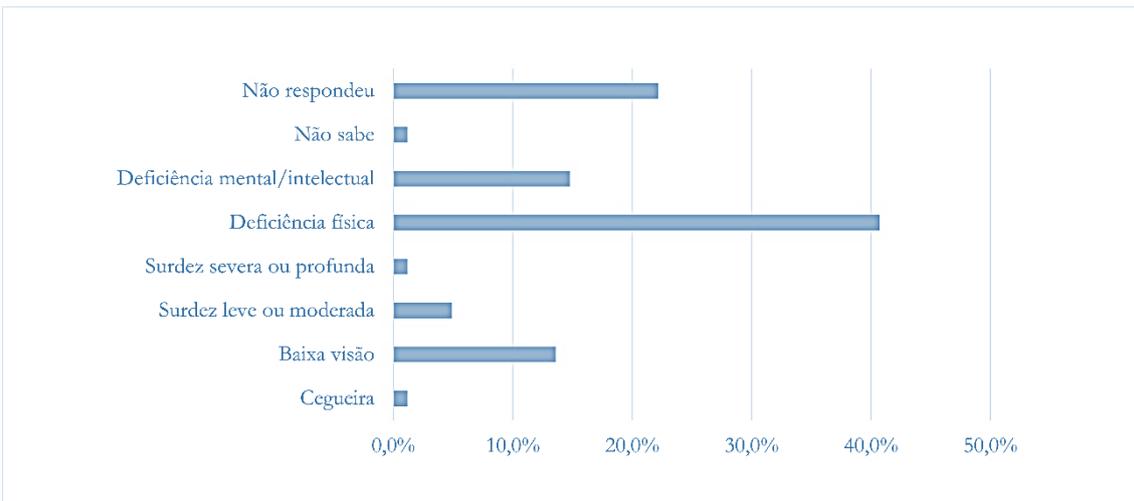


Figura 34: Questão – Qual deficiência? (para quem informou ter alguma)
 Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Problemas de acessibilidade aos serviços de saúde são uma das principais queixas das pessoas com deficiência, o que, por si só, já contraria o princípio da equidade do SUS (Castro et al, 2011). No caso da PSR, tem-se o problema adicional já mencionado das estruturas e dinâmicas dos serviços, bem como os preconceitos e a falta de capacitação profissional (Paiva et al, 2016; Andrade et al, 2022). Assim, se não há garantia de acesso aos serviços para a PSR, o problema é ainda maior para as pessoas em situação de rua com deficiência.

Outro tema importante é o das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Embora os dados desta pesquisa não as apontem como um dos principais problemas de saúde da PSR no Recife, trata-se de um item que requer atenção e algumas considerações.

O levantamento realizado pela SDSDHJPD, em 2019, já indicava que aproximadamente 5% da PSR afirmava ter HIV/AIDS e mais 5% afirmavam ter Sífilis. Os dados se mantêm, nesta pesquisa, muito embora possam estar subestimados, uma vez que o reconhecimento e a revelação de que possui alguma IST é algo sensível e que nem sempre acontece de forma aberta, especialmente com a PSR, tendo em vista se tratar de uma população que já sofre com baixa autoestima. Conforme Francês (2016), o preconceito ainda é muito forte em relação as ISTs, especialmente HIV/AIDS, o que muitas vezes tende a se manifestar através do sentimento de culpa ou vergonha por parte dos portadores.

Um dado curioso sobre este tema é o fato de que, nesta pesquisa, 46% da PSR afirmou usar preservativo durante as relações sexuais. Para efeito de comparação, os dados recentes da Pesquisa Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, relativos ao período de 2019, demonstram que apenas 22,8% dos brasileiros usam preservativo (IBGE, 2020). É necessária alguma ponderação em relação aos dados autodeclarados, especialmente diante de um tema sensível que foi, e ainda é, objeto de muitas campanhas de conscientização. Contudo, a simples preocupação em demonstrar que faz uso já evidencia certo avanço no que diz respeito às políticas de prevenção das ISTs. Sobre essas questões, é inegável o papel atualmente exercido pelo CnaR e a disponibilização gratuita de preservativos nos equipamentos de saúde.



Figura 35: Questão – Usa preservativo quando faz sexo?
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Por fim, cabe ressaltar as condições de saúde da PSR no contexto de crise sanitária desencadeada pela pandemia da COVID-19. O fato de não ter onde morar e ter de viver nas ruas expôs, de forma ainda mais intensa, essa população ao vírus mortal, ocasionando a intensificação do risco e da vulnerabilidade sociais. Ainda no auge da crise, quando as recomendações eram ficar em estado isolamento, a maior parte das pessoas continuavam a circular pelas ruas, sem os insumos necessários para fazer assepsia e manter a higiene, tais como máscaras e álcool em gel.

A descoordenação do governo federal, na implementação de medidas para mitigar o impacto da pandemia, tornou as coisas ainda mais difíceis. Mesmo diante do evidente estado de vulnerabilidade, a PSR sequer foi priorizada na campanha vacinal, e sua imunização deveu-se muito mais aos esforços das secretarias estaduais e municipais de saúde. Adicionalmente, o acesso dessa população aos serviços de saúde ficou ainda mais dificultado, com a enorme sobrecarga que os equipamentos tiveram de lidar diante do aumento da procura pelo serviço de emergência.

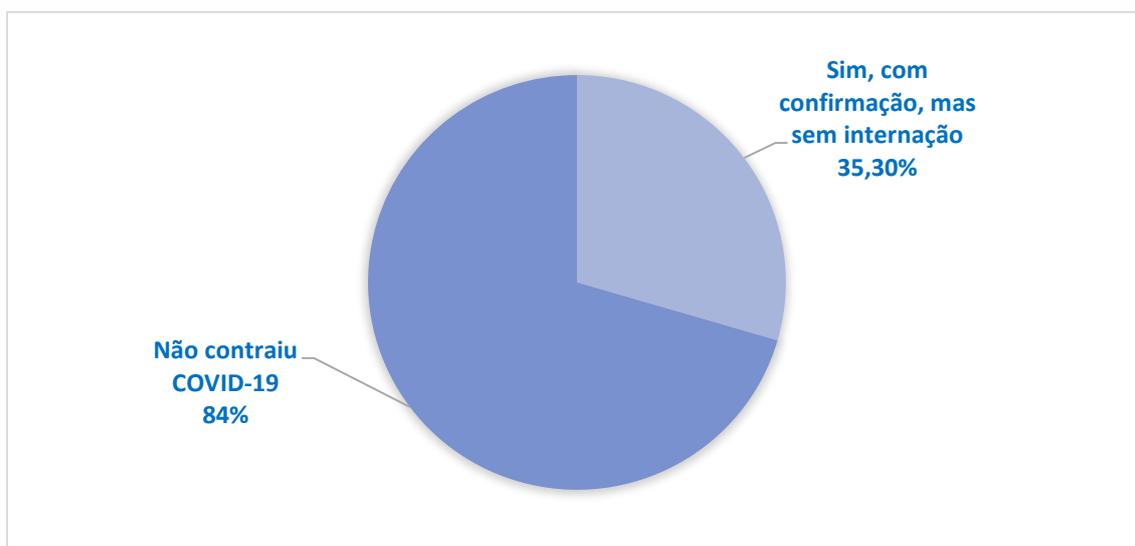


Figura 36: Questão – Contraíu COVID-19?
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Nesta pesquisa, 86% da PSR afirmou não ter contraído a COVID-19, o que provavelmente tem a ver com o baixo número de testagem no período mais crítico da pandemia. Por outro lado, destacamos que a gestão da cobertura vacinal, quando finalmente havia vacina e depois de vencidos os entraves postos pelo próprio governo federal, ainda não chegou a níveis satisfatórios. De acordo com os dados desta pesquisa, 85% das pessoas em situação de rua tomaram a vacina.

Desse total, apenas 40% tomaram as três doses da vacina, valor abaixo da média nacional, que é 60%, e também abaixo da média estadual, que é 82%. Um quarto dos entrevistados chegou a tomar 4 doses, mas 10% tomaram apenas uma única dose.



Figura 37: Questão – Tomou vacina contra COVID-19?
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

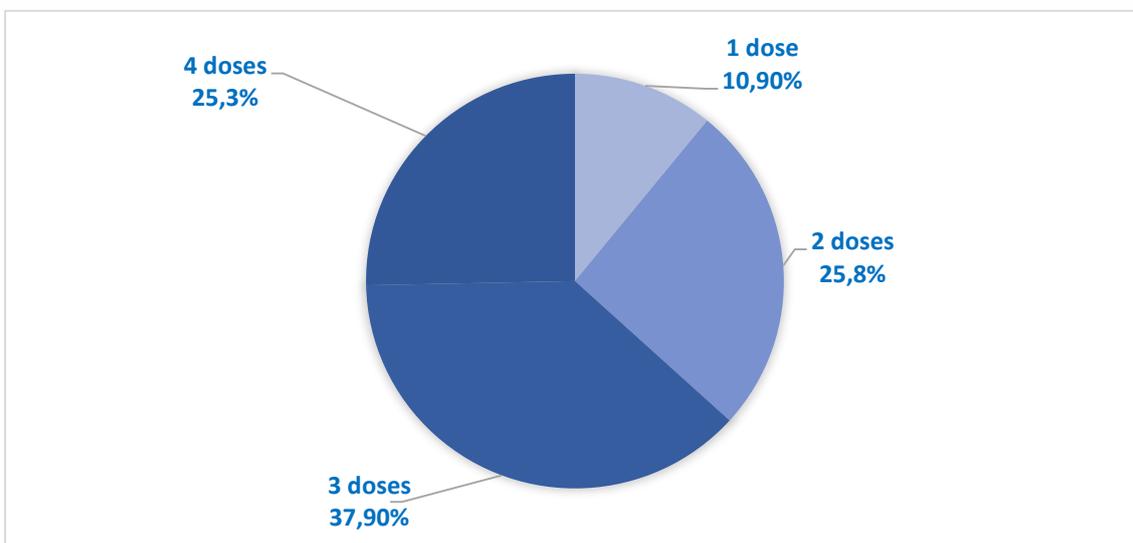


Figura 38: Questão – Quantas doses da vacina? (para quem tomou vacina)
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

É importante garantir a ampla cobertura vacinal dessa população e vencer as barreiras institucionais e sociais que impedem seu pleno acesso aos serviços de saúde, especialmente na atenção básica.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O cotidiano das pessoas em situação de rua é atravessado por violações, maior parte das quais relacionadas aos direitos humanos mais básicos, como o direito à alimentação. No Brasil, o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada (DHAA) está preconizado na Lei 11.346/2006, conhecida por Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), lei essa que também instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Depois, o Decreto Nº 7.272/2010 instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e, por meio da Emenda n. 64/2010, a alimentação passou a figurar entre os direitos primordiais positivados na Constituição Federal. Desde então, os governos têm por obrigação promover e garantir a SAN de toda população, inclusive a PSR.

Com a criação do Programa Fome Zero, em 2003, houve todo um estímulo, por parte do Governo Federal na época, para a criação de Conselhos Estaduais e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional. O Recife foi um dos municípios que instituíram seu Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), criado pela Lei Nº 17.019/2004, alterado pela Lei Nº 18.354/2017, cujo regimento interno foi instituído pelo Decreto Nº 33.036/2019. O COMSEA já chegou a realizar 3 conferências municipais, nas quais estabeleceu diretrizes e propostas para o Plano Municipal de Segurança Alimentar (I PLANSAN/Recife), que ainda não foi aprovado, exigindo, assim, do poder público municipal compromisso e maior atenção quanto a sua aprovação e execução.

O plano segue o que prescreve a LOSAN e tem por objetivo instruir as ações institucionais de modo a garantir o DHAA. Por fim, cabe registrar que, por meio do Decreto Nº 27.815/2014, foi também criada a Câmara Intersecretaria da Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), que compõe o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN), instituído pela Lei Nº 18.213/2016. Segundo a LOSAN (Lei 11.346/2006), a segurança alimentar e nutricional...

[...] consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

A garantia desse direito, conforme destacamos, é obrigação do Estado. Mas a crise financeira que assola o mundo desde 2008 e, sobretudo, o colapso econômico decorrente da pandemia da COVID-19 têm dificultado avanços no que diz respeito ao enfretamento, à erradicação da fome e à garantia da SAN, pois fizeram crescer as desigualdades em quase todos

os lugares do mundo. Segundo o relatório *O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2022*, publicado conjuntamente pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), UNICEF, Programa Mundial de Alimentos (WFP) e Organização Mundial da Saúde (OMS), subiu para 828 milhões o número de pessoas afligidas pela fome no mundo. Além disso, 11,7% da população mundial vivem sob insegurança alimentar em níveis graves (ONU, 2022).

Em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome das Nações Unidas, um mapeamento que engloba os países em que, ao menos, 2,5% da população total sofrem com falta crônica de alimentos. No entanto, num curto intervalo de tempo, em 2018, a fome retornou ao país de forma bastante acelerada. Em 2022, cerca de 4,1% da população brasileira já se encontrava em situação de “fome crônica”, que é a forma mais grave de insegurança alimentar (ONU, 2022).

De acordo com o *2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19* (II VIGISAN), realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), a fome aflige hoje cerca de 33,1 milhões de brasileiros. Além disso, esse mesmo documento divulgou que, até o mês de setembro de 2022, somente 40,9% da população pernambucana teve acesso regular à alimentação, estando quase 22,8% das famílias pernambucanas com a qualidade da alimentação comprometida (insegurança alimentar leve); 14,1% com redução da quantidade de alimentação (insegurança alimentar moderada); e 22,2% em situação de fome (insegurança alimentar grave), o equivalente a 2,1 milhões de pernambucanos/as.

Embora não se tenha muitas informações a esse respeito, o quadro acima descrito afeta especialmente a PSR, pois muito antes da pandemia, tal população já se deparava com grandes obstáculos no acesso à alimentação. A bem da verdade, o acesso à alimentação saudável é uma das principais violações pelas quais passa a PSR, juntamente com a falta de acesso à moradia digna. A fome de quem vive nas ruas hoje é parcialmente remediada pelos restaurantes populares. O “Recife Acolhe”, programa ligado ao atual governo e que visa organizar e expandir as ações executadas por diferentes secretarias na promoção dos direitos primordiais da população mais vulnerável da cidade, tem como um de seus eixos a garantia da SAN para a PSR.

Atualmente, a cidade possui dois restaurantes em funcionamento, o Josué de Castro e o Naíde Teodósio, ambos localizados na região central da cidade. Há ainda a Cozinha Comunitária de Gurupé, que tem apoio da prefeitura e que produz alimentos a baixo custo. Além disso, inúmeras organizações, como o Unificados e a Cozinha Solidária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, realizam a distribuição de alimentos em diversas localidades da cidade, um

gesto que atenua a insegurança alimentar e nutricional da PSR. Mas a oferta de alimentos não é suficiente para o atual contingente, e ainda não se tem informações mais sistemáticas nem o efetivo controle da sua qualidade nutricional.

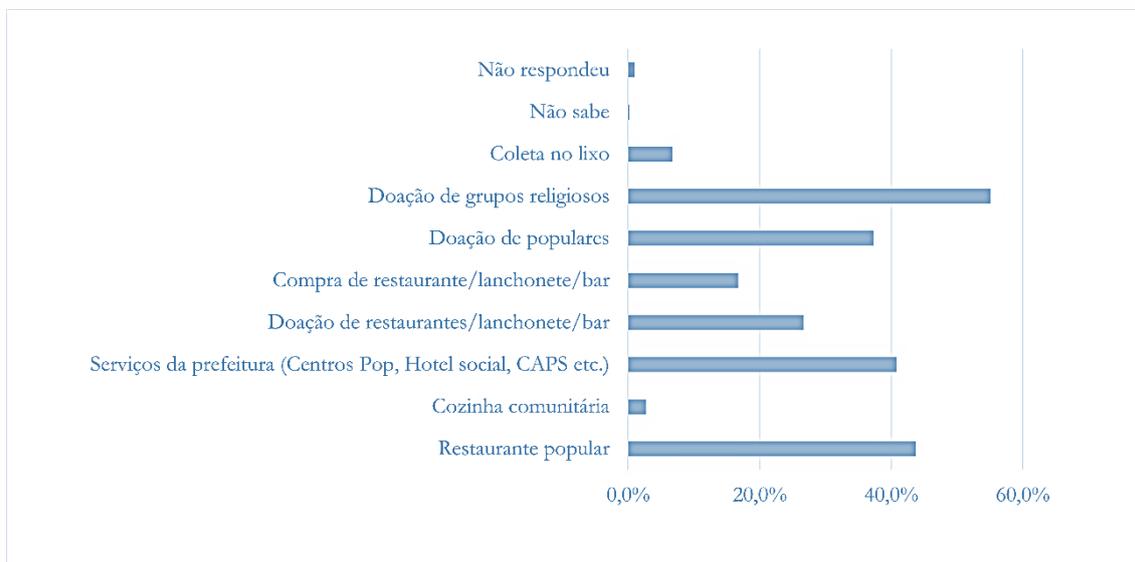


Figura 39: Questão – Onde costuma obter alimentos?
 Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Dos entrevistados/as, 65% afirmaram já ter passado um dia inteiro sem comer, desde que passou a viver nas ruas. Verificamos também que, aproximadamente, 31% das pessoas em situação de rua não realizam três refeições ao dia, e apenas 31% afirmaram fazer mais de quatro refeições. Isso só comprova o fato de que a oferta de alimentos ainda não é satisfatória, o que viola o direito humano à alimentação e fere o que preconiza a Losan, isto é, a garantia de alimento de qualidade, de forma contínua, para toda população.

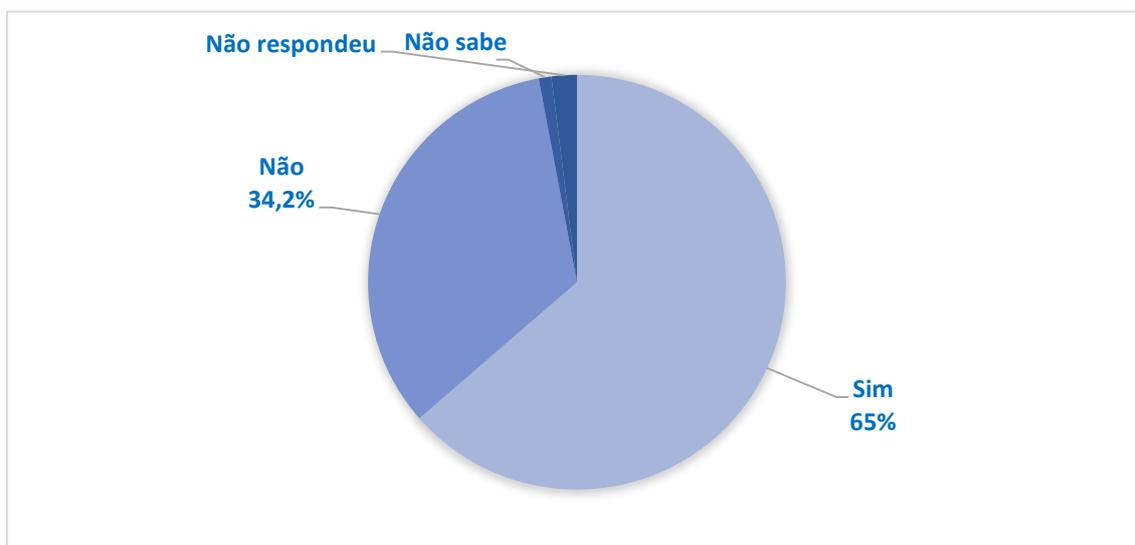


Figura 40: Questão – Já passou o dia inteiro sem comer?

Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

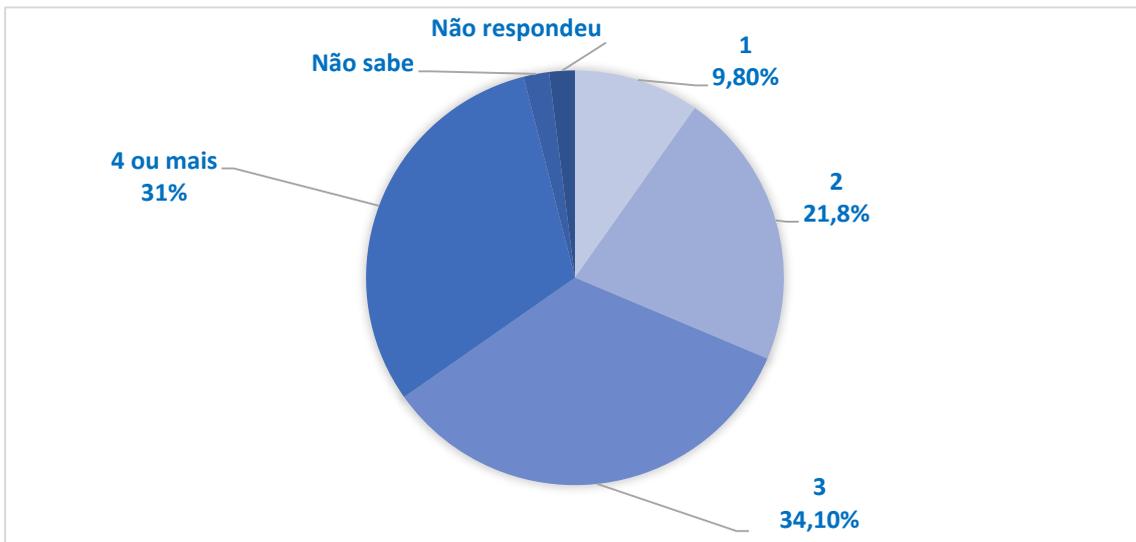


Figura 41: Questão – Quantas refeições faz por dia?
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Vale ponderar que o acesso ao alimento também depende do lugar da cidade e das condições de mobilidade. A concentração de equipamentos e das ações sociais nas áreas centrais faz com que boa parte dessa população tenha de se deslocar pelos bairros da cidade, muitas vezes a pé, em busca de alimentos. Trata-se, portanto, de uma verdadeira “romaria de famintos”, que recorrem aos equipamentos e serviços da assistência social todos os dias, atravessando a cidade em busca de alimentos.

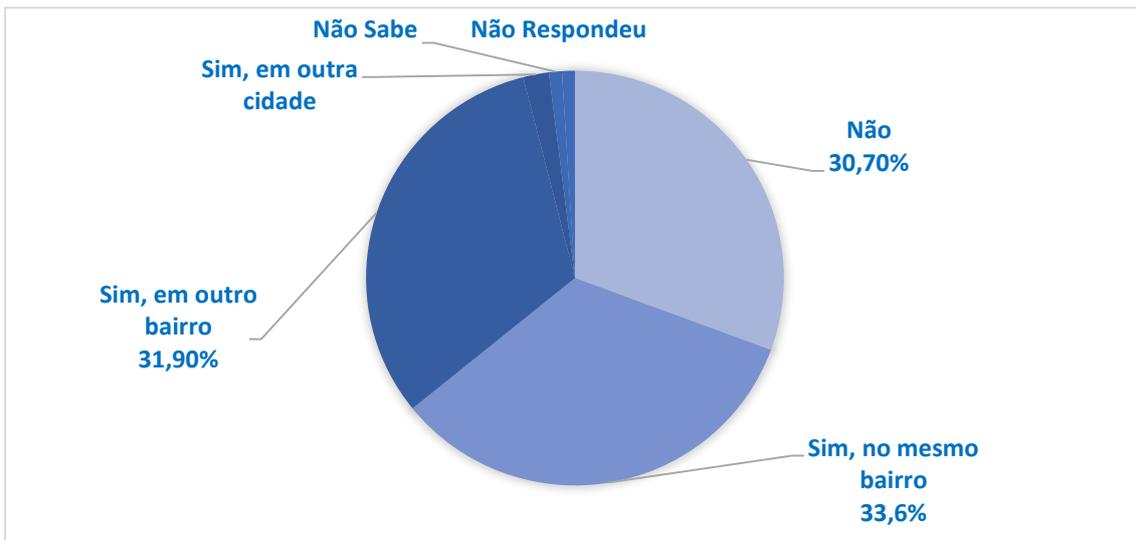


Figura 42: Questão – Desloca-se para obter alimentos?
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

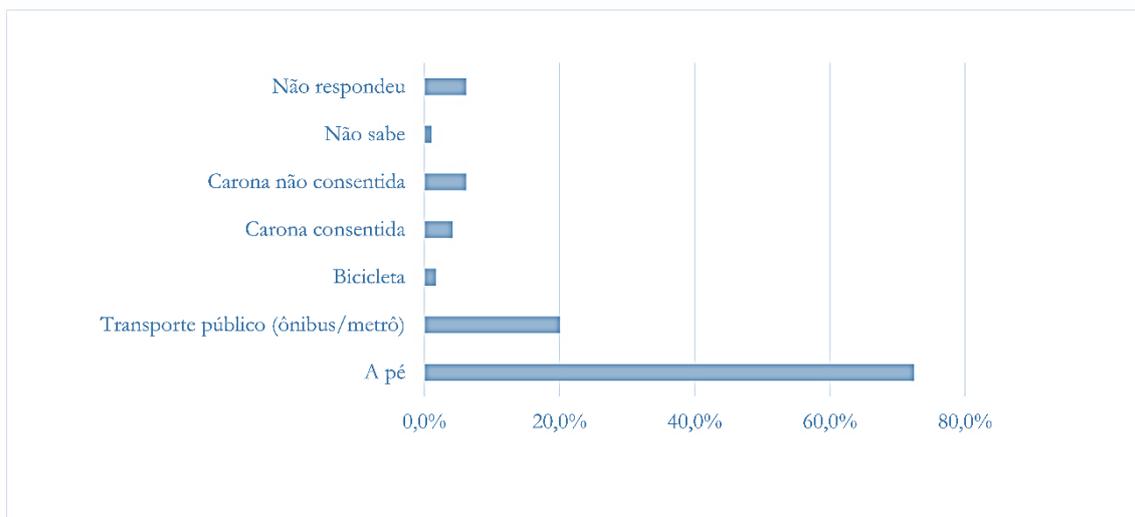


Figura 43: Questão – Como se desloca para obter alimentos? (para quem respondeu que precisa se deslocar na cidade para obter alimentos)

Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Entre as três principais refeições do dia, 65,4% (Figura 44) afirmaram que o almoço é o mais essencial, talvez, porque, em nossa culinária regional, disponha de uma maior quantidade de proteína, responsável por oferecer uma maior sensação de saciedade. De acordo com os dados apresentados na Figura 45, a refeição apontada como mais difícil de se obter é o café da manhã (35,5%), uma vez que não há muita oferta e doações no início do dia.

Cabe ressaltar que nem todas as unidades de acolhimento e equipamentos da assistência social proporcionam a primeira refeição para a PSR. Para atenuar a falta do café da manhã, oferecem algum produto industrializado, geralmente ultraprocessados, como biscoito recheado e suco, ou seja, produtos não saudáveis. A oferta desses produtos não atende às necessidades alimentares da PSR, o que a obriga a lançar mão de outras estratégias para o necessário desjejum. A ausência dessa refeição, que corresponde ao primeiro e mais importante aporte de nutrientes e de energia do dia, acaba por impactar o trabalho que eventualmente executam e estimular o uso de substâncias psicoativas, como estratégia para superar a fome, intensificando sua exclusão. Em vários momentos, essa questão veio à tona a partir da referência ao desejo e à necessidade de se ter acesso à comida de verdade. Comida de verdade e socialmente referenciada. A referência é a de “comida forte”, comida que dá forças e habilita para um dia de trabalho ou de busca dele. *Cuscuz, macaxeira, inhame, carne, fruta, suco* são as referências utilizadas para dar sentido ao conceito e criar uma representação do prato.

Destacamos também que essa mesma reflexão foi apontada ao falar sobre as refeições a que têm acesso à noite, depois de um dia nas ruas. Para muitos/as, a sopa, alimento servido no restaurante popular, não é comida de adulto, é de criança e de doente. O desejo reiteradamente

expresso é o de acesso a um alimento forte, ao final do dia, a referência aqui é a mesma apresentada para o café da manhã ou ao que é servido no almoço.

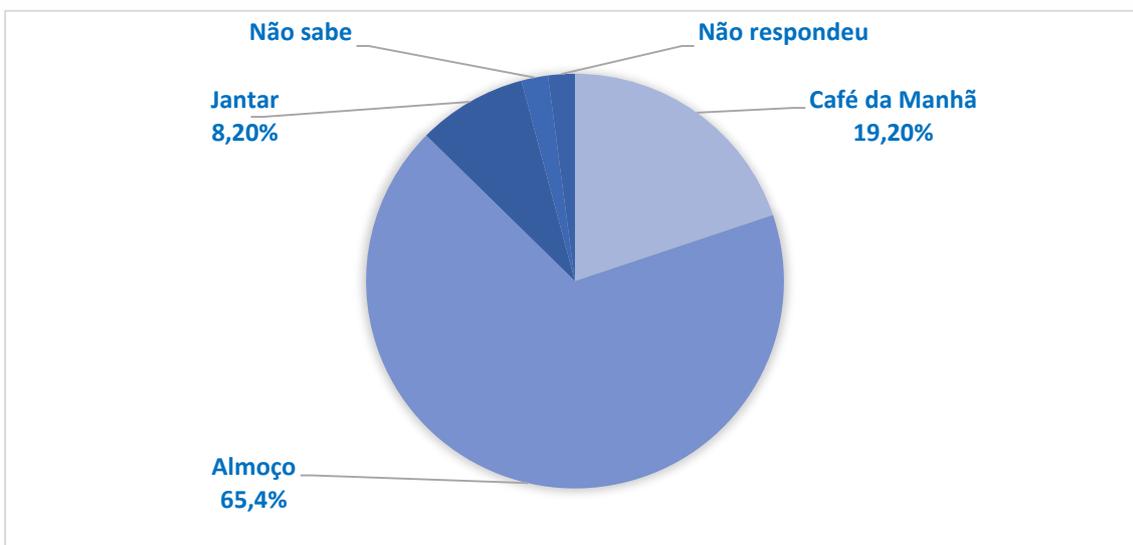


Figura 44: Questão – Refeição mais importante do dia?
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

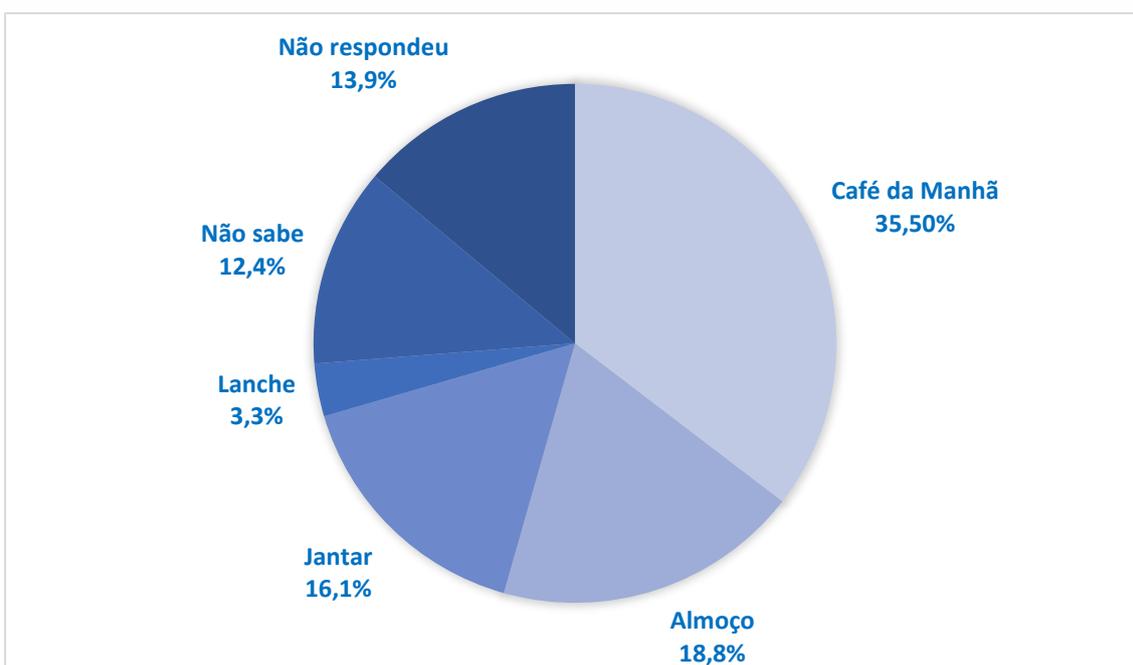


Figura 45: Questão – Refeição mais difícil de se obter?
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Importante destacar que a disponibilidade e o acesso à água são essenciais para a garantia da SAN. Há uma dificuldade crônica, por parte da PSR, de se obter água potável para beber e para o asseio pessoal. Nesta pesquisa, a maior parte das pessoas entrevistadas responderam que conseguem água através dos equipamentos da assistência social, de doações feitas por populares,

de estabelecimentos comerciais e de bicas, minas d'água ou chafarizes públicos (Figura 46). Ressalte-se que a água obtida em algumas dessas fontes não tem o necessário tratamento e, em muitos casos, não é apropriada para o consumo humano, colocando em risco a saúde dessa população.

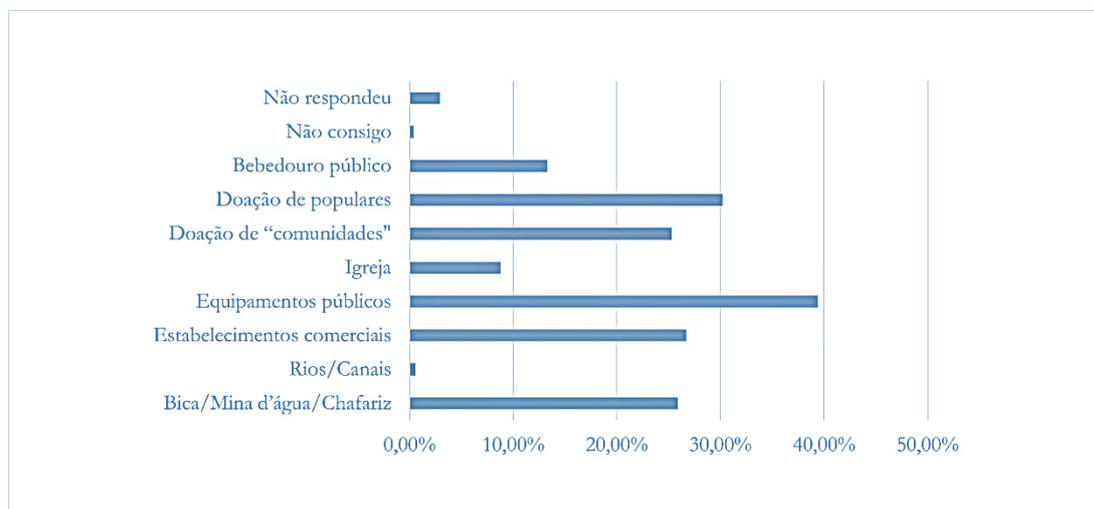


Figura 46: Questão – Onde obtém água?
 Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

As referidas fontes de água potável estão intimamente relacionadas aos lugares onde a PSR do Recife costuma realizar as atividades de higiene pessoal, tais como: o banho, a limpeza bucal e a lavagem de roupas. A ampla maioria afirmou que se higieniza nos equipamentos públicos da assistência, nos banheiros públicos e em bicas, minas d'água e chafarizes públicos (Figura 47). Em outras palavras, a água com a qual realiza sua higienização é a mesma usada para o consumo.

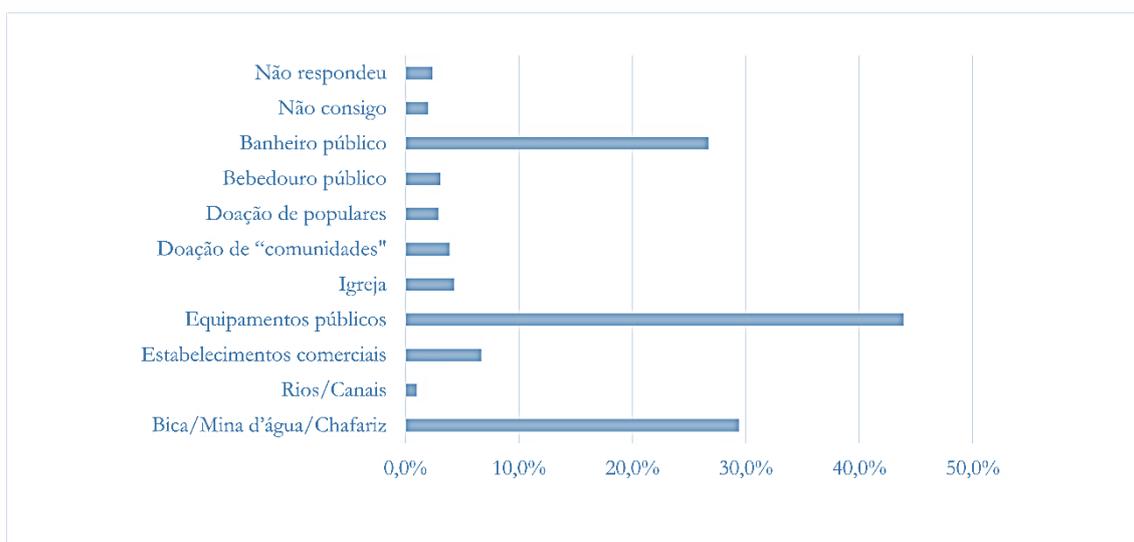


Figura 47: Questão – Onde se higieniza?
 Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

É urgente que a legislação que trata da SAN seja cumprida pelos diferentes entes federativos, especialmente pelo município, a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional da população em situação de rua, mediante a ampliação e diversificação da oferta de alimentos de qualidade, ou seja, comida de verdade e água potável em diferentes lugares da cidade.

SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES BÁSICAS E LAZER

A vida nas ruas é marcada por privações e necessidades não atendidas. As inúmeras desfiliações e violações de direitos põem essas pessoas em alto grau de isolamento e solidão. Os vínculos inconstantes e frágeis estabelecidos na situação de rua não compensam as perdas, e o desamparo vai diminuindo a autoestima, o autocuidado e o desejo de mudança. Além disso, as diversas formas de violência se impõem de maneira implacável, uma vez que essas pessoas, muitas vezes, são vistas como contraventoras e responsáveis por suas próprias condições individuais de vida, processos aos quais viemos fazendo menção desde o início deste documento.

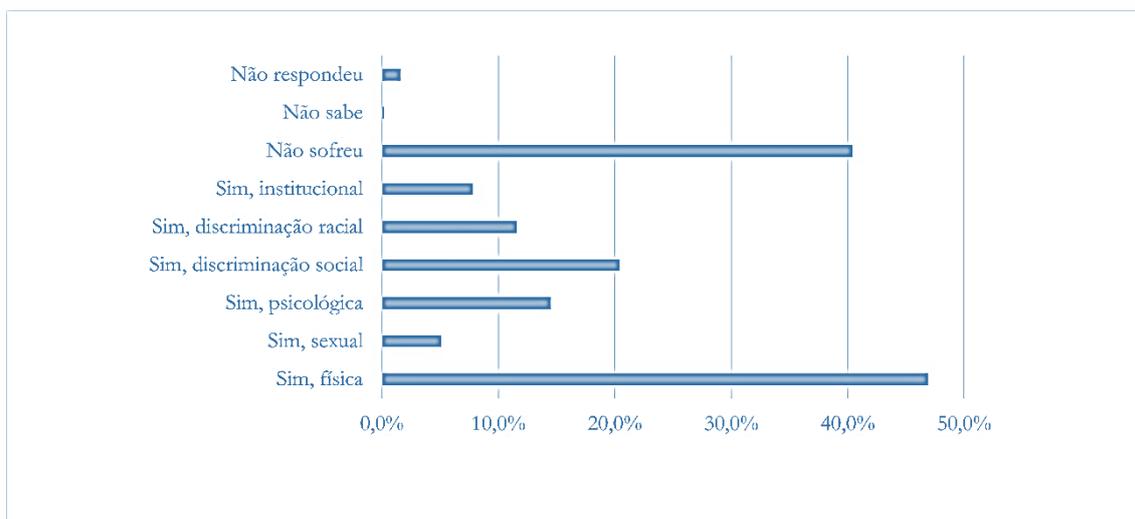


Figura 48: Questão – Já sofreu algum tipo de violência? (múltipla resposta)
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

A maior parte dos/as entrevistados/as afirmou ter sido vítima de algum tipo de violência, sendo a agressão física e as discriminações social e a racial as mais recorrentes. Boa parte dessas ocorrências se dão no contexto de suas relações cotidianas, muitas vezes por conta de desavenças com outras pessoas em situação de rua. Contudo, agressões realizadas por populares e seguranças privados também são frequentes.

A violência sexual, por sua vez, atinge especialmente as mulheres, deixando as marcas em seus corpos. A violência física e sexual, muitas vezes sofrida nos logradouros públicos, se repete

nos espaços institucionalizados, como nas unidades de acolhimento. A violência institucional, por sua vez, se manifesta também pelas ações discricionárias e higienistas da polícia e da zeladoria urbana, que os fazem perder os poucos pertences que lhes restam, conforme apontamos na seção referente aos direitos de cidadania.

As mulheres em situação de rua vivem uma série de violências acumuladas em seus corpos e mentes, que as põe em mais alto grau de vulnerabilidade, por isso apontamos para a necessidade de uma abordagem interseccional sobre essa população. O componente gênero quase sempre corresponde, de fato, a um agravante no que tange aos níveis de precariedade vividos nas ruas. Além das agressões físicas, verbais e sexuais, muitas vezes advindas de seus próprios companheiros, frequentemente essas mulheres são obrigadas a se afastar de seus filhos e filhas em razão de não terem as condições necessárias para garantir o cuidado preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Sanchonete; Antoni; Munhós, 2019).

Soma-se a isso o grau de pobreza menstrual a que estão submetidas essas mulheres e meninas. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a pobreza menstrual é um fenômeno complexo, que busca designar a “falta de acesso a recursos, infraestrutura e conhecimento para a plena capacidade de cuidar da própria menstruação”. Diversos fatores concorrem para isso, tais como: a falta de acesso a produtos adequados para o cuidado da higiene menstrual; ausência de banheiros seguros e em bom estado de conservação; falta de acesso a medicamentos para administrar problemas menstruais; insuficiência de informações sobre a saúde menstrual e autoconhecimento; além de tabus e preconceitos sobre a própria menstruação (UNFPA/UNICEF, 2021).

Nesta pesquisa, menos da metade das pessoas que menstruam responderam que usam absorventes (Figura 49). Cerca de 20% responderam que nem sempre usam absorventes e, muitas vezes, recorrem ao uso de tecido qualquer para a higiene menstrual. O baixo acesso aos produtos necessários ao cuidado menstrual acomete boa parte das mulheres periféricas, o que ensejou toda uma discussão durante o período pandêmico. Essa questão é agravada também em situação de cárcere. Inúmeras foram as tentativas de reverter o quadro, mediante a criação de leis e políticas voltadas não apenas à distribuição gratuita de absorventes descartáveis, mas na realização de medidas de educação para o cuidado menstrual (Moreira, 2021).

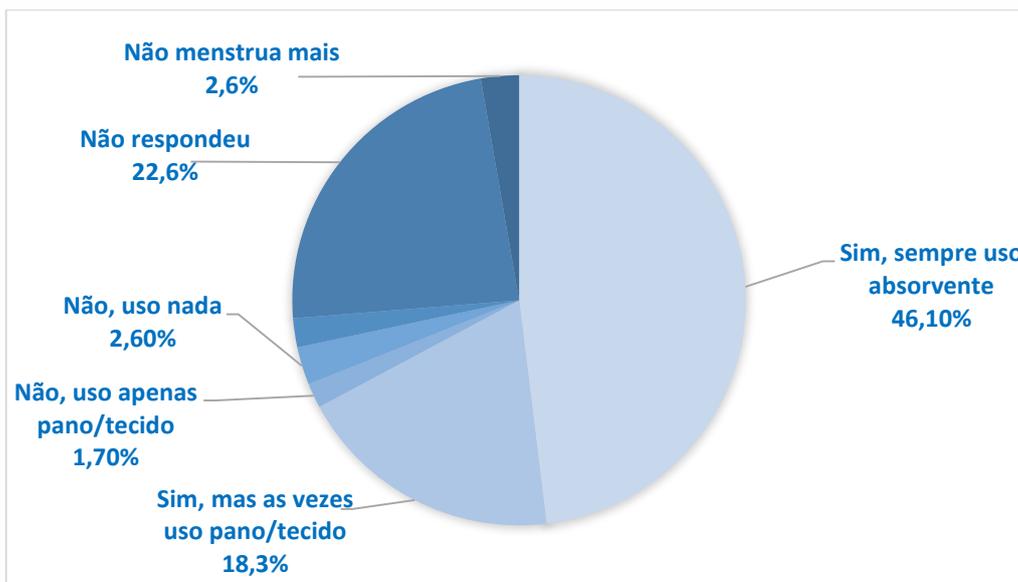


Figura 49: Questão – Usa absorvente no período menstrual?
 Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Mais da metade das pessoas que menstruam responderam que têm acesso ao absorvente descartável através de doações, especialmente do poder público. Porém, mais de 25% disseram que necessitam comprar (Figura 50). Em se tratando de uma população empobrecida e sem renda fixa, este último percentual revela que a cobertura realizada pelo poder público ainda é insuficiente.

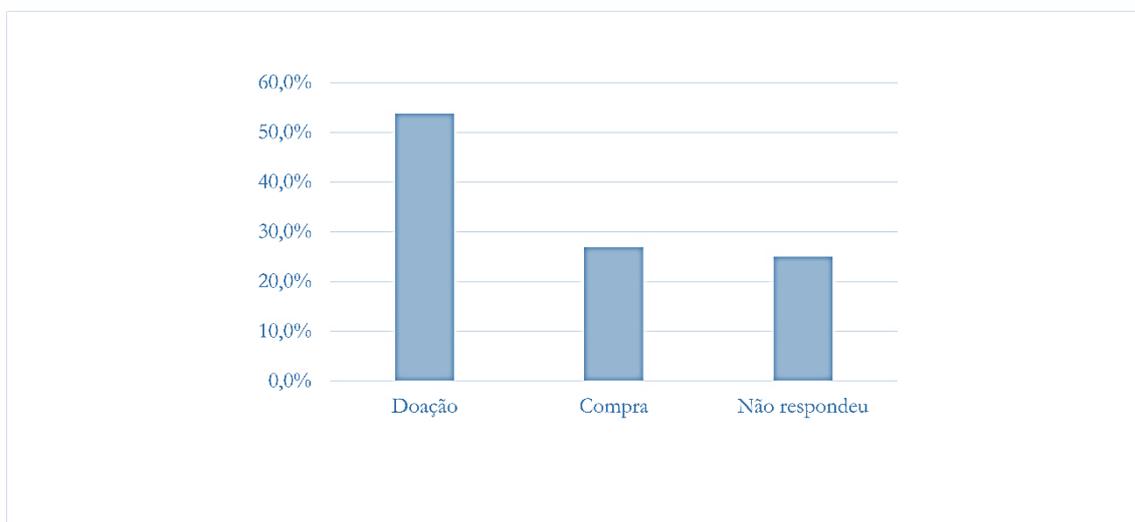


Figura 50: Questão – Como consegue absorventes?
 Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Segundo a UNFPA/UNICEF (2021), o combate à pobreza menstrual deve se dar através: do amplo acesso a produtos de higiene menstrual; da garantia da infraestrutura de banheiro públicos adequados; do acesso a medicamentos; da educação e difusão de informação sobre a menstruação; do combate à estigmatização e ao preconceito relacionado à menstruação; e do

controle dos preços dos produtos de higiene e saúde menstrual. Essas ações são particularmente importantes para as pessoas em situação de rua, que necessitam do Estado para ter garantido mais esse direito.

A propósito da necessidade de banheiros públicos, a inexistência de lugares reservados para a intimidade e o autocuidado é uma outra problemática para quem vive nas ruas. Não contar com tais infraestruturas faz com que essas pessoas percam gradativamente a noção da diferença entre a esfera privada e a pública. Não é raro, portanto, vê-los fazendo nas ruas aquilo que, na vida domiciliada, apenas conseguimos fazer quando estamos sós, em lugar confortável e longe dos olhos da maioria.

A partir do momento em que são levadas a viver nas ruas, essas pessoas, muitas vezes, tentam reproduzir uma vida domiciliada, definindo um lugar regular para pernoitar, construindo um barraco e procurando estabelecer lugares específicos e sem circulação para o exercício da intimidade, tais como: buracos, vielas, arbustos etc. Com o tempo, e diante das sucessivas violações, especialmente aquelas relacionadas às perdas dos seus objetos pessoais diante das ações higienistas da polícia e dos serviços de zeladoria urbana, a necessidade de manter a distinção entre a vida pública e a privada vai se esvaindo. Assim, o sexo e as necessidades fisiológicas (defecar e urinar) vão sendo realizados de forma cada vez mais aberta e à vista de todos.

Nesta pesquisa, quando perguntados sobre onde defecavam e urinavam durante o dia, mais de 35% responderam que faziam na própria rua. Pouco mais de 40% afirmaram que usavam banheiros públicos, muito embora reconhecessem que não havia equipamentos desse tipo em quantidade e qualidade necessária para a grande procura. Há ainda que se considerar que, mesmo em locais públicos, a população em situação de rua encontra barreiras para o acesso.

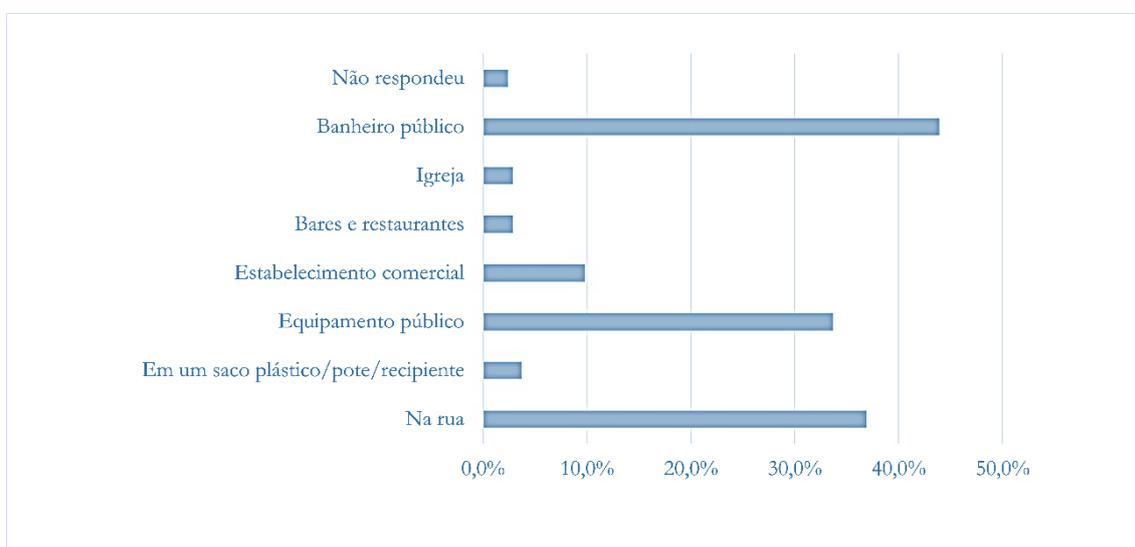


Figura 51: Questão – Onde faz suas necessidades fisiológicas?
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Às necessidades básicas mal atendidas, juntam-se os problemas decorrentes da estigmatização e da hostilidade no espaço urbano. A crise social decorrente da pandemia, que fez aumentar o número de pessoas nas ruas, reacendeu o debate sobre o lugar dos mais pobres na cidade em relação à chamada “arquitetura hostil”. O termo foi empregado pela primeira vez em uma matéria do jornal britânico *The Guardian*, escrita pelo jornalista Ben Quinn, e que abordava os artefatos e dispositivos urbanísticos anti-sem-teto que estavam se difundindo nos espaços públicos da cidade de Londres.

Desde então, o termo se popularizou e passou a designar o conjunto de elementos arquitetônicos existentes em espaços públicos e privados, que visam constranger ou afastar pessoas em situação de rua. Trata-se de pedras, pregos, ofendículos, espetos, divisórias, grades e todas as formas de objetos cortantes, pontiagudos ou com potencial para causar ferimento em um indivíduo, e que são instalados em calçadas, vias públicas, parques, praças e viadutos, com o objetivo de repelir pessoas em situação de rua.

A Arquitetura hostil é a expressão mais-que-perfeita da falta de cuidado e da “necropolítica” urbana vivida pelas pessoas em situação de rua. Quando o filósofo camaronês, Achille Mbembe (2018), se referia à necropolítica, falava do poder de decidir sobre quem pode viver e quem deve morrer. No caso das cidades, a arquitetura hostil funciona como mecanismo para decidir quem pode ou não usufruir dos espaços livres públicos. A impossibilidade do usufruto dos espaços da cidade é não só uma negação do Direito à Cidade, mas do direito à liberdade e à dignidade.

Para onde ir e o que se pode fazer quando todo lugar parece inseguro e hostil? Nesta pesquisa, quando perguntados sobre que lugar da cidade consideravam mais seguro, a maior parte dos/as entrevistados/as indicaram as unidades de acolhimento ou os lugares mais vigiados da cidade. Quando falamos em vigiados, nos referimos à presença de pessoas, muito mais do que da segurança pública oficial. A vigilância social, inclusive feita por outras pessoas em situação de rua, é vista como requisito para o recolhimento noturno e o descanso. Contudo, em que pese a violência institucional ocasionada pelas forças policiais, muitos ainda reconhecem, na polícia, a instituição encarregada de protegê-los. Importante destacar também as referências aos lugares da cidade que têm câmeras de vigilância e monitoramento para garantir alguma segurança.

A vida nas ruas não permite muito sossego. O estado de vigília noturno é muito comum, e os períodos de descanso são intermitentes e não permitem a plena recomposição da energia

física e mental. Exatamente por isso, recorrem às drogas. Em muitos casos, sem elas, não é possível relaxar e descansar. Os corpos em situação de rua estão em constante estado de alerta, expostos a toda sorte de adversidade e a todo tipo de risco. Diante de tanta violência e estresse, sobra pouco espaço para a diversão. Nesta pesquisa, quando perguntados sobre como se divertiam, quase 20% responderam que, simplesmente, não se divertem. Outros 20% afirmaram que consumiam drogas ilícitas, e pouco mais de 20% disseram que consomem bebida alcoólica para se divertir. A visitação à praia foi apontada por mais 30% dos entrevistados. Acreditamos que a ida à praia e o consumo de drogas se deem de forma combinada.

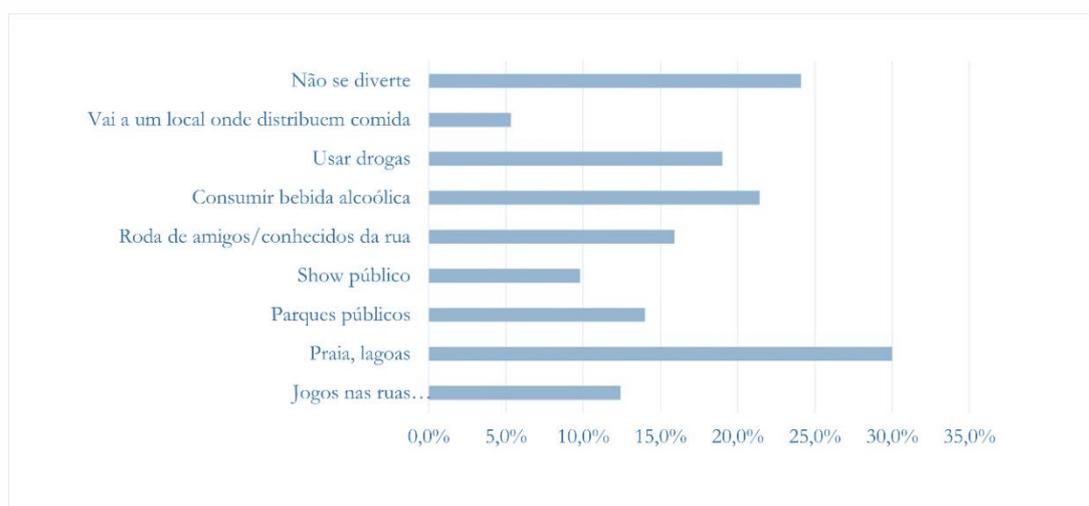


Figura 52: Questão – O que faz para se divertir? (múltiplas respostas)

Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Para todos os efeitos, as opções de diversão das pessoas em situação de rua não contrastam com aquelas realizadas pelas pessoas domiciliadas. Ir à praia, consumir bebidas alcoólicas e outras drogas correspondem a opções de divertimento realizadas por diferentes classes sociais, inclusive pelos mais ricos. Importante ponderar, contudo, é a forma precária com que isso é feito por quem vive nas ruas, uma vez que o acesso a recursos é sempre mais difícil. Para os que afirmaram não se divertir, a justificativa era sempre a de não ter tempo, uma vez que todo o dia era depreendido na busca por comida e recursos para suprir suas necessidades mais básicas.

As pessoas em situação de rua necessitam do Estado para suprir quase todas as suas necessidades mais essenciais, e não encontram o amparo básico para depreender seu tempo e energia em atividades que as auxiliem a vencer desafios e a construir um novo projeto de vida. A vida na rua é degradante e exaustiva, e não deixa muito espaço para a superação. A percepção a respeito das necessidades é algo que também precisa ser levado em conta, pois os saberes daqueles que vivem as iniquidades são tão importantes quanto os nossos esforços científicos e políticos.

Quando perguntamos sobre as principais necessidades das pessoas em situação de rua, os entrevistados apontaram “moradia”, “trabalho e renda” e “saúde” como os principais (Figura 53).

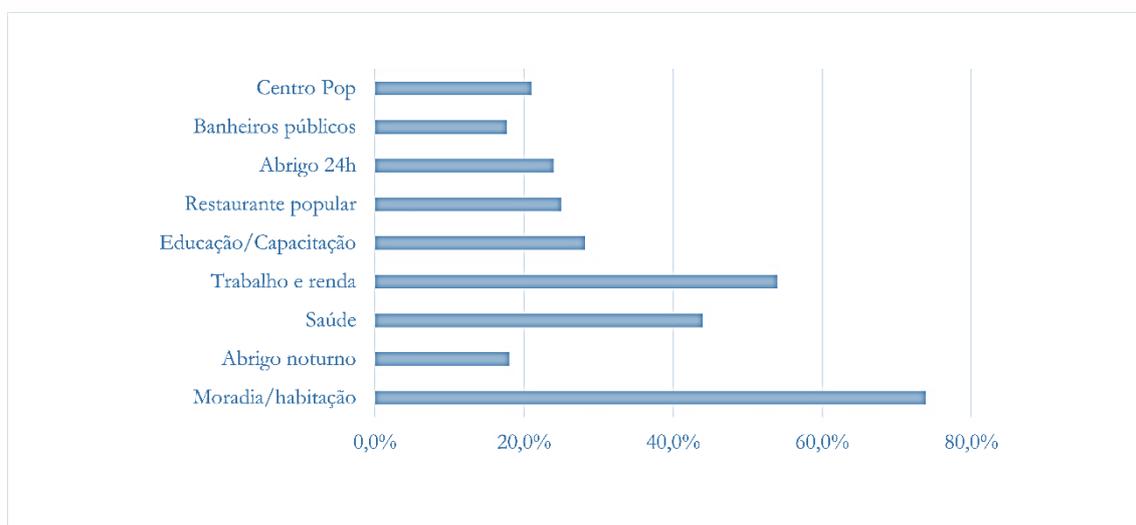


Figura 53: Questão – Quais as principais necessidades da população em situação de rua? (múltiplas respostas)

Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

A ideia quase unânime de que a moradia corresponde à principal necessidade apenas comprova que a situação de rua é algo que tende a ser permanente e de difícil reversão, sendo necessária a ação do Estado no sentido de fornecer as condições iniciais para um processo de superação. Na visão de quem vive nas ruas, essas condições estão calcadas na vida domiciliada. Isso é o que preconizam vários programas, entre os quais o Moradia Primeiro, ao qual fizemos referência anteriormente. Esse programa tem o objetivo de garantir a conquista da moradia como primeiro e não último acesso, compreendendo-a como o item mais básico para a organização desta população, requisito para que consigam obter o cumprimento de todos os demais direitos.

EDUCAÇÃO E TRABALHO

Este item consta no formulário censitário como *Educação, profissionalização e estratégias de sobrevivência* e vem como primeiro campo para o levantamento de dados, logo após o campo referente à identificação do/a entrevistado/a, conforme é possível identificar no formulário em anexo. No processo de reflexão e análise, pareceu-nos impor um outro lugar na construção da narrativa e resolvemos acatar esta evocação. Percebemos que, ao refletir sobre desfiliações aos mundos do trabalho e da educação, atravessamos os elementos de todas as reflexões que viemos

tecendo, seja sobre os vínculos familiares e trajetórias, seja sobre cidadania, acesso à saúde, lazer, segurança alimentar e nutricional.

O trabalho e a educação, principalmente o trabalho, resguardam, na história e no imaginário social, papel significativo como estruturador de identidades, pertencimentos e filiações, o que parece se reproduzir no campo das políticas públicas. Mas, como viemos afirmando até aqui, não nos peçam para abreviar nada, assumimos que questões complexas não são respondidas de forma "fácil". Neste sentido, educação e trabalho, ao serem apresentados como último campo do relatório, reforçam o argumento de que há elementos referentes aos não acessos a direitos de cidadania, ao necessário enfrentamento e à superação de uma cultura de indiferença e aversão aos pobres que precisam ser refletidos, para que educação e o trabalho sejam possíveis e se apresentem como parte do caminho que leve às "portas de saída" da situação de rua.

Não há como abreviar a análise tomando qualificação profissional, encaminhamento para as vagas de trabalho e ampliação da escolaridade como solução para o problema das vidas vividas nas ruas, é parte, não é a solução. As políticas públicas, enquanto presença do Estado em diferentes frentes de ação para a produção de uma sociedade decente e para o cuidado, é que farão, ao final, a grande diferença.

A RUA E O TRABALHO

Quando chegou ao Recife, em 1910, Gregório Bezerra era uma das vítimas da seca e da espoliação de terras no Agreste pernambucano, que dizimaram a plantação e os animais, impuseram a fome e a desagregação familiar. Os irmãos e irmãs foram acolhidos em casas de parentes, e coube ao menino Gregório acompanhar, como "ajudante", a família de um latifundiário em mudança para a Capital. Após algum tempo como "faz tudo" da família, esfolado no trabalho doméstico e abusado pelas agressões da matriarca, fugiu para as ruas da capital pernambucana antes de completar 11 anos. Viveu dos trabalhos que fazia como transportador de malas e maletas, alguns bicos de limpeza de casas e escritórios e, principalmente, vendedor de jornais. Com os recursos que juntava, almoçava nas bodegas populares, tomava banho vez por outra e dormia nas marquises e sob as pontes, "onde era vencido pelo sono". Dois dos seus irmãos juntaram-se a ele nas ruas de Recife, trabalhando em serviços domésticos e como vendedores de jornais.

Era dono das ruas, das calçadas e de todas as escadas que encontrava abertas na cidade do Recife. Vez por outra, brigava com malandros que queriam roubar meu rico dinheirinho e assim ia vegetando como "dono" da maior, mais bela e mais miserável cidade do Nordeste, cheia de pontes, em cujas colunas encontrei o abrigo mais seguro e mais tranquilo de todos (BEZERRA, 1979, p.136-137)

Quatro anos depois, e muitas aventuras, começou a aprender o ofício de pedreiro, com um mestre de obras, alcançando o grau de "meia-colher" (quase pedreiro). Com a ida do mestre de obras para São Paulo, passou a ajudante de um carpinteiro que lhe ensinou a profissão e que também seguiu para a capital paulista. Trabalhou como pedreiro, carpinteiro, pintor, carvoeiro, arrumador de armazém de açúcar e como estivador, até fazer 17 anos, quando enfrentou a sua primeira prisão como "perturbador da ordem".

Essa passagem das memórias de Gregório Bezerra nos informa sobre a dimensão histórica do fenômeno da população que vive em situação de rua na cidade do Recife. O "sentido da fuga" do campo e chegada à capital pernambucana retrata igualmente uma outra dimensão importante da população em situação de rua, derivada desse processo migratório que se acentuou ao longo do século XX, com a industrialização do país e a urbanização que lhe é intrínseca.

Gregório Bezerra nos fornece ainda uma aproximação com o sentido e a forma que o trabalho assume para os moradores de rua, um meio de gerar renda para fazer frente às necessidades mais imediatas, como o alimento. Há mais de um século, a venda dos jornais diários parecia constituir a ocupação predominante e de fácil ingresso, uma vez que não requeria qualificação profissional e permitia o acesso de jovens e de crianças a alguma renda diária. Atualmente, são os serviços de catação de materiais reciclados e o comércio ambulante que se constituem como as principais atividades de geração de renda para a população em situação de rua.

Nesta seção, vamos analisar os dados obtidos no presente censo quanto à trajetória ocupacional, ao perfil profissional, ao acesso ao trabalho e apresentar algumas indicações sobre as políticas públicas para a geração de trabalho e renda para a população em situação de rua.

O TRABALHO E A RUA

Uma questão preliminar que se impõe, a partir dos dados do censo, diz respeito aos motivos que levam as pessoas que se encontram em situação de rua a buscarem, geralmente, os

lugares mais centrais dos agrupamentos urbanos como espaço de permanência, especialmente os centros históricos. Dito de outra maneira, perguntamos: quais condições especiais a população em situação de rua encontra, nos espaços mais centrais das cidades, que os tornam mais favoráveis para a sobrevivência nas ruas? Podemos supor que essas escolhas são motivadas pela proximidade aos serviços públicos, facilitando o acesso aos equipamentos e políticas sociais disponibilizados pelos governos municipais e estadual. Outra condição favorável pode resultar das oportunidades de trabalho que se oferecem nas regiões centrais das cidades, do adensamento de empresas comerciais e de serviços, da circulação intensa de pessoas e recursos, das possíveis (e sempre incertas) oportunidades de trabalho ou ocupação. Esse efeito ímã dos centros urbanos também pode derivar da condição de maior segurança que oferecem, em função do coletivo de pessoas que enfrenta semelhante situação, talvez a formação de uma comunidade de destino, a criação de vínculos, as relações de cooperação e solidariedade, a troca de experiências e informações sobre as alternativas de trabalho e acesso à renda. Por fim, pode ser relevante sugerir que os centros urbanos sejam igualmente favoráveis ao deslocamento em busca de trabalho, no âmbito das regiões metropolitanas, possibilitando a cobertura maior das áreas que ofertam possíveis postos de trabalho.

De todo modo, a abordagem da questão do trabalho para a população em situação de rua deve ser realizada com certo cuidado, para que se evite identificar, na ausência de trabalho, a condição determinante que engendrou o fenômeno da população da rua. A redução do problema referente à "falta de trabalho" pode levar a soluções tão simples como equivocadas, nas quais bastaria "encontrar trabalho" para que se percebesse uma redução significativa da população em situação de rua, como se essa fosse majoritariamente formada por "trabalhadoras/es em situação de rua".

Não queremos dizer que a ocupação ou a inserção laboral não represente uma condição de significativa importância para a estruturação da trajetória e perspectiva de vida dos indivíduos na sociedade capitalista. Pelo contrário, uma característica central do modo de produção capitalista é a expropriação, permanentemente, dos/as trabalhadores/as em relação aos meios de produção que poderiam garantir a reprodução autônoma das condições de existência, obrigando a classe que vive do trabalho a ofertar sua força de trabalho em troca de um salário. Mas não achamos que se possa explicar a problemática de "trabalho para a população em situação de rua" a partir da chave única da "falta de trabalho". O fenômeno é mais complexo, e o censo o está demonstrando.

Uma primeira aproximação com a questão do trabalho para a população em situação de rua, a partir do censo, pode ser encontrada nas motivações que levaram essas pessoas às ruas.

Conforme já comentado neste relatório, em questão de múltipla escolha, as justificativas apontadas para a atual situação vivida foram, primeiramente, os conflitos familiares (50%); em seguida, a utilização de álcool e drogas (40%) aparece como fator determinante; em terceiro lugar, está a perda da moradia (19%); apenas em quarto lugar surge a perda do trabalho como causa principal (18%). Entendemos que essas motivações podem estar relacionadas entre si, e geralmente estão. A perda do trabalho ou a falta de ocupação pode dar origem a conflitos familiares, bem como ocasionar a perda da moradia. Do mesmo modo, o uso de estupefacientes pode ter sido o causador da perda de trabalho, pelos possíveis efeitos na produtividade e na disposição para o trabalho. Nesse caso, devemos sublinhar que a ausência ou perda do emprego e a experiência do desemprego de longa duração costumam gerar tensões e sofrimentos, conflitos e desestruturação familiares⁴.

Tendo essa imagem inicial como pano de fundo, chama a atenção o fato de 32% dos entrevistados terem informado que a escolha da cidade Recife tenha sido motivada pela necessidade de procurar trabalho, e 50% preservarem, dentre seus documentos de identificação, a carteira de trabalho. Nessa medida, o trabalho parece constituir, ainda, no imaginário social da população em situação de rua, a dimensão estruturadora da vida social, condição para o resgate da dignidade e a construção da identidade social e profissional dos sujeitos. Talvez isso nos ajude a entender as respostas à questão sobre suas principais necessidades (Figura 53).

Uma vez que 82% da população em situação de rua não possui qualquer alternativa de moradia, é compreensível que esta seja a demanda principal (75%) auferida pelo censo (Figura 53). A moradia é condição primeira para garantir a segurança, o descanso digno, ou "recuperação dos ossos", o início de um modo de vida minimamente "organizado", a condição para a manutenção da saúde física e mental. Mais do que isso, a moradia é também indicadora de cidadania, pois fornece o "endereço fixo", tanto para o cadastramento nos programas sociais como para o registro nos serviços de intermediação de mão-de-obra ou, ainda, para as unidades de recrutamento de pessoal pelas empresas.

Atualmente, a posse de um telefone celular pode contribuir para a localização e comunicação com as pessoas em situação de rua, inclusive para os órgãos e serviços públicos ou empresas. Mas não é suficiente, e o valor subjetivo e simbólico da moradia conformam um

⁴ Ver, a esse respeito: GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Desemprego, uma construção social**: São Paulo, Paris e Tóquio. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

imperativo para a reconstrução dos laços comunitários, de identidade e solidariedade, "porta de entrada" para outros sentidos possíveis para a vida social⁵.

A segunda necessidade principal da população em situação de rua, conforme o gráfico 53, precisamente o acesso ao trabalho e à renda. Para além da condição material e subjetiva imediatamente provida pelo trabalho regular, como garantia da reprodução social e estruturador da rotina cotidiana, a ocupação proporciona também, e especialmente, a possibilidade de projeção, do reatar o presente e o futuro. No Brasil, a partir da regulação do trabalho varguista dos anos 1930, o acesso ao trabalho passou a significar o ingresso ao mundo com direitos, condição primeira da cidadania. A Carteira de Trabalho assinada representava o pertencimento a uma categoria profissional, com direito à representação sindical, contrato coletivo de trabalho, jornada regulamentada, férias etc., inclusive acesso à saúde e à aposentadoria⁶. Talvez seja essa condição do trabalho regular, assalariado e estável, que esteja presente no imaginário da população em situação de rua, quando priorizam o acesso ao trabalho e à renda como uma das suas principais necessidades.

Será essa, ainda, a característica do mercado de trabalho na fase atual, no modo de produção capitalista, quando o capital vem implementando formas flexíveis de trabalho, com subtração de direitos, terceirização e precarização das condições de trabalho? As novas tecnologias (informática, telemática, robótica, inteligência artificial etc.), inseridas nos processos de produção de bens e serviços, criando formas novas de trabalho, designadas, por exemplo, por uberização, trabalhador de plataforma, "pjotização" (referência ao trabalhador "pessoa jurídica") etc., já não modificaram os dados do problema?

Vejamos essa questão iniciando pela ocupação atual das pessoas em situação de rua, conforme os dados desta pesquisa.

⁵ Devemos considerar, entretanto, que podem ser encontrados indivíduos em situação de rua que não demonstrem interesse em sair dela. A decisão por permanecer na rua, habitar e viver nela, ainda que almejando o acesso aos programas e benefícios sociais, quando tomada por indivíduos que se encontram nessa situação por muitos anos, nos parece que pode ser considerada uma decisão legítima, como expressão de uma opção por outra forma de vida em sociedade, vinculada a alguma ideia de "liberdade", embora fora dos padrões considerados "normais". A questão, nesses casos, seria: qual modelo de cidade poderia acolher esse tipo de decisão, favorecer a permanência desses indivíduos nas ruas ou calçadas, garantir tipos adequados de proteção, conforto e bem-estar?

⁶ Ver, a esse respeito, a obra de Adalberto Cardoso, *A Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil*, já mencionada neste relatório.

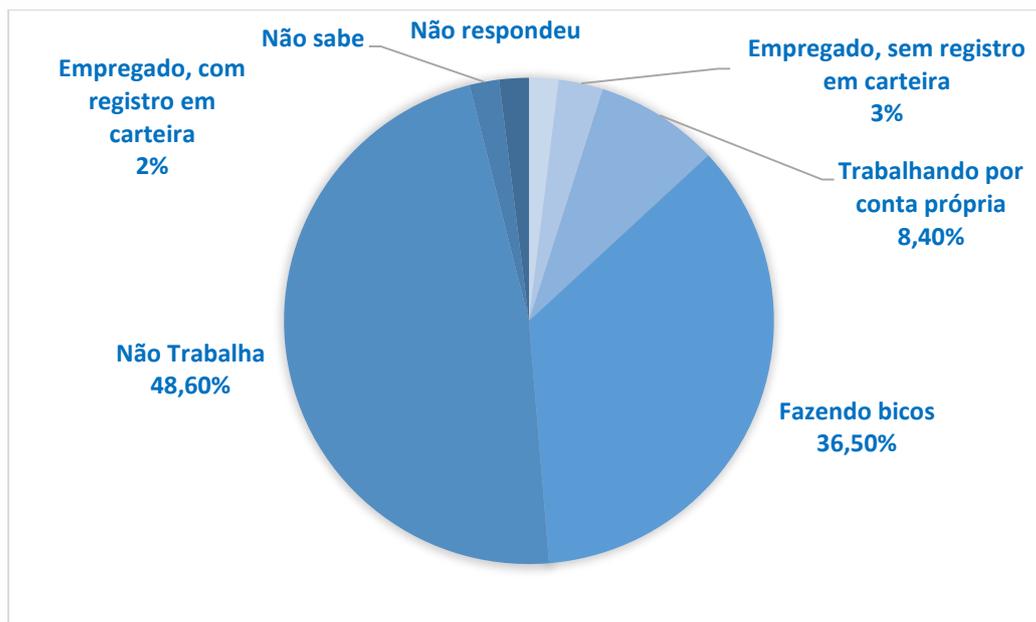


Figura 54: Questão – Trabalha?
 Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Como vemos, quase a metade das pessoas em situação de rua na cidade de Recife não trabalha, e os que o fazem realizam atividades intermitentes ("bicos") ou trabalham por conta própria. Esses homens e mulheres que realizam atividades remuneradas pontuais, ou que se ocupam de forma autônoma na produção de bens e serviços, somados aos que se manifestaram como empregados sem registro em carteira, constituem uma parcela da chamada economia informal, setor informal ou informalidade. Não trataremos aqui da discussão existente no campo da sociologia do trabalho sobre a evolução desses conceitos⁷, bem como das relações entre o setor informal e os setores formais da economia, da relativa autonomia ou subordinação às dinâmicas mais gerais de acumulação do capital. De forma geral, trata-se de um segmento constituído por trabalhadores/as em situação de pobreza ou extrema-pobreza que realizam atividades sem registro formal e proteção social, e que geralmente conseguem inserção em formas de trabalho precário, sem regularidade, de natureza diversa e heterogênea (os "bicos").

Essa heterogeneidade do trabalho da população em situação de rua pode ser percebida na identificação de 04 (quatro) trabalhadores/as que se encontram empregados com registro em carteira, mas que continuam habitando as ruas. Esses casos, juntamente com os 13 (treze) trabalhadores/as que estão empregados sem registro formal em carteira, poderiam ser objeto de estudo específico das suas trajetórias individuais e das questões atuais que impedem a saída da

⁷ Sobre esse debate, ver a obra: Marchas e Contramarchas da Informalidade do Trabalho: das origens às novas abordagens. / Roberto Vêras de Oliveira; Darcilene Gomes; Ivan Targino. (orgs.). João Pessoa/PB: Editora Universitária da UFPB, 2011.

situação de rua. Parece-nos que esses/as trabalhadores/as podem dispor de condições favoráveis para a obtenção de moradia, consistindo o emprego regular (formal ou informal), bem como o acesso e a permanência em programas e benefícios sociais, os pilares que conformariam certa estabilidade e sustentabilidade da residência.

Podemos agregar a esse grupo de pessoas em situação de rua já inseridos em relações de trabalho regulares, formais ou não, o grupo que possui curso superior completo (1% de acordo com o censo) ou incompleto (2%), cujos números absolutos alcançam 5 e 8 indivíduos, respectivamente⁸. De todo modo, o que estamos sinalizando é o fato de que o censo permite a formulação de diferentes estratégias para fazer frente a essa necessidade de trabalho e renda da população em situação de rua, a partir das suas especificidades e características diferenciais.

De todo modo, a característica mais expressiva da população em situação de rua é ainda a não ocupação e o desemprego, problema aliás que atinge um segmento importante dos/as trabalhadores/as das grandes cidades brasileira e do conjunto dos países periféricos, relativamente aos centros econômicos mundiais, considerados dependentes ou subdesenvolvidos. Já a parcela dessa população que busca a geração de renda através de trabalhos intermitentes e eventuais enfrenta formas e condições de trabalho precárias, baixa remuneração, especialmente por se tratar de ocupações que requerem baixa qualificação e quase que exclusivamente o uso intensivo da força física.

É importante registrar que o desemprego de longa duração ou o distanciamento dos/as trabalhadores/as em relação ao mercado de trabalho amplifica a dificuldade para a reinserção laboral. Os dados do censo apontam que 48% da população em situação de rua nunca vivenciou relações de trabalho formal, com carteira assinada. Embora 50,8% já tenha vivenciado relações de assalariamento formais, quando se observa o tempo de afastamento do mercado de trabalho, podemos sugerir que a maioria dessa população já pode ser considerada em **situação de desalento**, quando os/as trabalhadores/as deixam de procurar trabalho por acharem que não mais conseguirão colocação no mercado. Podemos inferir desse quadro que não apenas o desalento constitui impeditivo à reinserção no mercado de trabalho, mas a própria condição de morador em situação de rua, além do estigma derivado dessa trajetória. Tudo isso representa obstáculos de difícil superação. Assim, parece plausível a afirmação de que quanto maior o tempo vivenciado em situação de rua mais difícil se torna o retorno ao mercado de trabalho.

⁸ Em posteriores análises, a partir do cruzamento dos dados do censo, será possível identificar se há sobreposição entre esses dois grupos. A hipótese, nesse caso, é a de que parte desse grupo que realiza trabalhos regulares, formal ou informalmente, é formado por quem concluiu ou não o ensino superior.

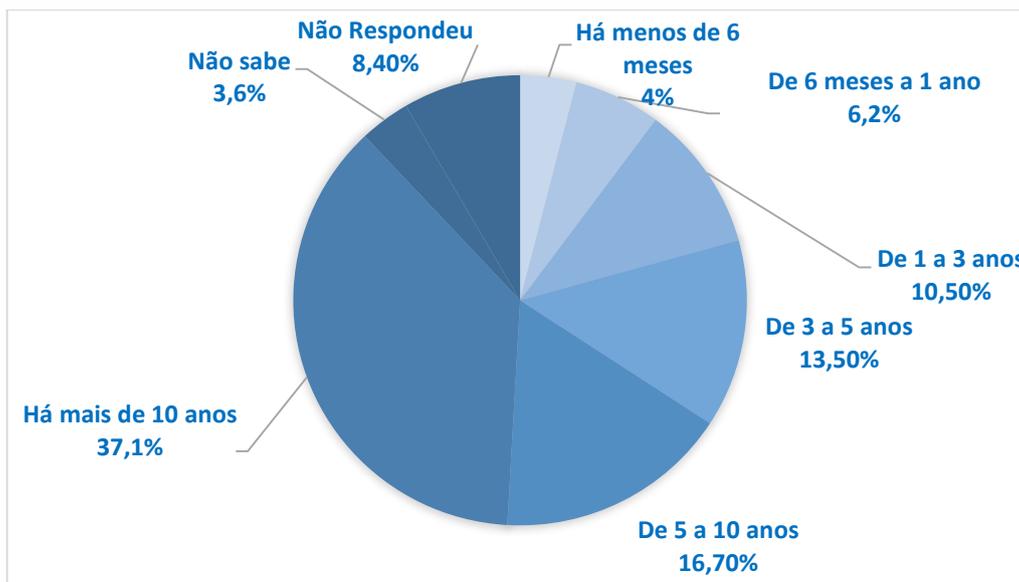


Figura 55: Questão – Quando foi a última vez que teve trabalho com registro em carteira?
 Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Vale destacar a informação de que, em um primeiro nível, 10,2% da população em situação de rua encontra-se desempregada ou afastada do emprego formal há menos de um ano, indicando a existência de situações que podem ensejar a reinserção laboral, a depender do aquecimento das atividades econômicas ou da retomada de um novo ciclo de desenvolvimento do país. Nesse caso, o acompanhamento e a inclusão desses/as trabalhadores/as em políticas de intermediação de mão-de-obra seriam importantes, especialmente o Sistema Nacional de Emprego (SINE/MTE), com ações realizadas de forma intersetorial, em conjunto com as políticas de assistência social e de saúde.

No nível intermediário, temos 24% da população em situação de rua afastada há mais de um ano e menos de cinco anos do mercado formal, esse dado, em si, já representa alguma dificuldade para a reinserção, por motivos diversos. Os resultados poderão ser mais bem discutidos quando da realização de análises específicas com cruzamentos de dados, por exemplo, do tempo de desemprego com a idade, escolaridade, uso de álcool e drogas etc. De todo modo, esse nível intermediário já requer esforços adicionais das políticas ativas de emprego, que devem ir, além da qualificação profissional, em direção à formação de um quadro geral de comportamentos e atitudes que facultem maior aderência aos processos atuais de gestão da mão-de-obra e ao estágio tecnológico dos setores específicos. Além disso, pode-se buscar, para esse segmento, o apoio e o fomento de formas alternativas de trabalho e renda que sejam mais adequadas às expectativas dos sujeitos em situação de rua, como o trabalho coletivo, associativo e cooperativo.

Atualmente, o campo da Economia Solidária⁹ pode representar uma alternativa importante para a geração de trabalho e renda para os setores mais vulneráveis social e economicamente, considerando também a diversidade e a especificidade da população em situação de rua. Exemplos disso são as experiências, no Brasil, de organização produtiva de usuários da rede de saúde mental a partir dos princípios da economia solidária¹⁰. O Brasil pode ser considerado uma referência importante no campo da saúde mental e trabalho, inclusive com uma legislação específica, que criou a possibilidade da formação de "cooperativas sociais" com pessoas em "desvantagem social" (Lei n. 9.867/1999)¹¹.

O terceiro nível abrange mais da metade da população em situação de rua e é formado pelos indivíduos que estão há mais de 5 anos afastados do mercado formal, cuja maior parcela (37%) já ultrapassou uma década sem vivenciar relações de assalariamento. Nesse nível, apenas estudos individualizados poderão indicar com maior precisão a parcela que poderia ser objeto de ações visando à reinserção laboral. O desemprego de longa duração, ao levar à condição de desalento, exige novas abordagens e metodologias para a reinserção produtiva desse segmento, envolvendo tanto a perspectiva da economia solidária e do cooperativismo social, como a criação de ações de inserção pelo próprio poder público, considerando, evidentemente, as especificidades e necessidades da população em situação de rua.

Nesse caso, experiências importantes vêm sendo realizadas no Brasil, como as desenvolvidas pela prefeitura de São Paulo, no âmbito do Programa "Braços Abertos" (2014-2016), estruturado a partir do tripé "Alimentação, Moradia e Trabalho". O Programa adotou como conceitos o "Moradia Primeiro" (*Housing First*), o princípio da "Baixa Exigência" (*Low Threshold*) e a estruturação de serviços, cujo acesso era garantido por um "contrato" assinado pelos usuários, baseado na palavra e na vontade manifesta. No campo da geração de trabalho e renda, o programa paulistano de redução de danos, no território da "cracolândia", ofertou capacitações e assessorias técnicas para o desenvolvimento de ações no campo do associativismo, cooperativismo e economia solidária. Ao mesmo tempo, desenvolveu um

⁹ Ver, a esse respeito, SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2002.

¹⁰ Ver, por exemplo, a pesquisa de MARTINS, Rita. Cooperativas Sociais no Brasil: debates e práticas na tecitura de um campo em construção. Brasília: UNB, 2009. [Dissertação de Mestrado em Sociologia/UNB].

¹¹ Embora importante por reconhecer e instituir a figura das pessoas em desvantagem social, a Lei não confere quaisquer incentivos à criação e ao funcionamento das cooperativas sociais, de maneira que restou pouco efetiva. Por pessoas em desvantagem social, a Lei considera: os deficientes físicos e sensoriais; os deficientes psíquicos e mentais, as pessoas dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, e os egressos de hospitais psiquiátricos; os dependentes químicos; os egressos de prisões; os condenados a penas alternativas à detenção; os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo.

programa de revitalização urbana com a participação da população usuária dos serviços, com programas destinados à varrição de ruas e manutenção dos jardins e praças.

Em relação às trajetórias laborais pretéritas da população em situação de rua, o quadro a seguir apresenta uma variedade de experiências vivenciadas:

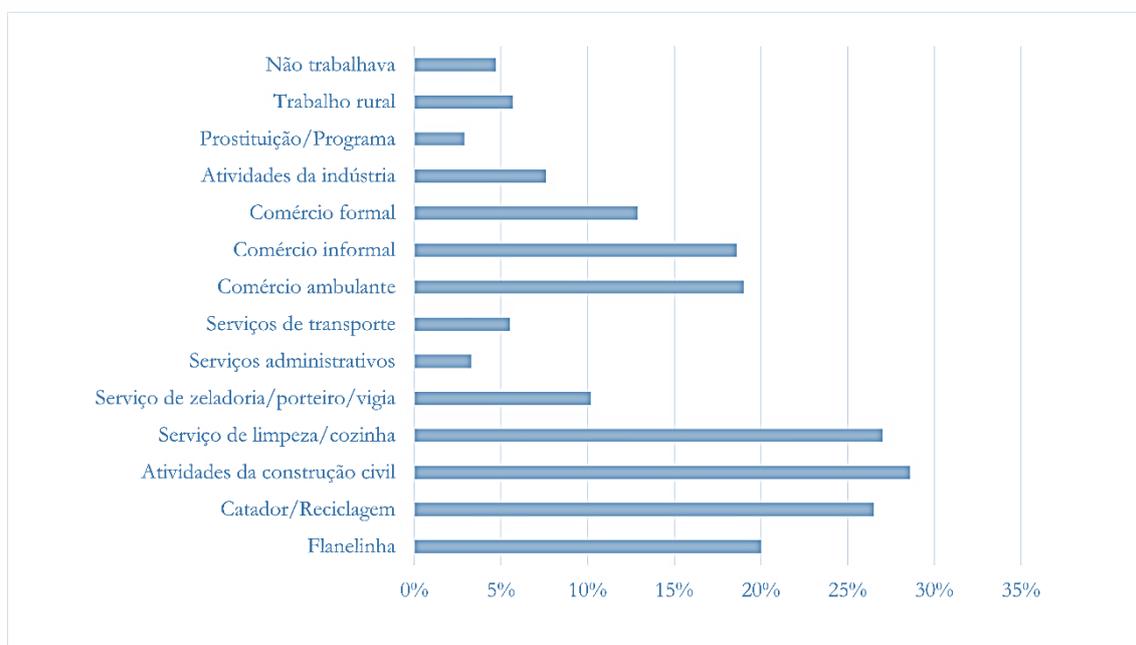


Figura 56: Questão – Em que área já trabalhou? (*múltiplas respostas*)

Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Podemos perceber, primeiramente, o percentual da população em situação de rua cuja origem remonta ao meio rural, cerca de 6% realizavam trabalho rural. Isso sugere que a participação da migração campo-cidade talvez seja atualmente residual ou decorrente da conjuntura específica das políticas agrárias e agrícolas dos governos federal e estaduais. A grande marcha migratória do campo para a cidade ganhou intensidade no segundo pós-guerra, estabilizando-se no final do Século XX.

Os setores que podem estar atravessando períodos de eliminação estrutural de postos de trabalho, como atividades industriais, comércio formal e serviços de transporte, por exemplo, possuem participação moderada nas trajetórias profissionais da população em situação de rua. Já os setores que apresentam maior parcela de ocupação anterior dos sujeitos em situação de rua são os serviços de limpeza/cozinha as atividades de construção civil, possivelmente em função das políticas neoliberais de baixo investimento público e ausência de políticas de desenvolvimento para o país.

Outra atividade igualmente com alta aderência é a catação de materiais recicláveis. Nesse caso, especificamente, temos a sinalização de que uma parcela expressiva da população em

situação de rua já vinha se dedicando, há algum tempo, a atividades precárias, desenvolvidas em função da necessidade imperativa da sobrevivência e que exigem baixa qualificação.

Atualmente, de acordo com o presente Censo da População em Situação de Rua da cidade do Recife, aqueles que realizavam algum tipo de trabalho com geração de renda estavam distribuídos nos seguintes setores:

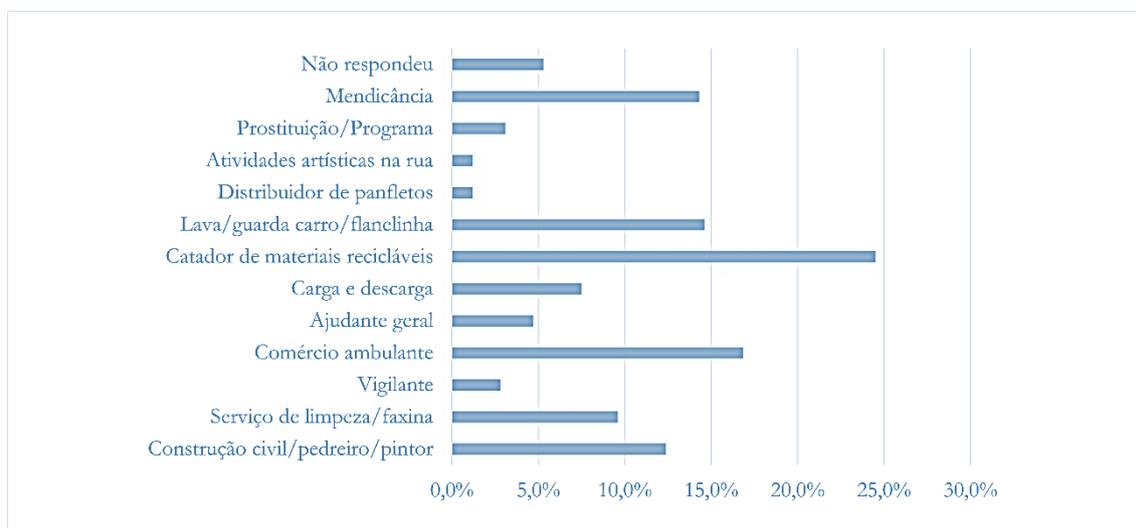


Figura 57: Questão – Em que área trabalha atualmente? (*para quem trabalha*)
Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Percebemos que 1/4 da população em situação de rua, que realiza algum tipo de trabalho, atua como catador/a de materiais recicláveis. Talvez a catação desses materiais (principalmente latinhas de alumínio, papelão e pet) tenha substituído a antiga atividade de vendedor de jornais diários, como vimos no caso que abriu essa seção. Os materiais recicláveis apresentam grande liquidez, de maneira que qualquer quantidade coletada em um dia de trabalho pode ser comercializada, no mesmo dia, garantindo a reprodução social pelo trabalho.

Seria de grande importância a estruturação, pelo poder público, de ações de reconhecimento e de valorização do trabalho desenvolvido pela atividade de catação, em conjunto com os movimentos dos catadores. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305/2010) já prevê a participação dos municípios em apoio ao segmento dos catadores, inclusive com a destinação dos resíduos dos órgãos públicos para as cooperativas de catadores.

Na medida em que o material coletado pelos catadores reduzisse o volume transportado pelas empresas contratadas pelas prefeituras para o serviço de coleta e destinação do lixo urbano, haveria a redução do repasse realizado pela prefeitura às empresas. Esses recursos "economizados" pelo poder público poderiam compor um fundo destinado à estruturação de ações de fomento ao trabalho dos catadores e catadoras, inclusive para a organização da

população em situação de rua que atua na catação. Já é de conhecimento de todos que a atividade de catação de materiais recicláveis já se encontra reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego como categoria profissional (inserida no Código Brasileiro de Ocupações - CBO). As ações do poder público poderiam envolver: a qualificação social e profissional dos catadores; a disponibilização de equipamentos de proteção individual; o fomento à coleta seletiva; a disponibilização de carrinhos de transporte dos materiais; os fardamentos com identificação; a construção de entreposto público, para a garantia de preço dos materiais e da renda dos catadores; o fomento ao associativismo e cooperativismo, entre outras.

Ações igualmente importantes e estruturantes podem ser realizadas com os vendedores ambulantes e flanelinhas. Ambas as situações carecem de apoio efetivo do poder público, com o reconhecimento do labor do vendedor ambulante como atividade de comércio de mercadorias inseridas em cadeias produtivas, por exemplo a água mineral e os alimentos industrializados (pipocas etc.)¹². No caso da água mineral, talvez se possa invocar o princípio da logística reversa para a efetivação de parcerias entre as empresas e os catadores, visando à destinação adequada das garrafas pet utilizadas na comercialização do produto. Aliás, em alguns países, as prefeituras vêm instalando bebedouros e fontes públicas, nas maiores cidades, para reduzir ou eliminar o comércio de água, tanto por ser considerada "bem comum", condição essencial à vida humana, quanto pela externalidade negativa que as embalagens geram aos municípios. Por seu turno, a atividade de flanelinha consiste, ao fim e ao cabo, na oferta de serviço de limpeza e proteção patrimonial, podendo, por isso, ser acolhida nas políticas de segurança pública em interface com a política social. O cadastramento, a regulação das áreas de atuação e a identificação dos flanelinhas e guardadores, por exemplo, poderia melhorar as condições de trabalho, a relação com "clientes" e o reconhecimento da importância social desses/as trabalhadores/as.

Em menor proporção, mas não menos importante, estão aqueles/as trabalhadores/as com experiência e conhecimento no setor da construção civil. Dada a capacidade de gerar rapidamente números significativos de postos de trabalho, a construção civil configura-se como um setor de elevada capacidade de geração de trabalho e renda. Nesse caso, além da qualificação profissional e a intermediação da mão-de-obra via sistema público, o poder público poderia investir no aproveitamento da população em situação de rua para a realização remunerada de serviços de recuperação de calçadas, parques, habitação de interesse social, manutenção e construção das lixeiras da cidade, estímulo à criação de cotas para a população em situação de

¹² Importante a pesquisa sobre os vendedores ambulantes que atuam nos semáforos de Recife, realizada pela Fundação Joaquim Nabuco e a UFPE: Trabalho Precário no Meio Urbano: semáforos do Recife. / Tarcísio Patrício de Araújo (Coord.), Ana Elisa Medeiros de Vasconcelos Lima [et al.] - Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2007.

rua nas obras de infraestrutura etc. Além disso, a articulação com o Instituto do Patrimônio Histórico (IPHAN) poderia resultar na qualificação específica combinada com serviços de recuperação de prédios tombados pelo patrimônio histórico. Nesse caso, o canteiro de obra se transformaria em espaço de qualificação profissional e inclusão social.

Com relação à qualificação social e profissional, é importante assinalar que, realizada de forma desvinculada dos serviços de intermediação de mão-de-obra ou sem a perspectiva de inserção em setor demandante, os cursos de formação profissional são insuficientes e demonstram resultados pouco satisfatórios para a reinserção dos/as trabalhadores/as desempregados/as¹³. As instituições públicas foram as responsáveis pelo maior percentual de qualificação profissional para a população em situação de rua do Recife, que realizaram especialmente os seguintes cursos:

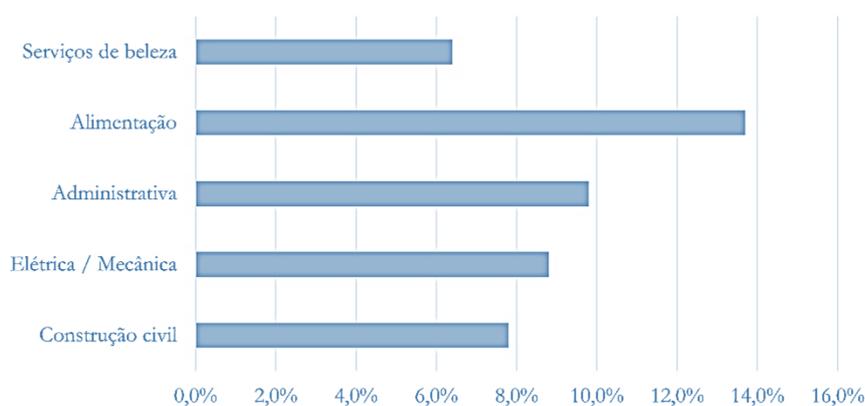


Figura 58: Questão – Qual o curso profissionalizante? (para quem já fez algum curso profissionalizante) (múltiplas respostas)

Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Cabe o registro de que a grande maioria dos cursos (63,4%) não contou com qualquer estratégia de encaminhamento nem orientação para o mercado de trabalho. Como conhecimento não ocupa lugar, a realização de cursos de qualificação profissional é sempre importante para ampliar as capacidades e conhecimentos dos/as trabalhadores/as, mas não se deve esperar que resultem imediatamente em colocação no mercado de trabalho, ainda que sob uma conjuntura favorável de crescimento econômico e geração de emprego.

Na fase atual do processo global de acumulação do capital, como já registramos, o ingresso no mundo das empresas requer certas habilidades técnico-profissionais, fundamentos

¹³- Ver, a esse respeito, a obra: Qualificar pra quê? Qualificação pra quem?: do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje. / Roberto Vêras de Oliveira (organizador). - São Paulo: Fundação Unitrabalho,; Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

consistentes da educação formal e um quadro geral de comportamento social genérico adequado ao ritmo, à disciplina e à comunicação social. Para aqueles que se encontram em situação de desemprego de longa duração, são esses aspectos gerais de disciplina e comunicação que dificultam o reingresso ao mercado de trabalho, além do próprio atraso relativo às tecnologias e às formas sociais de organização da produção¹⁴.

Levando em consideração o perfil mais geral da população em situação de rua do Recife, percebemos um conjunto de características que amplificam a condição de desvantagem social, que representam imensos obstáculos para a reinserção laboral desses sujeitos. Senão vejamos: mais de 80% são formados por pessoas pretas ou pardas, de maneira que precisam superar o racismo estrutural, que funciona como sistema de filtro invisível na seleção para a ocupação dos postos de trabalho.

Do mesmo modo, 41% dos entrevistados informaram possuir algum tipo de deficiência, que representa igualmente um entrave ao mercado de trabalho, na ausência de políticas ativas de inclusão laboral desse segmento. 30% mantêm dependência de álcool e drogas, requerendo acesso e acompanhamento dos serviços públicos de saúde e assistência. A passagem pelo sistema prisional representa outra dimensão estigmatizadora que marca as trajetórias dos sujeitos. Alia-se a isso o fato de que 67% tiveram acesso apenas ao ensino fundamental, e boa parte não concluiu, sequer, essa etapa; 8% chegaram no ensino médio, sendo que 14% completaram, configurando um quadro geral de baixa escolaridade, com 21,6% de analfabetos.¹⁵

Dessa maneira, parece ser adequado afirmar que a população em situação de rua encontrará imensos obstáculos para a sua reinserção no mercado formal de trabalho. Talvez uma parcela consiga a ocupação em postos formais de trabalho, mas esses serão mais a exceção do que a regra. Isso não quer dizer que não haja alternativas. As experiências de economia solidária, cooperativismo social e a geração de trabalho e renda, a partir da organização pelo poder público, podem fazer imensa diferença para a grande maioria da população em situação de rua. A política pública é o que faz e fará, ao final, a grande diferença.

¹⁴ Na pesquisa realizada com os trabalhadores nos semáforos do Recife, os autores alertam: "A constatação de que uma parcela considerável dos trabalhadores pesquisados havia frequentado cursos de formação profissionalizante sugere o quanto é difícil aumentar a empregabilidade de pessoas com insuficiente nível de escolaridade, em particular quando o ambiente geral da economia não é de crescimento sustentado." Trabalho Precário no Meio Urbano: semáforos de Recife. Tarcísio Patrício de Araújo (coord.), Ana Elisa Medeiros de Vasconcelos Lima [et al.] - Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2007. p.76.

¹⁵ Já fizemos a ressalva anteriormente ao caso dos que se encontram em situação de rua com nível superior completo ou incompleto, que poderiam ensejar políticas específicas dada a maior possibilidade de reinserção no mercado de trabalho, assim como parte dos trabalhadores com ensino médio completo.

**CRIANÇAS E
ADOLESCENTES
EM SITUAÇÃO
DE RUA**



CENSO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA DO RECIFE



Figura 59: Trabalho de escuta e cartografia social com adolescentes em situação de rua realizado durante o Censo Pop Rua Recife; Fonte: Censo da População em Situação de Rua do Recife 2022; Fotografia: IMM, 2022

Por que os Meninos e as Meninas?

O Censo da População de Rua do Recife adotou uma metodologia específica para a pesquisa com e sobre as crianças e adolescentes em situação de rua. Este procedimento partiu do compromisso ético e político com os meninos e meninas, aqui reconhecidos e reconhecidas como sujeitos de direitos e de cidadania, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 /1990).

Destacamos que, neste processo, meninos e meninas participaram ativamente da produção de uma cartografia social que compôs a pesquisa censitária, foram escutados em grupos

focais e produziram informações sobre as suas vivências no cotidiano das ruas. Ao se voltarem sobre a cidade praticada, utilizando uma expressão de Michel de Certeau, elas e eles produziram imagens e representações de suas “táticas”, das diversas formas de trampolinagem, compartilhando o cotidiano inventado na capital pernambucana (Certeau, 1994).

A historicidade do problema das crianças e adolescentes em situação de rua precisa ser ressaltada neste Relatório Final. Desde o período colonial, Recife se tornou cenário de abandono de meninos e meninas, o que torna o problema de hoje um passado fortemente demarcado presente. Os problemas relacionados às mais diferentes formas de abandono deste público foram vivenciados de diferentes formas, e as ruas testemunharam as mais diversas formas de violações.

Ressaltamos também que as diferentes práticas de abandono de meninos e meninas se desdobraram em diversas formas de políticas de assistência. Conforme apontam estudos que fundamentam esta pesquisa censitária, as políticas praticadas já possuíam contornos caritativos, filantrópicos e higienistas, quando o assistencialismo e a lógica do bem-estar balizaram formas de pensar e praticar os serviços, programas e projetos, executados por organizações governamentais e não governamentais (Miranda, 2021)

Nesse processo histórico, ressaltamos que os debates relacionados ao que faz com que uma criança ou adolescente se encontre em situação de rua não são recentes. Até a década de 1990, dominava, nas discussões sobre o tema, uma quase completa ausência de base empírica para as investigações. Tal condição implicou em uma produção de dados exorbitantes e, muitas vezes, descolada da realidade. Em uma perspectiva de constituição histórica, é possível localizar, já na década de 1980, os primeiros esforços da Organizações das Nações Unidas- ONU, no sentido de construir critérios adequados para uma conceituação. Para esta agência internacional, crianças e adolescentes em situação de rua são aquelas que, ainda não tendo alcançado a adultez, vivem em espaços de rua, aqui compreendidos como terrenos baldios, casas abandonadas ou outros locais sem controle ou fiscalização pública ou privada.

No Brasil, sublinham-se as contribuições do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que teve uma forte atuação no Recife. Importante destacar que o Movimento fortaleceu a luta anti-higienista e antipolicialesca, pautada no Código de Menores, legislação em vigor a partir de 1927. É possível afirmar que o Movimento mobilizou instituições governamentais e não-governamentais em torno da agência cidadã de meninos e meninas, reconhecendo-os/as como sujeitos de direitos.

Atualmente, no plano municipal, destacamos que, no decorrer da realização deste censo, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife estava realizando, em

parceria com a Escola de Conselhos de Pernambuco – UFRPE, a revisão do Plano Municipal das Criança e dos Adolescentes em Situação de Rua, em diálogo efetivo com os movimentos sociais. Essa ação reforça ainda mais a relevância e a justificativa deste censo voltado, exclusivamente, para os meninos e meninas da capital de Pernambuco.

A partir dessa historicidade, a relevância do Censo da População de Rua das Crianças e Adolescentes é incontestável, uma vez que se apresenta como um instrumento político para romper com as formas caritativas, filantrópicas e higienistas produzidas historicamente. É importante registrar que a própria metodologia do censo já busca romper com tais perspectivas, uma vez que se propôs construir o processo **sobre elas/eles, para elas/eles e com elas/eles**.

Fundamentos conceituais e legais

Este censo trabalha diretamente com uma proposta de definição de crianças e adolescentes em situação de rua, que se origina das discussões feitas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e sistematizadas na Resolução Conjunta Nº 1, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe acerca das *Diretrizes Políticas e Metodológicas para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua no âmbito da Política de Assistência Social* (Brasil, 2017).

De acordo com essa Resolução, crianças e adolescentes em situação de rua são pessoas em desenvolvimento de suas características e potencialidades físicas, mentais e sociais, que, por diversos motivos, tiveram seus direitos humanos negados ou violados e que, por isso, se encontram na condição de depender dos espaços públicos e áreas abandonadas como lugar de moradia e sobrevivência.

De acordo com essa Resolução, a situação de vulnerabilidade na qual essas crianças e adolescentes se encontram pode ser tanto permanente quanto intermitente, não sendo utilizados, como critério identificador, padrões absolutos e exclusivistas. A percepção de consenso sobre os fatores que levam a essa situação de rua é de que ela está relacionada diretamente com a fragilidade ou completo rompimento dos laços familiares e comunitários nos quais os meninos e meninas se encontram inseridos.

A nosso ver, essa definição proposta pela Resolução Conjunta avança em aspectos importantes para garantir um padrão mais adequado de investigação, especialmente porque possui uma sofisticação teórica, com um viés inclusivo e abrangente. Não se limita a padrões meramente quantitativos, sem esgarçar os limites conceituais a tal ponto que se torna impossível

distinguir entre um menino ou menina que vive em situação de rua e outro que se encontra envolvido no apoio e sustentação de um contexto familiar /comunitário.

O primeiro destaque que merece ser visibilizado é o fato de que meninos e meninas são identificados como sujeitos de direitos humanos, que, por questões sociais, econômicas e políticas têm as garantias de gozar dos mesmos direitos rompidos e violados. As definições anteriores não tornavam explícita essa condição de sujeitos de direitos, optando por deixar as crianças e adolescentes como elementos passivos, que apenas sofriam com a ausência de ações positivas que lhes garantissem a dignidade.

A Resolução também estabelece que as crianças e os adolescentes não são indivíduos isolados em seus núcleos familiares, mas destaca que, para ser considerado como alguém que vive em situação de rua, é necessário que eles/elas estejam com os vínculos familiares e comunitários rompidos ou seriamente prejudicados. A ênfase recai sobre o termo comunitário, que avança pelo entendimento de que, muitas vezes, são os adultos do entorno comunitário que assumem a responsabilidade de cuidar desses meninos e meninas.

Outro aspecto importante ao qual a definição da Resolução Conjunta, publicada pelos Conselhos Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, se refere é a atenção para um olhar interseccional sobre o problema, procurando visibilizar a diversidade presente nas identidades infanto-adolescentes. Segundo o documento, as crianças e adolescentes precisam ser considerados e valorizados por sua: “heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros” (Brasil, 2017, p.1).

É importante destacar que, no bojo das políticas socioassistenciais, a pesquisa se fundamentou nos documentos produzidos pela campanha “Criança não é de rua”. As políticas voltadas para os meninos e meninas já contam com a “conceituação Nacional Sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, acolhimento Especializado de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, orientações Técnicas para Educadores Sociais de Rua em Programas, Projetos e Serviços com crianças e adolescentes em situação de rua, centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Criança e Adolescente” (Brasil, 2015, p. 26)

De acordo com a publicação da campanha “Criança não é de Rua”, podemos considerar que a situação de rua de crianças e adolescentes pode estar associada a: I – trabalho infantil; II – mendicância; III – violência sexual; IV – consumo de álcool e outras drogas; V – violência intrafamiliar, institucional ou urbana; VI – ameaça de morte, sofrimento ou transtorno mental; VII

– LGBTfobia, racismo, sexismo e misoginia; VIII – cumprimento de medidas socioeducativas ou medidas de proteção de acolhimento; IX – encarceramento dos pais. (Brasil, 2017, p. 28)

A preocupação em dimensionar a pluralidade de formas de existência e de identidades é um avanço inquestionável das ações públicas voltadas para os direitos humanos das crianças e adolescentes em situação de rua, que dialoga com as conquistas históricas das décadas de 1980 e 1990. Reconhecemos a relevância do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e a parceria com o Conselho Nacional de Assistência Social e das campanhas promovidas pelos movimentos sociais e pelas organizações da sociedade civil, que mantêm uma abertura para novos contextos culturais e políticos, como antiassistencialistas e anti-higienistas, que são assumidos por este censo como basilares.

Nos caminhos da Pesquisa, o encontro com os meninos e as meninas em situação de rua no Recife

Nós que estamos nas ruas, às vezes, somos criticados, julgados... Assim, quando a gente passa, a população pensa que a gente vai mexer, vai roubar, mas a gente não vai praticar isso. A gente não vai praticar o mal, né? (Relato de um adolescente em escuta na sede do Ruas e Praças)

O relato do adolescente atendido pelo Grupo Ruas e Praças, organização da sociedade civil que realiza ações socioeducativas no Recife voltadas para os meninos e meninas em situação de rua, registra a fala de um adolescente sobre as diferentes imagens e representações que os setores da sociedade produzem sobre eles. Conforme afirma Judith Butler, esses “enquadramentos” produzem práticas sobre “sujeitos que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos”, e vidas que não são reconhecidas como vidas (Butler, 2017, p. 17).

Para além do registro, o depoimento marca o sentimento desse adolescente sobre as possíveis reações das pessoas, que, ao conviverem com eles nas ruas da cidade, produzem estigmas e preconceitos que impactam diretamente nas relações sociais e na própria forma como o adolescente se percebe nos espaços em que circula. São “vidas precárias”, “vidas perdidas na guerra” que precisam ser encontradas e reconhecidas pelas “políticas sociais concretas, no que diz respeito a questões de habitação, trabalho, alimentação, assistência médica e estatuto jurídico” (Butler, 2017, p. 31)

O Censo do Recife, realizado entre setembro 2022 e fevereiro de 2023, produziu uma metodologia específica para trabalhar a pesquisa com crianças e adolescentes. Nessa metodologia, atuou um grupo interdisciplinar de profissionais, formado por pesquisadores e

auxiliares de pesquisa da Universidade Federal Rural de Pernambuco -UFRPE, servidores da assistência social que atuam nas instituições de acolhimento da Prefeitura da Cidade do Recife-PCR, profissionais do Grupo Ruas e Praças e do Pequeno Nazareno, e representantes do Movimento Nacional da População de Rua. Esta articulação foi necessária dada a complexidade para produzir um caminho metodológico que possibilitasse a escuta ativa das próprias crianças e adolescentes, diferenciando-se, assim, da metodologia da pesquisa censitária realizada com jovens, adultos e idosos.

Nesse sentido, a metodologia da pesquisa buscou privilegiar a contagem do número de crianças e adolescentes nas ruas, realizada, no período noturno, nas seis RPAs, nas instituições de acolhimento oficiais da PCR (Casa-Lar e Abrigo Institucional) e nas organizações da sociedade civil, regularmente registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife – COMDICA/Recife. Esses diferentes espaços se tornaram lócus da pesquisa censitária, que buscou articular toda rede de proteção, para além da pesquisa realizada no próprio cenário das ruas.

Para execução da pesquisa censitária sobre e com as crianças e adolescentes, registramos que as seguintes etapas: 1) articulação com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil; 2) escuta ativa com as organizações da sociedade civil; 3) definição da metodologia, organização do trabalho de campo e procedimentos de análises dos dados coletados. Essas três etapas se articularam entre si, baseando o processo de pesquisa no princípio do diálogo com agentes sociais que atuam nos diferentes espaços da rede de proteção, e foram acrescidas ao momento 4, que consistiu na pesquisa censitária em si, levando em consideração a contagem realizada nas ruas do Recife e os números de crianças e adolescentes atendidos nas instituições governamentais e não governamentais.

Na primeira etapa, referente ao processo que chamamos de aquilombamento, ou seja, de articulação com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil, a equipe de pesquisadores realizou reuniões com lideranças e gestores do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, com o Grupo Ruas e Praças e com o Pequeno Nazareno. Esse processo foi marcado pela troca de conhecimentos sobre os problemas sociais que atingem diretamente as crianças e adolescentes no cenário pandêmico, vivido a partir de 2020. A primeira dessas reuniões, com o Movimento Nacional, buscou apresentar a proposta do censo e seus desafios com o trabalho com as crianças e adolescentes e a necessidade de produzir uma metodologia exclusiva para a pesquisa com as crianças e adolescentes.

A utilização dessa metodologia possibilitou o compartilhamento das diferentes visões e versões sobre o cotidiano da sobrevivência, os sentimentos e as diferentes formas de os meninos e meninas se apropriarem do espaço das ruas do Recife. O resultado dos grupos focais realizados contribui para a produção do censo e, assim, para a produção de políticas públicas voltadas para



esse público. Como afirma Minayo, “embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (Minayo, 2009, p. 17).

Figura 60: Reunião com a gestão das instituições de acolhimento da Secretaria da Assistência Social, na sede da Prefeitura do Recife. Fonte: Censo da População em Situação de Rua do Recife 2022; Fotografia: IMM/UFRPE, 2022



Figura 61: Reunião com o Grupo Ruas e Praças e o Pequeno Nazareno, na sede do Grupo Ruas e Praças.
Fonte: Censo da População em Situação de Rua do Recife 2022; Fotografia: IMM/UFRPE, 2022

Na segunda etapa, denominada fase da escuta ativa, o diálogo com as instituições e as organizações que atendem diretamente as crianças e adolescentes foi realizado na sede do Grupo Ruas e Praças, contando com a representação da organização Pequeno Nazareno. Os encontros foram marcados pela troca de conhecimentos sobre a dinâmica de acolhimento produzida por essas organizações e pela produção da cartografia social dos espaços onde as crianças e adolescentes circulam na cidade do Recife. Ainda na segunda fase, também foram ouvidos/as os/as servidores/as públicos/as que atuam nos espaços institucionais. Nas reuniões de escuta ativa, foram pautadas as dinâmicas de acolhimento no contexto da Casa-Lar e Abrigo Institucional, houve a apresentação da equipe interdisciplinar e exposto o perfil das meninas e meninos atendidos. É importante sublinhar a relevância desses encontros para a troca de conhecimentos sobre as políticas públicas realizadas no município do Recife e os desafios de sua implementação.

Os encontros realizados, na primeira e na segunda etapas, também possibilitaram o debate sobre o próprio conceito de criança e de adolescente adotado pela pesquisa censitária, seus aportes legais e documentos normativos referendados. O processo dialógico e colaborativo e a participação efetiva das instituições e das organizações contribuíram para iluminar os caminhos adotados para a execução do censo. Esse levantamento legitima-se pela participação dos/as diferentes agentes sociais que conhecem os meninos e as meninas a partir do convívio



cotidiano, despertando-nos a atenção para as principais violações de direitos e também suas diferentes formas de superação.

Figura 62: Grupo Focal realizado no Grupo Ruas e Praças. Fonte: Censo da População em Situação de Rua do Recife 2022; Fotografia: IMM/UFPE, 2023

A terceira fase consistiu na definição metodológica do grupo focal, realizado nas diferentes instituições, e na produção da cartografia social, produzida pelas próprias crianças e adolescentes. Este processo também foi marcado pela definição da abordagem quanti-qualitativa da pesquisa censitária e da análise crítica do discurso produzido no decorrer das técnicas de coleta de dados.



Figura 63: Grupo Focal realizado na instituição de acolhimento Raio de Luz. Fonte: Censo da População em Situação de Rua do Recife 2022; Fotografia: IMM/UFPE, 2023

A metodologia grupo focal consiste em uma metodologia que permitiu que as crianças e adolescentes compartilhassem as diferentes vivências e saberes construídos em suas trajetórias de vida. Desperta-nos para subjetividades humanas que produzem os mais diferentes sentimentos, resiliências e formas práticas de sobrevivência concretas, individuais ou coletivas, produzidas nas ruas da cidade do Recife. A metodologia permitiu que meninos e meninas participassem deste processo de forma protagonista e cidadã.

AS DIFERENTES CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

Traçar o perfil das crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Recife é uma tarefa importante e que foi aceita pela equipe organizadora deste censo. Entretanto, tal enumeração empírica necessita, inicialmente, de uma contextualização teórica. Em que pese o termo perfil ser costumeiramente usado em fundamentações teóricas homogeneizadoras, que estabelecem características padronizadas, que favoreçam a tomada de decisões, supondo comportamentos semelhantes em pessoas diferentes, o termo é tomado aqui como uma tentativa de dar rosto, cor, voz, gênero e identidade aos meninos e meninas que vivem em situação de rua na cidade de Recife.

A nosso ver, qualquer discussão em torno de um perfil para esses sujeitos deve partir do reconhecimento de suas próprias identidades e subjetividades. Crianças e adolescentes são pessoas que, convivendo na contemporaneidade, vivenciam os dilemas e tensões específicos desse período. Dessa forma, é conveniente destacar, junto com Hall (2014), que as identidades, em tempos pós-modernos, se constituem de forma diferente, uma vez que os dispositivos tradicionais de controle como escola, família, trabalho e ideologia se encontram tensionados por vivências políticas e econômicas desestabilizadoras.

Supor que, pelo fato de viverem em situação de rua, as crianças e adolescentes teriam suas identidades mais simplificadas é expressão de um preconceito e de desconhecimento de como se dá a produção de identidades em meio a um contexto cultural diverso. Diante dessa constatação, constitui-se em um evidente objetivo a busca por reconhecer que esses meninos e meninas são portadores de subjetividades específicas, complexas e ligadas com o contexto cultural no qual estão inseridos.

Crianças e adolescentes que se encontram em situação de rua têm suas identidades atravessadas por várias camadas de percepção, negá-las ou dissolvê-las em uma suposta homogeneidade é, além de um erro conceitual, uma violência com essas pessoas. Essa amostragem revela um forte indicativo de um componente estrutural racial nas condições de esgarçamento dos vínculos familiares e comunitários que não pode ser negado ou dissimulado.

A percepção fundamental que deve preceder qualquer tentativa de produzir um suposto perfil da população de crianças e adolescentes que vive em situação de rua deve ser a de

reconhecer sua inquestionável heterogeneidade. Em alguns recortes, essa característica se torna ainda mais sensível, como na percepção do gênero, na orientação sexual e nas vivências religiosas e culturais.

As crianças e adolescentes em situação de rua em números

A população em situação de rua do Recife é majoritariamente formada por adultos, isto é, pessoas que tem entre 18 e 60 anos de idade. Apesar disso, o quantitativo de idosos e de crianças e adolescentes é representativo e motivo de preocupação, uma vez que se trata de grupos etários mais vulneráveis. A pesquisa levou em consideração as crianças e adolescentes que estavam nas ruas do Recife no decorrer do trabalho de contagem, as atendidas pelas instituições governamentais e pelas organizações não governamentais, tendo o resultado de 86 pessoas contadas e identificadas, 42 crianças e 44 foram adolescentes. A figura 12 deste relatório representa o percentual de crianças e adolescentes, comparado aos adultos e idosos.

Para a contagem, foram inter cruzados os números de crianças e adolescentes encontrados nas ruas do Recife, nas instituições de acolhimento e os atendidos nas organizações da sociedade civil. Produzir essa conexão entre esses números é fundamental para alcançar o resultado seguro do processo censitário. Desse modo, afirmamos que 6,10% da população de rua do Recife é formada por crianças e adolescentes.

A pesquisa contemplou todas RPAs. Considerando a circulação dessas crianças e adolescentes, constatamos que a maioria das crianças e adolescentes circula na RPA 1 (compreende o centro do Recife, contemplando o bairro da Boa Vista e adjacências) e na RPA 5 (compreende a Zona Sul, contemplando Boa Viagem e adjacências). Conforme a tabela abaixo, referente à circulação das crianças e adolescentes nas RPAs do Recife, corresponde de forma sincrônica com outras faixas etárias, uma vez que as regiões 1 e 5 também são as que apresentam o maior número de adultos e idosos.

Tabela 01: Distribuição da população em situação de rua por faixa etária

RPA	CRIANÇA	ADOLESC.	ADULTO	IDOSO	NI
1	2	15	500	36	70
2	1	3	94	8	3

3	0	2	137	10	13
4	0	0	119	12	9
5	0	2	100	9	2
5	5	5	246	15	25
Acolhimento	34	17	202	110	0
TOTAL	42	44	1398	200	122

Fonte: Censo População de Rua do Recife. IMM/UFRPE, 2022.

Registramos que o maior número de crianças e adolescentes se encontrava nas organizações governamentais criadas e mantidas pela Prefeitura da Cidade do Recife e organizações da sociedade civil, com foco no Grupo Ruas e Praças e Pequeno Nazareno. A pesquisa censitária, realizada no período noturno, identificou o número reduzido de meninos e meninas circulando nas ruas da cidade, representando o número de aproximado de 10%, ou seja, a maioria se encontrava nos espaços de acolhimento ou de atendimento das organizações da sociedade civil. Salientamos que as pessoas com idade inferior a 18 anos estavam acompanhadas por adultos.

No que se refere ao gênero, 75% das crianças e adolescentes são do sexo masculino. Historicamente, as ruas do Recife são marcadas pelo maior número de meninos em situação de rua. Mesmo representando o percentual de 25%, consideramos que o número de meninas é expressivo e que merece atenção por parte das políticas públicas e pelos serviços de atendimento, haja vista a trajetória de vida marcada por violência e vulnerabilidade, ainda mais acentuada pela cultura machista e sexista presentes nas redes de sociabilidades produzidas nas ruas, conforme já discutimos em relação às mulheres em situação de rua.

Sobre a dimensão cor-raça, os meninos e meninas em situação de rua do Recife são majoritariamente pretos e pardos. A sociedade marcada pelas desigualdades raciais está fortemente evidenciada no perfil dos meninos e meninas que circulam pelas ruas da capital pernambucana, o que dialoga com os dados da população geral. Registramos que, no decorrer da pesquisa qualitativa, foi constatado que a maioria se reconhece como negros e negras.

No aspecto das trajetórias educacionais, a pesquisa revelou que 90% não frequentam instituições de ensino regular. Verificamos que esses meninos e meninas não concluíram o ensino fundamental, o que torna ainda mais desafiadoras e necessárias políticas educacionais reparadoras da defasagem educacional dessas crianças e adolescentes. É preciso que tais políticas

considerem a trajetória histórica desses meninos e meninas, produzindo possibilidades de pedagogias que acolham as diferentes potencialidades, sem considerar as fragilidades.

Esses números visibilizam nossas crianças e adolescentes nas mais diferentes dimensões socioculturais e econômicas. Ao analisarmos os números apresentados, salientamos a relevância de perceber que os problemas relacionados à presença dos meninos e meninas em situação de rua precisam pensar na dimensão etária, ressaltando que, mesmo que o número de adolescentes tenha se apresentado mais expressivo, é necessário observar que a quantidade é bem próxima, o que ressalta os impactos desse fato no cotidiano da cidade e da vida dessas pessoas que possuem idade inferior de 12 anos. Inferimos que esse fenômeno pode ser explicado pelo aumento da pobreza e da extrema pobreza, desdobramentos da Pandemia e da fragilidade das políticas socioassistenciais de transferência de rede, a exemplo do extinto Auxílio Brasil, criado pelo Governo Federal, em 2021.

Consideramos que a crise econômica e social teve desdobramentos que impactaram, de forma direta, a trajetória educacional dos meninos e meninas, que passaram a atenuar as desigualdades educacionais. Os dados coletados, no decorrer da pesquisa, além de apontarem para a extrema fragilidade educacional, apontam a desmotivação desses meninos e meninas retornarem aos espaços escolares, o que sinaliza a produção de políticas, programas, que considerem, de forma prioritária, a trajetória da situação de abandono e desproteção extrema desses meninos e meninas.

O ‘bagui’ é louco, o ‘bagui’ é pesado: resultado do processo de escuta

Rapaz, para mim que passei mais de um ano e pouco na rua, a rua não é nada bom. Só tem tráfico. Só tem morte. A pessoa não pode estar deitado no canto que a outra pessoa chega para mexer com o cara. Isso daí eu tiro por mim...
(Resultado do Grupo Focal 1- Adolescente, menino, Raio de Luz)

O processo de escuta das crianças e adolescentes foi construído a partir da articulação com a Casa de Acolhimento Institucional Raio de Luz e com a Organização da Sociedade Civil Grupo Ruas e Praças, contando com o apoio da Organização da Sociedade Civil Pequeno Nazareno. Foram realizados os grupos focais com as meninas e meninos com vivências e/ou em situação de rua na cidade do Recife. Essa etapa do censo, qualificada como estratégia para a escuta desse segmento durante o período de levantamento de informações, configura-se como uma fase importante deste trabalho, pois retratou os olhares e impressões das infâncias sobre a realidade das ruas.

Assim, cientes da conversa a ser realizada, os meninos e meninas de ambas as instituições ficaram surpresos com o conteúdo e o roteiro exposto pela equipe. Não poderia ser diferente, pois se trata de uma pesquisa de grande envergadura política e social para a população em situação de rua. Essa constatação deu-se pelo fato de que dar voz (ouvir) e vez a essas pessoas, numa correlação de força injusta vivenciada cotidianamente, seria, para alguns, algo desnecessário tanto pela especificidade da temática quanto do público, sobretudo pelos possíveis desdobramentos que teriam de ser levados em consideração por certos componentes do sistema de garantia de direitos.

Para tanto, a técnica desenvolvida nos dois equipamentos sociais foi a mesma, apesar disso, cabe ressaltar que, diante da especificidade estrutural e organizacional desses espaços, pois há de se levar em conta as atribuições e as práticas governamentais e não governamentais, foi preciso ajustar a metodologia em função do tempo das entidades, do material didático a ser disponibilizado e produzido e das intervenções pedagógicas frente contribuições dadas. Tudo isso para que esse processo fosse consolidado de modo a atingir o objetivo proposto. Vale frisar que nenhum dos ajustes citado interferiu no produto desta etapa.

Sendo assim, o debate gerado entre participantes dos grupos focais possibilitou, perante a dinâmica aplicada, a exposição das experiências dos mesmos na rua, haja vista serem situações corriqueiras vividas pela população que se encontra nesse contexto de vulnerabilidade. Porém, considerando a naturalidade das falas, foram destacadas as dificuldades, as limitações e os impedimentos encontrados, em se tratando de criança e adolescente nesse espaço (rua), uma vez que são pessoas em desenvolvimento e que todas as oportunidades e facilidades a elas/as postas precisam facultar seu desenvolvimento físico, mental, moral, social, em condições de liberdade e de dignidade, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente e os marcos normativos correlatos.

As ruas e as diferentes formas de violência

Muita gente dormia na rua e acordava com pé queimado. Quem vive na rua não é porque quer, é por necessidade. A condição que a mãe não tinha para criar. (Resultado do Grupo Focal – Adolescente 2, menino, Raio de Luz)

É importante dizer que, em ambos os espaços de realização do grupo focal, questões como uso abusivo de drogas, violências vividas e/ou presenciadas, formas de lazer, níveis de escolaridade, arranjos familiares, direitos assegurados e violados, maneiras de adquirir renda,

cuidados com a saúde, dentre outras, vieram à tona e foram trazidas para ao “centro da roda” como elementos centrais para a compreensão da vida vivida na rua. Ressaltamos que esses temas corroboram com aspectos fundamentais do questionário aplicado aos demais segmentos do censo e serão sistematizados e socializados de modo a evidenciar, diante do apresentado pelas crianças e adolescentes, a necessidade de pensar a política pública para as infâncias e adolescências e, por consequência, sua efetivação, como mecanismo de busca permanente pela garantia da proteção integral.

Há de se destacar, na execução das atividades do grupo focal, um fator diferencial na concretização desta fase, pois os meninos e meninas fizeram a cartografia dos espaços da população em situação de rua do Recife. Sob o olhar deles e delas, foi traçado o link entre as falas (histórias vividas) com a identificação dos lugares e/ou ambientes que fazem (ou fizeram) parte do seu dia a dia, puderam, assim, (re)desenhar e (re)escrever suas rotas e rotinas. É notória a percepção das crianças e adolescentes, através dos olhares, dos posicionamentos e dos questionamentos, tendo em vista o envolvimento de diversos atores na pesquisa, sobretudo o poder público municipal, de que possam transformar as expectativas em realidade para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com vivências de rua.

A ruptura dos vínculos familiares

- Eu fui desprezado pela minha família. Fui abandonado. Fui colocado para fora de casa. (Adolescente 1, menino, Ruas e Praças)
- Só tu? [risos] (Adolescente 2, menino, Ruas e Praças)
- A mesma coisa eu... (Adolescente 3, menino, Ruas e Praças)
- O meu contato com a família é na rua mesmo. (Adolescente 4, menino, Ruas e Praças)
- O meu é de boa... (Resultado do Grupo Focal – Adolescente 1, menina, Ruas e Praças)

O diálogo acima descortina como foram marcantes os relatos de meninos e meninas em situação de rua com vínculos familiares comprometidos. De acordo com a *campanha Criança não é de Rua*, essas crianças e adolescentes possuem trajetórias marcadas por “vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, em que a vulnerabilidade foi sendo progressivamente ampliada antes de chegar a fixar a vida no espaço da rua. A vida dos indivíduos em situação de rua se caracteriza pela inexistência de moradia convencional regular e a utilização de logradouros públicos e áreas urbanas degradadas como espaço de moradia e de sustento” (Brasil, 2017 p. 27)

O Censo do Recife evidencia as diferentes experiências de crianças e adolescentes marcadas pela negação do direito à convivência familiar e comunitária. Os relatos dos meninos e

meninas, produzidos no decorrer do grupo focal, sinaliza práticas de abandono, negligência e outras formas de violência, conforme o relato abaixo:

Depois que minha mãe sumiu, tio, eu meio que baratinei. Não quis ficar com minha avó porque ela é usuária desses negócios e é metida em tráfico e aí não quis ficar na rua mesmo. Ficar por aí andando (Resultado do Grupo Focal 1- Adolescente, menino, Raio de Luz).

A pesquisa do Censo constatou que as crianças e adolescentes em situação de rua são oriundas de famílias pobres ou que vivem a situação da extrema pobreza, que também foram abandonadas e vitimadas pelas fragilidades das políticas sociais de transferência de renda, marcadas pelo não acesso digno ao mundo do trabalho e que foram obrigadas a conviver com o mundo da criminalidade. Muitos desses meninos e meninas tiveram que conviver, desde muito cedo, com adultos que consumiam álcool e outras drogas, que passavam por mendicância, sofrimento ou transtorno mental, e muitos vivenciaram formas de abuso e violência sexual nos espaços intrafamiliares.

A condição das meninas em situação de rua

Quando eu era pequena, eu saía muito e passei por uma situação que quase que morria. Mas, graças a Deus, Deus me deixou, né. Pegavam mulher grávida e estupravam. Já mataram um monte de gente. Abusaram do meu irmão de nove anos. Degolaram o pescoço dele, mas Graças a Deus ele está vivo. Fui para rua, passava necessidade, tenho meu filho de dois anos e dois meses, porque o pai dele não queria dar a pensão (...) Essa situação de rua é complicado. Para a pessoa sair é preciso pedir a Deus para voltar com vida... Tem que sair com uma faca ou com qualquer coisa. (Resultado do Grupo Focal 1- Adolescente, menina, Raio de Luz)

A condição das meninas em situação de rua apresentou-se como uma questão que merece destaque em nosso censo. Mesmo sendo um número inferior ao dos meninos, é importante ressaltar que, a partir dos relatos, foi constatado que as políticas e programas de atendimento devem se diferenciar em relação aos meninos, uma vez que a condição das meninas está diretamente relacionada à violência de gênero, à gravidez na adolescência e a outras formas de violências, como ficou destacado na fala acima. Destacamos que Recife, por meio da gestão municipal, possui uma estrutura de acolhimento exclusivo para as meninas, com profissionais que buscam fazer um atendimento interdisciplinar para as meninas, respeitando a orientação sexual e a orientação de gênero. Ressaltamos que, no decorrer da pesquisa, não encontramos meninos ou meninas trans, mas, chamamos atenção para a relevância do respeito ao público LGBTQIAP+.

Historicamente, Recife tem uma efetiva contribuição com a política de atendimento às meninas, a partir do trabalho pioneiro da extinta Casa de Passagem, fundada na

década de 1990, da Casa Menina Mulher e de outras instituições da sociedade civil. Os trabalhos de abordagem social, de atendimento socioassistencial, educacional e de saúde, além de outras dimensões da política, devem considerar a sociodiversidade e os casos de violência contra as mulheres e, mais notadamente, contra as meninas, em uma sociedade marcada pela herança patriarcal, pelo sexismo e pelo machismo.

Das ruas aos espaços da Socioeducação

Um bando de noiado fica fazendo um bocado de coisa com o cara. Estava vivendo na rua até quando eu ‘rodei’. Depois eu ‘rodei’ de novo e fui para UNIAI (Unidade de Atendimento Inicial), depois fui para o CENIP (Centro de Internação Provisória). Depois fui para Caruaru porque não me aceitaram no Recife. E de lá já tinha falado com minha equipe que estava procurando melhorar. Eu estava procurando ficar com minha família. Não ia ficar fugindo para dormir no meio da rua. (Resultado do Grupo Focal – Adolescente 3, menino, Raio de Luz)

Muitos dos meninos que vivenciam a situação de rua possuem passagem pelo sistema socioeducativo. Conforme o relato acima, o adolescente passou por diferentes unidades da Fundação Socioeducativa de Pernambuco, a FUNASE, localizadas no Recife e no interior do Estado. A fala do adolescente traz luz acerca da pertinência de se pensar políticas e programas integrados com o sistema socioeducativo, nos meios aberto (Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida) e fechado (Semiliberdade e Internação). É importante ressaltar que a equipe de pesquisadores buscou intercruzar os dados com os meninos e as meninas em situação de cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado, mas não conseguimos retorno da instituição em tempo hábil. Ressaltamos a pertinência da produção de um diagnóstico mais exclusivo sobre a relação Rua-Socioeducação, para que políticas públicas de atendimento e proteção a esses adolescentes sejam efetivadas.

Por fim, este momento aponta para possibilidades de redefinição e/ou reordenamento das políticas voltadas à população em situação de rua, cujos objetivos, entre outros, sejam: desburocratizar os atendimentos das demandas apresentadas, visibilizá-los sob a era dos direitos assegurados, inseri-los nos processos de elaboração de políticas públicas e contribuir com o empoderamento e a emancipação dos meninos e das meninas, não perdendo de vista a realidade vivida, bem como o acúmulo de experiências dessas pessoas.

As brincadeiras e os sonhos

O meu sonho é sair da rua. Vim aqui para os Ruas e Praças para treinar, para ser jogador de futebol e ajudar uns aos outros. Somente isto. (Adolescente 2, menino, Ruas e Praças)

As crianças e adolescentes que protagonizam este censo mostraram-se como sujeitos potentes, com efetiva capacidade de sobrevivência e resiliência e que, mesmo expostos a diferentes formas de violência, buscam produzir redes de sociabilidades marcadas por momentos de descontração, que se manifestam em brincadeiras e diversões construídas no convívio social, como: jogar bola, queimado, esconde-esconde. No entanto, a pesquisa também sinalizou que o uso da cola e de outras drogas representa, para alguns, modos de se divertir. Para outros, o consumo da cola está diretamente relacionado à possibilidade de aliviar a dor ou até a fome.

Neste censo, as brincadeiras e diferentes formas de trampolinagem foram observadas como meios de sobrevivências, “artes de fazer” o cotidiano das ruas, táticas praticadas na invenção do cotidiano (Certeau, 2005). Os meninos e meninas também falam em sonhos. É na capacidade de sonhar que se manifesta o humano que projeta a esperança em dias melhores. Entre os sonhos compartilhados com mais frequência no decorrer das rodas, escutamos: “sair da rua”, “trabalhar” e “voltar para minha família”.

Análise da rede proteção das crianças e adolescentes em situação de rua no Recife

O conceito de rede de proteção é uma ideia atualmente bem estabelecida no meio das demandas sociais e que filosoficamente se sustenta na compreensão de que o ser humano se funda enquanto indivíduo através de um princípio ético determinante. É no reconhecimento do outro que construímos nossa identidade a partir de uma alteridade (LEVINAS, 2005). O cuidado com as pessoas atravessa a consciência social e individual da humanidade, que se entende como participante de um conjunto de relações extremamente mutáveis e líquidas (BAUMAN, 2001). Proteger e garantir direitos é um conjunto de ações que não pode ser concebido à luz de compromissos individuais e atitudes isoladas, por isso que a realização desse censo parte da compreensão de que a garantia dos direitos humanos das crianças e adolescentes é um trabalho realizável apenas em um horizonte de compromissos coletivos ou, como define o intelectual francês Bruno Latour (2012), em rede.

Do ponto de vista histórico, a noção de constituir uma rede de proteção é uma das conquistas sociais originadas na Constituição Federal de 1988, mais especificamente através dos artigos 227, 228 e 229. Tal legislação não é fruto da benevolência das elites políticas econômicas, mas sim resultado de um processo histórico específico marcado pela luta em torno da

redemocratização e pela mobilização da sociedade civil em favor dos seus direitos. Nesse contexto, merece destaque a organização dos meninos e meninas que viviam em situação de rua, através do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), que exerceu significativa pressão nas esferas políticas para a aprovação dos artigos constitucionais acima citados e para a elaboração e conseqüente promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990.

A ideia de uma rede de proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes parte de uma superação histórica, que culminou com a crítica e o abandono do paradigma, até então dominante na área, conhecido como “a doutrina da situação irregular”, o qual orientou as ações até a promulgação da Constituição de 1988. A mudança mais significativa que ocorreu nesse contexto foi a ampliação do direito às ações de proteção e garantia, que deixou de ser algo reservado aos meninos e meninas considerados “irregulares”, “perigosos” ou infratores para ser estendido a todos.

O ECA, em seu artigo quarto, orienta os princípios da prioridade absoluta e da corresponsabilidade entre as esferas pública, familiar e comunitária (sociedade), com relação às ações de proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. É baseado nesses princípios que a rede de proteção e o Sistema de Garantia de Direitos foram formados, como estratégias para distribuir responsabilidades e garantir direitos. Em Recife, a estrutura da rede de proteção aos direitos das crianças e adolescentes comporta várias dimensões previstas no ECA, materializadas no Sistema de Garantias de Direitos. O município possui uma Secretaria de desenvolvimento social, juventude, políticas sobre drogas e direitos humanos, que mantém, em seu organograma, uma secretaria executiva da juventude. Merece destaque aqui uma crítica ao fato de que não existe uma secretaria executiva específica para o atendimento às crianças e adolescentes.

O poder judiciário localizado em Recife, que também compõem, por determinação legal (CF 1988, ECA), a rede de proteção, possui um Centro Integrado da Criança e do Adolescente (CICA), que organiza, no mesmo espaço físico, as Varas da Infância e Juventude da capital. De forma mais específica, estão localizados nesse centro a 1ª, 2ª e 3ª Varas da Infância e Juventude. As Varas de Crimes contra Criança e Adolescente também se situam no CICA. Ainda no âmbito da justiça, no mesmo espaço físico, encontra-se estabelecido o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública, com suas respectivas especialidades voltadas exclusivamente para a atenção e proteção aos direitos das crianças e adolescentes.

O município conta também com órgãos responsáveis pela fiscalização do cumprimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes, como os Conselhos Tutelares, que, em Recife, se dividem de acordo com regiões de abrangência. Em Recife o Conselho Tutelar atua em suas devidas abrangências territoriais, de acordo com as determinações legais previstas, sendo formado através de eleições públicas e com amplo espaço para a participação popular.

Algumas secretarias municipais e estaduais com sede em Recife também compartilham da responsabilidade de proteger e garantir os direitos das crianças e adolescentes e atuam diretamente nesse sentido. De modo mais específico e abrangente, embora não exclusivo, é essa a situação das secretarias municipal e estadual de educação, voltadas principalmente para a promoção e garantia dos direitos relacionados com as aprendizagens. É importante destacar, entretanto, que o esforço de órgãos como as secretarias de educação só pode ser bem-sucedido se houver a concepção de que direitos como a educação não são exclusivamente atribuições de um único órgão ou departamento, mas que estão entrelaçados com outros direitos como a saúde, o transporte e a segurança.

As políticas voltadas para as crianças em situação de rua no Recife

Historicamente as políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes que se encontram em situação de rua no Brasil foram marcadas pela presença de ações caritativas e ligadas à Igreja Católica. Paralelamente a esse esforço “curativo”, com manifesto viés de suprir supostas carências de crianças e adolescentes entendidas como desajustadas e perigosas, havia um movimento fiscalizador e punitivo. Meninos e meninas que viviam nas ruas eram encarados como problemas para a polícia resolver.

O período de transição da ditadura civil e militar para a democracia (1978-1990) assistiu a uma inflexão na trajetória das discussões acerca das políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Impulsionados por uma onda de contestação política, movimentos sociais, políticos e setores específicos da igreja católica auxiliaram na confecção de uma legislação avançada acerca dos direitos das crianças e adolescentes. É desse período, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a ideia de constituir uma estrutura ampla para garantir, através da execução de políticas públicas, a prioridade absoluta na proteção dos meninos e meninas.

Entretanto, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, houve o crescimento da ideia de privilegiar o terceiro setor (aqui compreendido como organizações não governamentais-ongs e outras organizações particulares) na execução de ações de proteção voltadas

especificamente para a população de meninos e meninas que vivem em situação de rua. Algumas dessas organizações não governamentais realizam um trabalho eficiente, entre as quais destacamos, na região metropolitana de Recife, a atuação dos grupos: Ruas e praças e o Pequeno Nazareno, ambas voltadas para o trabalho com a população infanto-adolescente de rua. Pesquisadores e agentes políticos ligados aos movimentos sociais pontuaram os riscos de se transferir para iniciativas particulares a responsabilidade de garantir um direito constitucional. Essas críticas expressavam o desejo por uma ação mais direta e intensa do Estado.

A cidade de Recife, desde 2009, vem expressando o compromisso de assumir protagonismo nas ações públicas voltada para as crianças e adolescentes em situação de rua. Tal compromisso se materializou com a criação do Plano Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua de Crianças e Adolescentes, que vigorou para um lapso de tempo compreendido entre 2010 – 2020.

Em linhas gerais, esse projeto se insere em um constante diálogo com o SUAS, as secretarias municipais de desenvolvimento social, juventude e políticas sobre drogas; saúde e educação, além dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil, que vêm contribuindo, de forma exitosa, com o atendimento dos meninos e meninas. Avaliamos que a criação de um plano municipal amplo, intersetorial e precedido de um debate com os principais setores diretamente envolvidos com a questão dos direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de rua é, sem dúvidas, um avanço considerável. A elaboração e concretização de um plano como esse é representativo da maneira como o poder público, após décadas de mobilizações sociais e pesquisas acadêmicas na área, foi motivado a agir. Baseado em eixos, o plano municipal pretende garantir ações públicas que promovam o atendimento integral às crianças e adolescentes em situação de rua, promovendo um processo dinâmico, no qual os meninos e meninas tenham sua agência cidadã garantida e vivenciada.

De forma prática, uma das ações mais destacadas desse compromisso público foi a criação de mecanismos para permitir o alcance dessas populações em situação de rua, bem como o seu acolhimento. Com relação ao contato nas ruas, o plano prevê a existência dos serviços sociais de abordagem social, que, apesar de não serem exclusivos para o público infanto-adolescente, também atuam direcionados para atendê-lo. Esses serviços são estruturados em equipes formadas por especialistas e demais profissionais preparados para exercer funções como: pedagogos/as, educadores/as sociais, supervisores/as, entre outras.

O acolhimento dos meninos e meninas é promovido através de centros específicos para esse trabalho, denominados unidades de acolhimento, entre elas destacamos, em Recife:

Acalanto, Casa Aconchego, Acolher, Novos Rumos, Raio de Luz, Doce Lar, Centro de Reintegração Social-CRS, O recomeço, CAT Josué de Castro, Casa de Passagem Diagnóstica-CPD, Hotel Social, Iêda Lucena, Porto Seguro, Abrigo Provisório Edusa Pereira, emergencial do Gusmão, Raio de Luz e a Casa de Acolhida Paulo de Tarso.

Entretanto, uma análise crítica das propostas de ação demonstra que, apesar de serem bem elaboradas e dotadas de um intenso grau de pertinência, não possuem, na estrutura do próprio plano, parâmetros adequados para a avaliação do cumprimento dos indicadores. Não obstante à suposta eficácia das ações pretendidas, o consenso é de que se torna muito difícil acompanhar externamente se as mesmas foram ou não executadas a contento, diante da ausência de pontos efetivos de controle. Outro problema verificado é o que explicita a carência de marcadores temporais distintos e específicos para o período de cumprimento das propostas. O fato de algumas ações serem legitimamente entendidas como permanentes não justifica a ausência de datas limites para etapas de implementação ou momentos periódicos de verificação do cumprimento de suas funções.

A despeito das críticas pontuadas acima, a convicção que possuímos é a de que, de um modo geral, as políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes, no Recife, já conseguiram romper o momento histórico mais preocupante, que era marcado pela invisibilidade e pelo olhar punitivo/classificatório. O envolvimento dos setores evocados como responsáveis para a elaboração de documentos oficiais, conforme o artigo 53 do ECA, é representativo de que já ingressamos definitivamente em outro momento. Esses resultados implicam que o esforço de acompanhamento e fiscalização, no melhor espírito de respeito à democracia e à coisa pública, devem ser constantes, especialmente em momentos cruciais vivenciados na contemporaneidade, respeitando a participação de meninos e meninas nos processos de pesquisa e produção de projetos e políticas. Nada sobre os meninos e meninas, sem os meninos e meninas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recife: cidade de pessoas e os sonhos nas ruas

Nosso objetivo neste censo foi o do mergulho, da produção do estranhamento, do estabelecimento de vínculo com esses sujeitos. Então, em alguma medida, operamos com os dois conceitos acima apresentados, o da *população* e o das *pessoas em situação de rua*, humanizadas em suas trajetórias e experiências, gente com nome, cor, sexo, identidade/expressão de gênero, que ocupa lugares específicos da cidade, por razões particulares. Na perspectiva que perseguimos, a construção do conhecimento só pode ser realizada a partir da complementaridade entre as formas de “olhar”. É preciso considerar as múltiplas e variadas lentes de leitura sobre as vidas vividas nas ruas.

Rosa Maria Torres (2013), educadora equatoriana, referência importante, ao lado de Milton Santos, para a orientação da Vigilância Socioassistencial no SUAS, fez um interessante comparativo entre perspectivas de leitura da realidade, ela utilizou a analogia a duas figuras do universo dos aparelhos de observação: o telescópio e o microscópio. O telescópio (aponta para os indicadores, para as narrativas sobre o todo, olhar estruturante para um censo) é essencial para a compreensão do macro, das dinâmicas populacionais. Normalmente é utilizado pelos/as ocupados/as pela administração/gestão, que, via de regra, padecem do risco de perder de vista as pessoas de carne e osso que aparecem como estatísticas e metas, bem como os processos que estão atrás dos resultados, a multiplicidade de agentes, de práticas e de redes. Já o microscópio é mais utilizado por aqueles/as que localmente estão envolvidos/as na ação e são essenciais para olhar de perto, apontam para o risco da prisão no casuísmo, para a mensuração das relações a partir do caso a caso, do “evento”, e para a limitação da leitura do contexto através do manejo exclusivo de situações particulares.

Na feitura do Censo Pop Rua Recife, apostamos na composição das duas formas de olhar. O uso da “simbologia” dos aparelhos para a visão, telescópio e microscópio, aponta para a necessidade de uma composição, porque não há gestão efetiva e humanizada distanciada do cotidiano e não há exercício efetivo da política apenas tomando a referência da ponta, junto às famílias e territórios, tomando cada caso como um caso. Para a perspectiva de proteção e de cuidado que buscamos, que seja capaz de instituir uma política da vida cotidiana, que aponte para uma sociedade do cuidado, é preciso estabelecer uma composição das formas de se perceber e analisar a realidade. As violações que acometem uma pessoa em particular devem ser compreendidas como parte das relações sociais, bem como as demandas dessa pessoa devem

ser inscritas no campo das políticas públicas, das barreiras para os acessos destas, incidindo e refinando o universo da implementação. Um censo que diz sobre *população e pessoas* ao mesmo tempo.

A situação de rua, os relatos e análises aqui apresentados reportam para uma infinidade de questões. Sobre as trajetórias e vivências nas ruas é importante o fato de que a rua é predominantemente masculina, as pessoas em situação de rua atualmente estão dentro da faixa etária economicamente ativa e apresentam como principal sonho o trabalho, meio e fator para a organização de suas trajetórias pessoais e vinculações sociais. A análise deste ponto nos conduziu para uma série de questões sobre as possibilidades das pessoas, mas, principalmente, sobre o trabalho em sua dimensão estruturante de nossas relações sociais. Conforme afirmamos em algum ponto deste documento: *não há soluções simples para questões cuja complexidade foi tramada ao longo da história.*

Exatamente por isso, o tema trabalho e educação, que compôs a primeira seção do formulário censitário, neste documento foi apresentado como último item, após a discussão de todos os outros. Isso porque a reflexão sobre trabalho e educação, como possibilidade de saída das ruas, precisa levar em consideração todos os fatores que dão materialidade para os cotidianos e experiências das pessoas em uma sociedade como a brasileira. Não há como *abreviar* a análise tomando qualificação profissional, encaminhamento para as vagas de trabalho e ampliação da escolaridade como solução para o problema das vidas vividas nas ruas, é parte, não a solução. A reflexão até aqui proposta aponta para uma população atravessada pelas dimensões da subcidadania, por barreiras de acesso, que alcançam os indivíduos e são partilhadas por suas famílias e territórios, por efeitos da apartação social, de desfiliações sucessivas de sociabilidades extremamente impactadas pelos efeitos de se viver em uma sociedade de espaços e relações hostis, com forte sentimento de aversão às pessoas pobres.

Nesse sentido, os dados referentes a situação de rua e relações familiares, cidadania, condições de saúde, segurança alimentar e nutricional, satisfação de necessidades básicas e lazer, crianças e adolescentes em situação de rua apontam os sonhos de ter direito a ter casa, trabalho, viver em família. Entretanto, esses desejos não podem ser buscados apenas pela ampliação da escolaridade e qualificação profissional, precisamos de um Estado com que, efetivamente, se possa contar, é preciso reduzir as barreiras para acessos, é preciso atuar em um processo de letramento social e político da sociedade e do Estado para instituir uma sociedade do cuidado.

Apresentamos também neste censo, com metodologia específica, os dados do levantamento feito junto a crianças e adolescentes. No entanto, destacamos um fenômeno, uma

percepção compartilhada sobre o fato de a rua está vivenciando também um processo de envelhecimento. Se, nas décadas de 1970 e 1980, um personagem bastante significativo eram os/as meninos e meninas, principalmente meninos, vivendo nas praças, calçadas, marquises, hoje temos uma rua mais velha, com pessoas dentro do perfil da população economicamente ativa, que vai para as ruas pelos efeitos da ausência de trabalho e renda, das possibilidades de conseguir o mínimo necessário para sua sobrevivência, dos conflitos decorrentes desses não acessos, mas que já é considerada “velha” para a inserção no mercado do trabalho. Foi muito comum ouvirmos: *“com essa minha idade eu não arranjo mais nada, quem vai dar trabalho para alguém que tá ficando velho”*.

Conforme apontamos em relação aos dados de acesso à saúde, de modo mais específico dentro do campo da “pobreza menstrual”, as mulheres, apesar de representarem a menor proporção desta população, estão entre os grupos mais vulneráveis, consideradas a partir da perspectiva da *hipervulnerabilidade*. Ser mulher e estar em situação de rua, em uma sociedade heteronormativa, machista e patriarcal como a nossa, representa ter agravada sua condição de vulnerabilidade *ex-ante*, reduzindo ainda mais as suas possibilidades de acesso. Essa realidade remete para as dimensões da economia do cuidado ou da necessidade do estabelecimento de políticas do cuidado.

“O cuidado é um direito da pessoa humana. Sendo assim, tanto quem cuida quanto quem recebe o cuidado necessita ter as condições adequadas para a sua concretude” (Muller e Mose, 2022). Compreendemos que a materialização do cuidado enquanto direito depende, necessariamente, da oferta de um conjunto articulado de políticas públicas, sociais e econômicas por parte do Estado, bem como da positivação do direito ao cuidado nas legislações brasileiras, estabelecendo o que chamamos de sistemas públicos de cuidado (Fernandes, Regino, Villar, Santos, 2023).

No caso específico das trajetórias apontadas pelas pessoas em situação de rua, seja em Recife, seja em outras cidades brasileiras, é o inverso do cuidado que as leva às ruas, a incapacidade das famílias e dos territórios promoverem cuidado, sem ter o suporte do Estado. É impossível cuidar sem sucumbir em um contexto de desproteção. As políticas de cuidado são o mecanismo por meio do qual o Estado assume sua responsabilidade enquanto provedor de cuidado, a partir das políticas públicas, reduzindo a pressão sobre as famílias e, especialmente, sobre as mulheres. No Brasil da desigualdade e do crescimento da miséria e da pobreza, são as mulheres, especialmente as negras, periféricas, mães e pobres as mais afetadas.

A ausência de políticas que ampliem as capacidades dessas mulheres faz com que elas carreguem a fome e a necessidade como destino, destino reproduzido e partilhado intergeracionalmente, vidas abreviadas, apartadas dos acessos aos direitos de cidadania (Fernandes, Regino, Villar, Santos, 2023). Para demonstração dessa equação, valemo-nos da potência da poesia de Conceição Evaristo.

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó ecoou criança, nos porões do navio [...] ecoou lamentos de uma infância perdida.

A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo. A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas

roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela. A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome. A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes, recolhe em si as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas. A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora. Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância o eco da vida-liberdade

(Conceição Evaristo, 2017)

A bisavó simboliza, assim, aquelas que foram sequestradas e trazidas para o Brasil em navios. A avó teria vivido no período da escravidão e da obediência forçada. A geração da mãe, que trabalha como empregada doméstica, leva uma existência dura e marginalizada, mas começa a ecoar alguma revolta. Esse sentimento de resistência se exprime através do eu-lírico que escreve, mas ainda conta relatos de privação e violência. Contudo, o futuro reserva mudanças, e a voz de sua filha, que carrega toda essa herança, escreverá uma nova história de liberdade (Marcello, s/d).

Acreditamos ser esta a perspectiva de trabalho com a população e as pessoas em situação de rua, a de acessos que permitam existir humanamente, pronunciando o mundo, para modificá-lo. *“O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”* (FREIRE, 2015). O movimento que ganha força hoje, com o debate sobre o cuidado, é a compreensão de que o cuidado deve ser considerado como um problema de política pública, retirando-o do domínio privado e o desatualizando como responsabilidade das famílias e principalmente das mulheres.

As famílias, sobretudo as de contextos subalternos, materializam-se como reflexos das situações de risco social e de vulnerabilidades vivenciadas, situações que ultrapassam o indivíduo, em particular, e envolvem sua vizinhança, sua família, as gerações passadas e futuras. A ausência do Estado e a responsabilização de, em condições tão precárias, assumir todo o trabalho do cuidado reduz sobremaneira a capacidade de as famílias e de os indivíduos estabelecerem

projetos de vida que se estruturam a partir da permanência na escola, das possibilidades de se dedicar um tempo maior à qualificação profissional, da capacidade de aquisição de capitais sociais e culturais, como nos diria Jessé Souza (2016) em diálogo com Bourdieu (2007). Essas famílias estão diante do desafio de enfrentar tudo: déficit de “proteção social, carência material e financeira, além de conviverem com graves conflitos relacionais” (Guimarães; Almeida, 2010, p. 130). Todas essas dificuldades apontadas fazem parte de uma dinâmica cotidiana de violência urbana que, muitas vezes, se entrelaça à do “narcotráfico e do crime organizado, compondo um quadro de acúmulo e potencialização da violência familiar”, principalmente para famílias de contextos subalternos urbanos (Guimarães; Almeida, 2010, p. 130).

Compreendemos essa problemática a partir do campo das interseccionalidades, como uma forma de efetivamente chegar bem perto das famílias, nas situações vivenciadas pelos indivíduos no cotidiano em sociedade, homens, mulheres, crianças, jovens, idosos/as, trabalhadores/as. Pessoas que têm uma história, tiveram um endereço, têm cor, orientação e identidade de gênero, que vivenciam, em maior ou menor intensidade, riscos sociais. É importante destacar que, mesmo em situação de rua, as pessoas estabelecem locais e grupos de referência, estabelecem uma série de vinculações que precisam ser identificadas para a compreensão do cotidiano destas pessoas. O encobrimento, o apagamento das dimensões de identidade e identificação de indivíduos e famílias formam, para Jessé Souza (2016), o núcleo mesmo da “violência simbólica” — aquele tipo de violência que não “aparece” como violência, e que torna possível a naturalização de uma desigualdade social abissal como a brasileira.

Refletindo sobre essas questões, reconhecemos, como fato, que podemos reproduzir desigualdades, ainda que implementando políticas públicas. Caso refletido a partir do estudo do Instituto de Pesquisa Econômica aplicada / IPEA, organizado por Roberto Pires e publicado em 2019. A presença do Estado, através das políticas públicas, principalmente considerando uma sociedade hostil e violenta como a brasileira, potencializa a construção de vínculos, permite identificar problemas e priorizar intervenções, individualiza as necessidades e promove cuidados equitativos. Entretanto, destacamos que a presença efetiva do Estado, através das políticas públicas, é campo de muitos desafios, que vão desde a dificuldade do trabalho em rede, da garantia do cuidado na rede especializada, até a persistência de estigmas entre os/as próprios agentes públicos.

Nesse sentido, faremos referência a uma das reflexões propostas por Aldáiza Sposati, no livro *Concepção e Gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil*, publicado pelo Ministério do Desenvolvimento, em 2009, mesmo ano em que se publicou a Política Nacional para a População em Situação de Rua, o Decreto nº 7.053, que cria e apresenta as diretrizes para o

Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Sposati parte da perspectiva de que proteção social (protectione, do latim) supõe, antes de tudo, tomar a defesa de algo, impedir sua destruição. A ideia de proteção contém um caráter preservacionista – não da precariedade, mas da vida –, supõe apoio, guarda, socorro e amparo. Esse sentido preservacionista é que exige tanto a noção de segurança social quanto a de direitos sociais. Aqui estaria colocada a diferença entre amparo e proteção. Destacamos que a CF/88 usa as duas expressões. Amparo (anteprare, do latim) também significa proteção, como escora, arrimo, auxílio ou ajuda para impedir a queda de algo. Supõe abrigo, refúgio, resguardo. A noção de amparo indica um estancamento da condição de deterioração, e a noção de proteção indica, por sua vez, o impedimento de que ocorra a destruição.

Esses movimentos e movimentações dizem respeito aos efeitos provocados pelo não acesso, que, se de um lado, causam risco de apartação social, por outro lado, geram resistência, mobilização, tomada da voz pelo grito. Conforme afirma Galeano, em *As Veias Abertas da América Latina*, “teimosamente, as crianças latino-americanas continuam nascendo, reivindicando seu direito natural de ter um lugar ao sol nessas terras esplêndidas, que poderiam dar a todos o que a quase todos negam (Galeano, 2012, p. 9).

É preciso avançar no reconhecimento do status de cidadania dessa população para que então tenham seus direitos garantidos. É necessário atuar cada vez mais na organicidade para a estruturação de um arranjo institucional intersetorial, que articule a política de saúde, a seguridade social, o trabalho, a moradia, a educação e demais campos políticos. Essa é a perspectiva defendida pela organização política da população em situação de rua, a fim de que, instituída uma sociedade decente, fundamentada na perspectiva do cuidado como forma de alcançar mais equidade, tenhamos maiores e melhores condições de atuar de forma preventiva, para a conservação, e não para o reparo.

O olhar da vulnerabilidade não pode ser só da precariedade, mas também o da resistência, organização, ampliação das capacidades. Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire justifica que todo processo de humanização exige o reconhecimento da desumanização. Ele afirma que a vocação do homem é para a humanização, mas as injustiças, a exploração, a violência e a opressão indicam o caminho da desumanização, tornando-os acrílicos, conformados com a própria sorte, com uma visão fatalista, como se tivessem suas identidades fixas, predeterminadas pela sociedade e incapazes de atuarem como transformadores da mesma.

Principal exemplo do processo de humanização e de tomada da voz pelo grito é o MNPR, criado, no ano de 2010, a partir de um projeto que visava o fortalecimento desse grupo populacional. A perspectiva de organização já estava posta anos antes, a partir de eventos e campos específicos, a exemplo do assassinato do índio Galdino, em 1997, em Brasília, com o corpo queimado por jovens de classe média, que o “confundiram” com um “mendigo”. Faz parte dessa história a luta, no ano de 2001, a mobilização “dos moradores de rua de São Paulo” quando participaram, em Brasília, da “I Marcha Nacional da População de Rua”. A I Marcha tinha o objetivo de apresentar a toda sociedade e às autoridades responsáveis pela implantação das políticas públicas as reivindicações e propostas, dentre as quais se destacava um anteprojeto de lei, que regulamenta a profissão dos catadores de materiais recicláveis.

Destacamos ainda, como parte desse processo de humanização, a organização, por meio de pessoas em situação (ou trajetória de rua), a partir da coleta de materiais recicláveis, no ano de 2005, em Belo Horizonte/MG, do Festival Lixo e Cidadania e do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Faz parte dessa história, no ano de 2003, início do governo Lula, ocasião em que foram realizadas as primeiras discussões entre os catadores de materiais recicláveis acerca do Programa Fome Zero, ligado ao Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA). É a partir desse ano também que o presidente Lula começa a se encontrar com a população em situação de rua e catadores de material reciclável, por ocasião do Natal Solidário em São Paulo.

Faz parte dessa história, setembro de 2004, ocasião em que foi realizado o “III Festival Lixo e Cidadania”, em Belo Horizonte, e foi entregue uma Carta da população em situação de rua, pedindo políticas públicas, para o então ministro Patrus Ananias, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Faz parte dessa história, no ano de 2018, quando surge, no estado de Pernambuco, um grupo formado por pessoas em situação de rua, trabalhadores/as do SUAS e representantes da pastoral do povo de rua, que inicia um processo de construção e fortalecimento de caminhos de luta pela garantia dos direitos dos rualizantes, denominado coletivo Maria Lúcia Santos Pereira da Silva. Assim como também, o ano de 2019 marca de vez a luta pelas pessoas com a instituição do Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a população em situação de rua em Pernambuco e Recife. Faz parte dessa história o Censo Pop rua Recife, realizado em 2022, com divulgação em 2023.

Apontamos para este censo a dimensão da proteção e do cuidado. Para Sposati, a “ideia de proteção social exige forte mudança na organização das atenções, pois implica superar a

concepção de que se atua nas situações só depois de instaladas, isto é, depois que ocorre uma desproteção”. No campo das políticas públicas, precisamos cada vez mais nos alinhar com a política de defesa de direitos humanos, uma política de cuidado; defender a vida, independentemente de quaisquer características do sujeito, mas considerando cada uma dessas características, no sentido de reconhecimento de como as diferenças operam desigualdades; evitar as formas de agressão à vida, em sentido social e ético; e compreender, portanto, que a assistência social se coloca no campo da defesa da vida relacional.

É essencial, necessária e urgente a produção de dados com regularidade para que seja possível propor oportunidades efetivas de melhores condições de vida e acesso para esse grupo populacional. O “apagão estatístico” sobre este segmento é uma das formas de perpetuação desse lugar de subalternidade. É importante considerar que a feitura deste e de outros censos, na história recente do Brasil, é a evidência irrefutável de que é possível recensear a população em situação de rua, que existe, cotidianamente resiste e é deliberadamente “invisibilizada” em sua condição de cidadãos/ãs brasileiros/as.

É preciso pensar os censos como instrumento para aprimoramento no campo da gestão e implementação das políticas públicas, acesso a direitos, mas, também, como instrumento pedagógico para letramento político e cidadão da sociedade e suas instituições, tensionando preconceitos, estigmas, mitos e colocando à luz do dia aquilo que buscamos, a todo custo e por tanto tempo na história, esconder. As pesquisas censitárias, por meio de dados, permitem aproximar as pessoas do tema da vida nas ruas, de suas variáveis e de suas dimensões. Quase todas elas estão relacionadas às expressões de uma sociedade desigual, que faz com que algumas pessoas sejam levadas a viver nas ruas. É importante considerar que não se trata de um grupo homogêneo, ainda que guarde aproximações bastante significativas, mas a conjuntura dos tempos históricos também impacta sobre o perfil das pessoas em situação de rua.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rebeca. et al. O acesso aos serviços de saúde pela População em Situação de Rua: uma revisão integrativa. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 132, p. 227-239, 2022.
- AUGE, Marc. **Não Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9.ed. Campinas: Papyrus, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República
- BRASIL. Caderno de Assistência Social n.3: **Vigilância socioassistencial**. Brasília, 2013.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**, 1990
- BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada**, 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: **Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 122, de 25 de janeiro de 2011. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua**, 2011
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 123, de 25 de janeiro de 2012. Define os critérios de cálculo do número máximo de equipes de Consultório na Rua por Município**, 2012
- BRASIL. RESOLUÇÃO CONJUNTA CNAS/CONANDA Nº 01, de 07 de junho de 2017. **Estabelecer as Diretrizes Políticas e Metodológicas para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua no âmbito da Política de Assistência Social**. Brasília, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção à Saúde. Manual sobre o cuidado à Saúde junto a População em Situação de Rua**. Brasília, 2012.
- BRASIL. CAMPANHA NACIONAL CRIANÇA NÃO É DE RUA. **Subsídios para elaboração de uma política nacional de atenção à criança e ao adolescente em situação de rua**. Disponível em: . Acesso em: 25 nov. 2015.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CARNEIRO, Alana. A; MENDONÇA, Valéria. N. T; ASSIS, Elizeu. E. **Crianças, adolescentes e as ruas**: experiência no plano de enfrentamento do Recife, Pernambuco. Vitória: XVI ENPESS, 2018
- CASTRO, Shamyra S. et al. Acessibilidade aos serviços de saúde por pessoas com deficiência. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 1, p. 99-105, 2011

- CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade salarial do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010
- CASTEL, Robert: **Desigualdade e a questão social.** Ed. EDUC, São Paulo, 2011.
- CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas). **Livreto informativo sobre drogas psicotrópicas.** São Paulo: UNIFESP, 1987.
- CANIATO, Â. M. P; T, S. G. **Um olhar sobre a população de rua e o preconceito.** 2011.11 f. Artigo- Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 2005.
- CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia.** ed.1, São Paulo: Contracorrente, 2020
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estudos Feministas**, Janeiro, 2002, vol.10, no.1, p.171-188.
- DAMATTA, Roberto. **A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil.** 5 ed.-Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DINIZ, Débora. **Audiência de custódia solta 32% mais brancos que negros.** Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 21 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/2942-Audiencia-de-custodia-solta-32-mais-brancos-que-negros-e-pardos>>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- DOMENICI, Thiago; BARCELOS, Iuri. **Negros são mais condenados por tráfico e com menos drogas em São Paulo.** Agência Pública. Brasil, 6 maio 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/05/negros-sao-mais-condenados-por-trafico-e-com-menos-drogas-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- FAO/FIDA/UNICEF/WFP/OMS (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) **The state of food security and nutrition in the world.** Roma, 2022
- FRANCÊS, I. **Nem culpa, nem vergonha.** Afinal o que trata a Aids? Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2016, 136p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 59.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2015.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2014
- Hungaro AA, Gavioli A, Christóphoro R, Marangoni SR, Altrão RF, Rodrigues AL, et al. **Homeless population: characterization and contextualization by census research.** *Rev Bras Enferm.* 2020;73(5): e20190236. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0236>
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Pesquisa Nacional de Saúde 2019: acidentes, violências, doenças transmissíveis, atividade sexual, características de trabalho e apoio social.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- INSTITUTO ELO. **O egresso do sistema prisional: do estigma à inclusão social / Comissão de Formação Teórica e Prática do PrEsp.** Belo Horizonte: Instituto Elo, 2013.
- GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira; ALMEIDA, Silvana Cavichioli. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In: **Família: redes, laços e políticas públicas.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- LATOURET, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede.** Salvador: EDUFBA-EDUSC, 2012

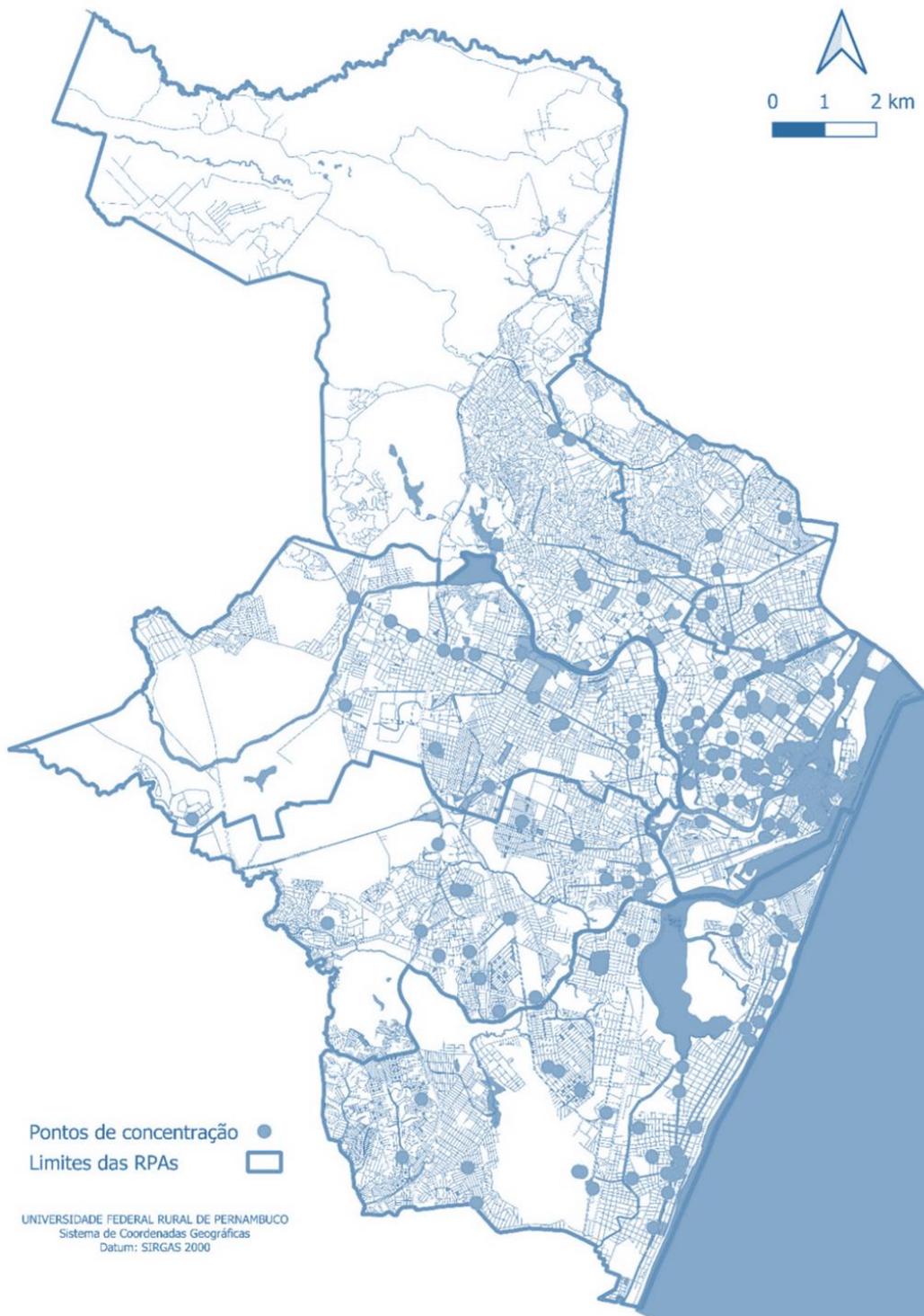
- LEÃO REGO, Walquíria; PINZANI, Michel. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. 1 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2013. 241p.
- LEITE, Márcia Pereira. Biopolítica da precariedade em tempos de pandemia. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Reflexões na Pandemia**– Rio de Janeiro, 2020 – pp. 1-16. Disponível em : <https://www.reflexpandemia.org/texto-23>. Acesso em: 10/12/2020.
- LESSA, Carlos. Os ovos da serpente. In: BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- LEVINAS, Emmanuel. **Entre nós: ensaios sobre a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MARTINS, R. A. **Criança e adolescente em situação de rua: definições e evolução de políticas de atendimento**. São José dos Campos: UNESPE, 1991
- MBEMBE, Acchile. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018
- MDS. Cadastro Único para Programas Sociais: Guia de cadastramento de pessoas em situação de rua, 2011.
- MILLS, Charles. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- MINAYO, Maria. C. S. (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009
- MARCELLO, Carolina. **5 poemas emocionantes de Conceição Evaristo**. In: <https://www.culturagenial.com/poemas-de-conceicao-evaristo/>. Acesso em: 5 de abril, 2023.
- MIRANDA, Humberto. **Entre Ruas e Praças: História do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua**. Recife: UFRPE/Liceu, 2021.
- MOREIRA, Luísa. P. A. **Pobreza menstrual no Brasil: diagnósticos e alternativas**. Artigo (mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Mestrado em Gestão de Políticas Públicas, 2021, 31p.
- OLIVEIRA, Camila. N. **A rede de proteção às crianças e adolescentes: finalidades e possibilidades**. São Luís: VII Jornada interseccional de políticas públicas, 2015
- PAIVA, Irismar. K. S et al. Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2595-2606, 2016
- PASSOS, Eduardo. H. & SOUZA, Tadeu P. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 154-162, 2011.
- PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional). **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022
- PERRONE, Pablo. A. K. A comunidade terapêutica para recuperação da dependência do álcool e outras drogas no Brasil: mão ou contramão da reforma psiquiátrica? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 2, p. 569-580, 2014
- RECIFE. COMDICA. **Plano Municipal de enfrentamento à situação de rua de crianças e adolescentes do Recife**. Recife, 2017.
- RECIFE. **Rede de atenção às crianças e adolescentes**. Recife, 2020. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/rede-de-atencao-criancas-e-adolescentes>.

- ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. **Antropologia da e na cidade**: interpretações sobre as formas da vida urbana. Porto Alegre: Marcavizual, 2013. 296 p.
- ROSA, Mariana. **A desigualdade é a nossa pandemia particular**. Disponível em: <<https://lunetas.com.br/a-desigualdade-e-a-nossa-pandemia/>>. Acesso em: 20 de julho de 2020.
- SANCHONETE, Lulla; ANTONI, Clarissa; MUNHÓS, Aline A. R. Maria, Maria: concepções sobre ser mulher em situação de rua. **Textos & Contextos**, v. 18, n. 1, p. 146-160, 2019.
- SANTOS, Nara Damião dos. **O Movimento Nacional da População de Rua/Núcleo Londrina**: uma trajetória de luta. 2012. 116 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2012.
- SARTI, Cynthia. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 1994.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira**: Quem é e como vive. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2014/10/1143.pdf>.
- SOUZA, Jessé. O remédio para o ódio contra dos pobres. In: CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre**: um desafio para a democracia. 1 ed., São Paulo: Contracorrente, 2020.
- SPOSATI, Aldaíza. Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social. In: **Serviço Social & Sociedade** nº 77. São Paulo: Cortez, 2004.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010[1985].
- TAFFAREL, Brigida Ariadne. A dimensão coletiva no atendimento socioeducativo em meio aberto. Um estudo numa Unidade CREAS da Cidade do Recife/PE. 2023. TCC UFRPE – Recife, 2023.
- TEXEIRA, Solange M. **A família na trajetória do sistema de proteção social brasileiro**: do enfoque difuso à centralidade na política de Assistência Social. Emancipação, Ponta Grossa- PR, Brasil., v. 10, p. 535-549, 2010. Disponível em: https://nisfaps.paginas.ufsc.br/files/2015/05/texto-7_capacita%C3%A7%C3%A3o-trabalho-com-familias_Teixeira-familia-e-assist%C3%A4ncia-social1.pdf. Acesso em 24 abr. 2023.
- TERUYA, Marisa Tayra. A família na historiografia brasileira. Bases e perspectivas teóricas. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 12., Caxambú, 23-27 out. 2000. Anais... s.l.: s.n. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/TodosA%20Fam%C3%ADlia%20na%20Historiografia%20Brasileira....pdf>. Acesso em: 1 maio 2010. 23-27 out. 2000.
- UNFPA/UNICEF. **Pobreza Menstrual no Brasil**: Desigualdades e Violações de Direitos, 2021.
- ZALUAR, Alba. Trabalhadores e bandidos: identidade e discriminação. In: Alba Zaluar. **A Máquina e a Revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANEXOS

ANEXO 1

Pontos de concentração da população em situação de rua previamente mapeados para o trabalho de recenseamento



ANEXO 2

Formulário de recenseamento



CENSO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DA CIDADE DO RECIFE
ETAPA 1: CONTAGEM

Cena N° _____ Equipe N° _____ Data: ___/___/___ RPA: _____ DS: _____
Local: _____

Indivíduo 1 <input type="checkbox"/> Abordado <input type="checkbox"/> Observado Justificativa: _____	
Nome: _____ Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> N.I. Gênero: <input type="checkbox"/> Homem Cis <input type="checkbox"/> Homem Trans <input type="checkbox"/> Travesti <input type="checkbox"/> Não binário <input type="checkbox"/> Mulher Cis <input type="checkbox"/> Mulher Trans <input type="checkbox"/> N.I. Cor/Raça: <input type="checkbox"/> Branco <input type="checkbox"/> Preto <input type="checkbox"/> Pardo <input type="checkbox"/> Amarelo <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> N.I. Idade: <input type="checkbox"/> Criança () <input type="checkbox"/> Adolescente () <input type="checkbox"/> Adulto () <input type="checkbox"/> Idoso () <input type="checkbox"/> N.I. Outras inform.: <input type="checkbox"/> Pessoa c/ deficiência <input type="checkbox"/> Usuário de drogas <input type="checkbox"/> Imigrante	Observações: _____ _____ _____ _____ _____ _____

Indivíduo 2 <input type="checkbox"/> Abordado <input type="checkbox"/> Observado Justificativa: _____	
Nome: _____ Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> N.I. Gênero: <input type="checkbox"/> Homem Cis <input type="checkbox"/> Homem Trans <input type="checkbox"/> Travesti <input type="checkbox"/> Não binário <input type="checkbox"/> Mulher Cis <input type="checkbox"/> Mulher Trans <input type="checkbox"/> N.I. Cor/Raça: <input type="checkbox"/> Branco <input type="checkbox"/> Preto <input type="checkbox"/> Pardo <input type="checkbox"/> Amarelo <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> N.I. Idade: <input type="checkbox"/> Criança () <input type="checkbox"/> Adolescente () <input type="checkbox"/> Adulto () <input type="checkbox"/> Idoso () <input type="checkbox"/> N.I. Outras inform.: <input type="checkbox"/> Pessoa c/ deficiência <input type="checkbox"/> Usuário de drogas <input type="checkbox"/> Imigrante	Observações: _____ _____ _____ _____ _____ _____

Indivíduo 3 <input type="checkbox"/> Abordado <input type="checkbox"/> Observado Justificativa: _____	
Nome: _____ Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> N.I. Gênero: <input type="checkbox"/> Homem Cis <input type="checkbox"/> Homem Trans <input type="checkbox"/> Travesti <input type="checkbox"/> Não binário <input type="checkbox"/> Mulher Cis <input type="checkbox"/> Mulher Trans <input type="checkbox"/> N.I. Cor/Raça: <input type="checkbox"/> Branco <input type="checkbox"/> Preto <input type="checkbox"/> Pardo <input type="checkbox"/> Amarelo <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> N.I. Idade: <input type="checkbox"/> Criança () <input type="checkbox"/> Adolescente () <input type="checkbox"/> Adulto () <input type="checkbox"/> Idoso () <input type="checkbox"/> N.I. Outras inform.: <input type="checkbox"/> Pessoa c/ deficiência <input type="checkbox"/> Usuário de drogas <input type="checkbox"/> Imigrante	Observações: _____ _____ _____ _____ _____ _____

<input type="checkbox"/> Verificação pós-campo	<input type="checkbox"/> Localização/Mapeamento	<input type="checkbox"/> Tabulação
Ass.: _____	Ass.: _____	Ass.: _____

ANEXO 3

Formulário da pesquisa amostral sociodemográfica



Censo da População em Situação de Rua do Recife Pesquisa amostral sociodemográfica

1 Identificação do questionário

1.1 Informações gerais

Recenseador:	
Data:	Hora:
Bairro:	RPA:
Logradouro:	

1.2 Onde este questionário está sendo aplicado?

- a. Na rua
b. Na Unidade de Acolhimento

1.3 Qual unidade de acolhimento?

Habilitar se 1.2 for "Unidade de acolhimento"

- a. Centro de Reintegração Social – CRS
b. O Recomeço
c. Casa de Passagem Diagnóstica – CPD
d. CAT Josué de Castro
e. Hotel Social - Pousada Solar do Lazer
f. Hotel Social – Pousada Lar de Santo Antônio
g. Abrigo Noturno Irmã Dulce dos Pobres
h. Iêda Lucena
i. Edusa Pereira
j. Porto Seguro
() Outro: _____

1.4 Na cena há presença de:

Habilitar se 1.2 for "Rua"

- a. Moradias improvisadas (barracas de camping, papelão, papel, lona, entre outros)
b. Criança/adolescente acompanhada de adulto
c. Criança/adolescente sozinha
d. Outros adultos em situação de rua
e. Famílias
f. Crianças em situação de trabalho infantil
g. Animais de estimação
h. Cena de uso de substâncias
i. Presença de carroça
j. Exploração sexual
() Outro: _____

Objetivo do Censo: Estamos realizando uma pesquisa sobre a população em situação de rua na cidade de Recife. O objetivo é coletar informações para que a Prefeitura do Município possa melhorar os serviços de atendimento para esta população.

2 Identificação do/a entrevistado/a

2.1 Qual o seu nome e/ou apelido?

Nome: _____

Apelido: _____

2.1 Qual o ano de seu nascimento?

R: _____

NS

NR

2.2 Qual a sua idade (anos)?

R: _____

NS

NR

2.3 Qual é a sua cor ou raça?

a. Preta

b. Parda

c. Branca

d. Amarela

e. Indígena

NS

NR

2.4 Em relação a sua identidade de gênero, você se considera:

a. Homem cis

b. Mulher cis

c. Travesti

d. Mulher transexual/transgênero

e. homem transexual/transgênero

f. Não binário

() Outro: _____

NS

NR

2.5 Em relação a sua orientação sexual, você é:

a. Lésbica

b. Gay

c. Heterossexual

d. Assexual

e. Pansexual

f. Bissexual

() Outros: _____

NS

NR

3 Educação, profissionalização e estratégias de sobrevivência

3.1 Você sabe ler e escrever?

- a. Sim
- b. Não
- NS
- NR

3.2 Você frequentou escola?

- a. Sim
- b. Não
- NS
- NR

3.3 Até que série você estudou ou estuda?

Habilitar se 3.2 for "Sim"

- a. Fundamental I Completo (Alf. a 4ª Série/Primário)
- b. Fundamental I Incompleto (Alf. a 4ª Série/Primário)
- c. Fundamental II Completo (5ª a 8ª Série/Ginásio)
- d. Fundamental II Incompleto (5ª a 8ª Série/Ginásio)
- e. Médio Incompleto (Colegial)
- f. Médio Completo (Colegial)
- g. Tecnológico Incompleto
- h. Tecnológico Completo
- i. Superior Incompleto
- j. Superior Completo
- Outro: _____
- NS
- NR

3.4 Você já fez algum curso profissionalizante?

- a. Instituição Pública
- b. Instituição Privada
- c. Pelo sistema 'S' (SESI, SENAC, SESC, SENAI, SENAT)
- d. ONGs/Sociedade Civil
- e. Não
- NS
- NR

3.5 Em que área era esse curso?

Habilitar para todas as respostas de 3.4, exceto "Não", "NS" ou "NR"

- a. Construção civil (pedreiro, armador, aplicador de revestimentos cerâmicos)
- b. Marcenaria (confeção de armários)
- c. Elétrica / Mecânica (eletricista, mecânico instalador de equipamentos)
- d. Hidráulica (bombeiro hidráulico, instalador de rede hidráulica)
- e. Administrativa (auxiliar/assistente, RH, telefonista etc.)
- f. Alimentação (garçom, cozinheiro, auxiliar de cozinha).
- g. Serviços de beleza (salão, corte de cabelos, manicure, pele etc)
- h. Corte e costura (confeção de peças, reparo)
- i. Serviços (vendas diversas)
- Outro: _____
- NS
- NR

3.6 Após a realização do curso houve encaminhamento para o trabalho/emprego?

Habilitar para todas as respostas de 3.4, exceto "Não", "NS" ou "NR"

- a. Sim, com garantia de contratação;
- b. Sim, mas sem garantia de contratação;
- c. Não houve encaminhamento para o trabalho/emprego mas orientação sobre locais de possíveis contratações/cadastros.
- d. Não houve encaminhamentos para trabalho/emprego nem orientações

3.7 Você trabalha?

- a. Empregado, com registro em carteira
- b. Empregado, sem registro em carteira
- c. Trabalhando por conta própria
- d. Fazendo bicos
- e. Não trabalha
- NS
- NR

3.8 Já trabalhou com carteira assinada?

- a. Sim
- b. Não
- NS
- NR

3.9 Quando foi a última vez que teve trabalho com registro em carteira?

Habilitar se 3.8 for "Sim"

- a. Há menos de 6 meses
- b. De 6 meses há 1 ano
- c. De 1 ano a 3 anos
- d. De 3 anos a 5 anos
- e. De 5 a 10 anos
- f. Há mais de 10 anos
- NS
- NR

3.10 Em que área você trabalha atualmente (se trabalha)?

Habilitar para todas as opções de 3.7, exceto "Não trabalha", "NS" e "NR"

Múltiplas respostas

- a. Construção civil/pedreiro/pintor
- b. Serviço de limpeza/faxina
- c. Vigilante
- d. Comércio ambulante (Venda de doces, salgados, água, flores, jornais)
- e. Ajudante geral
- f. Carga e descarga/ Chapa
- g. Catador de materiais recicláveis
- h. Lava/guarda carro/flanelinha
- i. Distribuidor de panfletos
- j. Atividades artísticas na rua
- k. Prostituição/Programa
- l. Mendicância
- Outro: _____
- NS
- NR

3.11 Em que área você já trabalhou?

Múltiplas respostas

- a. Flanelinha
- b. Catador/Reciclagem
- c. Atividades da construção civil
- d. Serviço de limpeza/cozinha
- e. Serviço de zeladoria/porteiro/vigia
- f. Serviços administrativos
- g. Serviços de transporte
- h. Comércio ambulante
- i. Comércio informal
- j. Comércio formal
- k. Atividades da indústria
- l. Prostituição/Programa
- m. Trabalho rural
- n. Não trabalhava
- Outro: _____
- NS
- NR

3.12 Quanto você ganha por semana?

Habilitar para todas as opções de 3.7, exceto "Não trabalha", "NS" e "NR"

Obs.: Essa questão não considera benefícios de transferência de renda

- a. Não consegue ter renda
- b. Até R\$ 26, 25
- c. De R\$ 26, 26 até R\$ 52, 50
- d. De R\$ 52,50 até R\$ 303, 00
- e. Mais de R\$ 303,00
- NS
- NR

3.13 Como você gasta o dinheiro que ganha?

Múltiplas Respostas

- a. Comida
- b. Água/Líquidos
- c. Alcool e outras drogas
- d. Produtos para higiene
- e. Transporte (ônibus/metrô/trem)
- f. Remédios
- g. Estadia noturna
- h. Não gastou nada hoje
- Outro: _____
- NS
- NR

4 Situação de rua e relações familiares

4.1 Onde você vai dormir hoje?

- a. Na rua
- b. Albergue/abrigo/unidade de acolhimento
- c. Comunidade terapêutica
- d. Pousada, pensão ou hotel
- e. Casa de amigos/parentes
- f. Em casa
- Outro: _____
- NS
- NR

4.2 Onde você dormiu na última semana?

Múltiplas Respostas

- a. Na rua
- b. Unidade de acolhimento
- c. Comunidade terapêutica
- d. Pensão/hotel/pousada
- e. Hospital em geral
- f. Hospital psiquiátrico ou outras instituições de saúde mental
- g. Prisão/delegacia
- h. Ocupação
- i. Casa de amigos
- j. Casa de parentes/familiares
- k. Em sua própria casa
- Outro: _____
- NS
- NR

4.3 Há quanto tempo você está nesta Unidade de Acolhimento?

Habilitar se 1.2 for "Unidade de Acolhimento"

- a. Entre 1 e 3 dias
- b. Entre 3 dia a 3 meses
- c. Entre 4 e 6 meses
- d. Entre 7 meses a 1 ano
- e. Entre 1 e 2 anos
- f. Entre 3 e 4 anos
- g. Entre 5 a 10 anos
- h. Acima de 10 anos
- NS
- NR

4.4 Há quanto tempo você está em situação de rua?

Obs.: Considerar situação de rua para respondentes nas ruas e em acolhimentos

- a. Entre 3 dia e 1 ano
- b. Entre 1 e 3 anos
- c. Entre 3 e 5 anos
- d. Acima de 5 anos
- NS
- NR

4.5 Porque você começou a dormir na rua e/ou em acolhimento institucional/?

Múltiplas Respostas

Obs.: NUMERAR da mais importante em diante. Ouvir a história e atribuir

- a. Conflitos familiares
- b. Dependência de álcool
- c. Dependência de drogas ilícitas
- d. Perda de moradia
- e. Perda de trabalho/Renda
- f. Egresso do sistema prisional
- g. Imigração
- h. Migração
- i. Deslocados urbanos
- j. Pandemia pela Covid-19
- k. Chuvas
- l. Problemas de saúde (depressão, vinda para Recife para tratamento de saúde, etc.)
- Outro: _____

- NS
 NR

4.6 Você já deixou de viver em situação de rua e depois acabou voltando?

- a. Sim
b. Não
 NS
 NR

4.7 Por quanto tempo você ficou em situação de rua antes de vir para essa Unidade de Acolhimento

Habilitar se 1.2 for "Unidade de Acolhimento"

- a. Entre 1 dia e 3 meses
b. Entre 4 meses a 6 meses
c. Entre 7 meses a 1 ano
d. Entre 1 e 2 anos
e. Entre 3 e 4 anos
f. Entre 5 a 10 anos
g. Acima de 10 anos
 NS
 NR

4.8 Você possui vínculo familiar?

- a. Sim
b. Não
c. Não tem família
 NS
 NR

4.9 Tem parente em situação de rua?

- a. Sim
b. Não
 NS
 NR

4.10 Com que frequência tem contato com parente que vive fora da rua?

Habilitar se 4.8 for "Sim"

- a. Toda semana
b. Todo mês
c. Ao menos uma vez por ano
d. Quase nunca
e. Não tem mais contato
 NS
 NR

4.11 Você sempre morou em Recife?

- a. Sim
b. Não
 NS
 NR

4.12 Em que ano você veio para Recife?

- R: _____
 NS
 NR

4.13 Onde você morava antes de vir para Recife?

Habilitar se 4.11 for "Não"

- a. Em outro país | Qual? _____

- b. Em outro estado | UF/Cidade? _____
 NS
 NR

4.14 Por que veio para o Recife?

Habilitar se 4.11 for "Não"

- a. Procurar trabalho
b. Acompanhar a família
c. Fazer tratamento de saúde
d. Está de passagem pelo Recife
e. Por causa de desavença familiar
f. Reencontrar os familiares
g. Buscar ajuda do governo
h. Conhecer a cidade
i. Fugir da violência
j. Egresso do sistema prisional
k. Teve problemas com a justiça
l. Conseguir moradia
m. Receber doações
n. Para estudar
 Outro: _____
 NS
 NR

5 Cidadania

5.1 Você possui documentos?

- a. Sim, estão todos comigo
b. Sim, mas apenas um
c. Sim, e estão guardados com familiar
d. Sim, e estão em equipamentos da prefeitura
e. Sim, e estão com amigos/conhecidos
f. Não possuo documentos
g. Perdeu/roubado
 NS
 NR

5.2 Quais desses documentos você tem, mesmo que não estejam com você agora?

Múltiplas Respostas

Habilitar para todas as opções de 5.1, exceto "Não possuo documentos" e "Perdeu/roubado"

- a. Certidão de Nascimento/Casamento/Divórcio
b. Carteira de Identidade
c. Carteira de Trabalho
d. Título de Eleitor
e. Carteira de Motorista
f. CPF
g. Certificado Reservista
 Outro: _____
 NS
 NR

5.3 Recebe benefício do governo?

- a. Sim, Bolsa Família/Auxílio Brasil
b. Sim, Benefício de Prestação Continuada BPC
c. Sim, Aposentadoria
d. Não
 Outro: _____

- NS
 NR

5.4 Tem passagem pelo sistema carcerário?

- Sim
 Não
 NS
 NR

5.5 Já te proibiram de entrar em algum lugar?

- a. Sim | Onde? _____
b. Não
 NS
 NR

5.6 Sabe dizer por que não te deixaram entrar?

Habilitar se 5.3 for "Sim"

- a. Por causa da roupa que estava usando
b. Efeito de substâncias psicoativas
c. Falta de vaga no serviço público
d. Preconceito
 Outro: _____
 NS
 NR

5.7 Atualmente, você tem uma casa/residência para morar?

- a. Sim, em Recife
b. Sim, em outra cidade e/ou Estado | Qual? _____
c. Sim, em outro País | Qual? _____
 Não
 NS
 NR

5.8 A sua casa/residência é?

Habilitar se 5.5 for "Sim"

- a. Própria quitada
b. Própria em aquisição
c. Alugada
d. Cedida
e. Ocupação, invasão, assentamento
 NS
 NR

6 Condição de Saúde

6.1 Para resolver seus problemas de saúde, você procura:

Múltiplas Respostas

- a. Hospital/UPA
b. Posto de Saúde
c. Consultório na rua/Agente de saúde
d. Farmácia
e. CAPS-Geral / CAPS-AD (álcool e droga)
f. Automedicação
g. Nada
 Outro: _____
 NS
 NR

6.2 Qual é sua condição de saúde?

Múltiplas Respostas

- a. Tuberculose
b. Diabetes
c. Hipertensão arterial (pressão alta)
d. Doença cardíaca (sofre do coração)
e. HIV (AIDS)
f. Sífilis
g. Outras IST – infecção sexualmente transmissível
h. Consequências de acidentes (atropelamentos, etc.)
i. Dores crônicas (artrite/artrose, reumatismo, dor na coluna)
j. Dependência de álcool e outras drogas
k. Condição psiquiátricas/neurológica (doença dos nervos)
l. Doenças respiratórias (asma, bronquite, enfisema,...)
m. Doenças de pele (herpes, vitiligo, sarna...)
n. Hanseníase
o. Doenças renais (dos rins)
p. Hepatite (doença do fígado)
q. Doenças do aparelho digestivo (dor de estômago, gastrite, úlcera)
r. Doença bucal (dor de dente, inflamação nas gengivas, etc.)
s. Alergias
 Outros: _____

6.3 Você faz uso de alguma medicação?

- a. Sim, fornecido pelo CAPS
b. Sim, fornecido pelo hospital/unidade de saúde
c. Sim, adquire por outros meios
d. Sim, compro.
e. Não

6.4 Você teve COVID-19?

- a. Sim com confirmação através de exame, mas não precisei de internação em serviço de saúde.
b. Sim com confirmação através de exame e precisei de internação em serviço de saúde.
c. Tive sintomas, mas não fiz exame.
d. Tive sintomas, mas não foi confirmado por exame.
e. Sim, assintomático
f. Não tive COVID-19
 NS
 NR

6.5 Você se vacinou contra a COVID-19?

- a. Sim
b. Não
 NS
 NR

6.6 Quantas doses da vacina?

Habilitar se 6.5 for "Sim"

- a. 1
b. 2
c. 3
d. 4

6.7 Quando faz sexo, você usa preservativo/camisinha?

- a. Sempre
- b. Às vezes
- c. Raramente
- d. Nunca
- e. Não faz sexo
- NS
- NR

6.8 Tem alguma deficiência?

- a. Sim
- b. Não
- NS
- NR

6.9 Qual/is deficiência/s?

Múltiplas Respostas

Habilitar se 6.8 for "Sim"

- a. Cegueira. (Não enxerga de jeito nenhum)
- b. Baixa visão (Enxerga, mas com dificuldade)
- c. Surdez leve ou moderada (Escuta, mas com dificuldade)
- d. Surdez severa ou profunda (Não escuta de jeito nenhum)
- e. Deficiência física (Dificuldade para andar ou se locomover de alguma forma)
- f. Deficiência mental/intelectual (Dificuldade de compreensão, aprendizado, realizar tarefas simples, interagir com pessoas etc.)
- Outro: _____
- NS
- NR

6.10 Antes de estar em situação de rua você usava:

Múltiplas Respostas

- a. Cigarro
- b. Bebida alcoólica (cachaça, cerveja, uísque)
- c. Maconha
- d. Inalantes (Cola, tinner, benzina, etc)
- e. Crack
- f. Cocaína (pó)
- g. Não usava
- Outro: _____
- NS
- NR

6.11 E atualmente você usa:

Múltiplas Respostas

- a. Cigarro
- b. Bebida alcoólica (cachaça, cerveja, uísque)
- c. Maconha
- d. Inalantes (Cola, tinner, benzina, etc)
- e. Crack
- f. Cocaína (pó)
- g. Não uso
- Outro: _____
- NS
- NR

6.12 Com que frequência você usa drogas ilícitas:

Habilitar em todas as opções de 6.12, exceto "Não uso"

- a. Todos os dias
- b. Alguns dias por semana.
- c. Menos de uma vez por semana
- d. Não usa
- e. NS
- f. NR

7 Cotidiano nas ruas, satisfação de necessidades básicas de sobrevivência e lazer

7.1 Já sofreu algum tipo de violência durante o período em que passou a dormir nas ruas?

- a. Sim, física
- b. Sim, sexual
- c. Sim, psicológica
- d. Sim, discriminação social
- e. Sim, discriminação racial
- f. Sim, institucional
- g. Não
- NS
- NR

7.2 Você já ficou um dia inteiro sem comer por que não conseguiu comida?

- a. Sim
- b. Não
- NS
- NR

7.3 Onde você costuma conseguir os alimentos que consome?

- a. Restaurante popular
- b. Cozinha comunitária
- c. Serviços da prefeitura (Centros Pops, Acolhimento Institucional, Hotel social, CAPS)
- d. Doação de restaurante/lancheonete/bar
- e. Compra em restaurante/lancheonete/bar
- f. Doação de populares
- g. Doação de "comunidades" (religiosos e não-religiosos)
- h. Coleta no lixo
- Outro: _____
- NS
- NR

7.4 Quantas refeições você faz por dia?

- a. 1
- b. 2
- c. 3
- d. 4 ou mais
- NS
- NR

7.5 Qual a refeição mais importante para você?

- a. Café da manhã
- b. Almoço
- c. Jantar
- d. Lanche
- NS

) NR

7.6 Qual refeição você tem mais dificuldade em conseguir?

- a.) Café da manhã
 - b.) Almoço
 - c.) Jantar
 - d.) Lanche
-) NS
) NR

7.7 Você se desloca na cidade para conseguir comida?

- a.) Não
- b.) Sim, no mesmo bairro.
- c.) Sim, para outro bairro |
Qual? _____
- d.) Sim, para outra cidade |
Qual? _____
- e.) NS
- f.) NR

7.8 Como você se desloca na cidade para conseguir comida?

Habilitar se 7.7 for "Sim"

- a.) Andando
 - b.) Transporte público (ônibus/metrô)
 - c.) Bicicleta
 - d.) Carona (consentida)
 - e.) Carona não-consentida
-) Outro: _____
) NS
) NR

7.9 Onde costuma conseguir água pra beber?

Múltiplas Respostas

- a.) Bica/Mina d'água/Chafariz
 - b.) Rios/Canais
 - c.) Estabelecimentos comerciais
 - d.) Equipamentos públicos (Centro Pop etc.)
 - e.) Igreja
 - f.) Doação de "comunidades"
 - g.) Doação de populares;
 - h.) Bebedouro público
 - i.) Não consigo
-) Outro: _____
) NS
) NR

7.10 Onde costuma tomar banho, escovar os dentes e lavar roupas?

Múltiplas Respostas

- a.) Bica/Mina d'água/Chafariz/Praça
- b.) Rios/Canais
- c.) Estabelecimentos comerciais
- d.) Equipamentos públicos (Centro Pop etc.)
- e.) Igreja
- f.) Doação de "comunidades"
- g.) Doação de populares;
- h.) Bebedouro público
- i.) Banheiro público
- j.) Não consigo

) Outro: _____

) NS

) NR

7.11 Como faz as necessidades fisiológicas (cocô e xixi)?

Múltiplas Respostas

- a.) Na rua
 - b.) Em um Saco plástico/pote/recipiente
 - c.) Equipamentos públicos
 - d.) Estabelecimento Comercial
 - e.) Bares e restaurantes
 - f.) Igreja
 - g.) Banheiro público
-) Outro: _____
) NS
) NR

7.12 Qual a maior necessidade em relação a sua higiene pessoal?

Múltiplas Respostas

-) Falta de banheiro público
 -) Kit higiene (sabonete, sabão, etc.)
 -) falta de lavanderia pública
-) Outro: _____
) NS
) NR

7.13 No período menstrual você usa absorventes?

Apenas para a sexo feminino

- a.) Sim, sempre uso absorvente
 - b.) Sim, mas as vezes uso panos/pedaços de tecido
 - c.) Não, uso panos/pedaços de tecidos
 - d.) Não, uso nada
-) Outro: _____
) NS
) NR

7.14 Como consegue absorventes?

Habilitar se 7.13 for "Sim"

- a.) Doação
 - b.) Compra
-) Outro: _____
) NS
) NR

7.16 Quando quer se divertir, o que faz?

- a.) Jogos nas ruas (baralho/xadrez/futebol /bicicleta)
 - b.) Praia, lagoas.
 - c.) Parques públicos
 - d.) Show público
 - e.) Roda de amigos/conhecidos da rua
 - f.) Consumir bebida alcoólica
 - g.) Usar drogas
 - h.) Vai a um local onde distribuem comida
 - i.) Não se diverte
-) Outro: _____

7.17 Você costuma frequentar aos espaços culturais?

- a. () Museu
- b. () Teatro
- c. () Cinema
- d. () Shows
- e. () Exposições de arte
- f. () Festas de rua (ex.: Festa do Morro)
- g. () Não
- () Outro: _____
- () NS
- () NR

7.18 Qual lugar da cidade do Recife você se sente mais seguro?

R: _____

7.19 Como se ocupa no dia a dia?

Múltiplas Respostas

- a. () Usa drogas/bebe
- b. () Fazendo bicos
- c. () Mendicância
- d. () Atendimento e instituições (ONG, Centro Pop, Programa Atitude)
- e. () Pratica esporte
- f. () Frequenta fliperamas/lan houses
- g. () Trabalha
- h. () Namora
- i. () Cuida de filho/s
- j. () Cuida de outros familiares (pais, mães, irmãos, avós e outros)
- k. () Andarilho
- () Outro: _____
- () NS
- () NR

8 Avaliação dos serviços públicos e percepção das necessidades

8.1 Agora vou ler alguns serviços e programas da prefeitura e gostaria de saber quais você conhece e como avalia cada um

	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	NS	NR
Programa Atitude							
Consultório na Rua							
Consultório de Rua							
Centro Pop							
Serviço Especializado em Abordagem Social – SEAS							
Centro de Atenção Psicossocial – CAPS							
Abrigo Noturno Irmã Dulce dos Pobres							
Abrigo 24 h							
Restaurante Popular							
SEPOD							
Comunidade Terapêutica							

8.2 Para terminar, eu vou ler alguns serviços públicos e gostaria que você dissesse quais deveriam ser priorizados para a população em situação de rua?

Múltiplas Respostas

Obs.: Enumerar em ordem de importância. No máximo 3

- a. () Moradia/habitação
- b. () Abrigo Noturno
- c. () Saúde
- d. () Trabalho e renda
- e. () Educação/ Cursos de Capacitação
- f. () Restaurante Popular
- g. () Abrigo 24 H
- h. () Banheiros Públicos
- i. () Centro Pop

9 Horizonte de expectativa

9.1 Qual o seu sonho?

Obs.: Descrever de forma sintética

R: _____

<input type="checkbox"/> Verificação pós-campo	<input type="checkbox"/> Tabulação
Ass.: _____	Ass.: _____

ANEXO 4

Concentração da população em situação de rua no Recife

